

RGSN

#13

RGSN V. 7, Nº1
JUNHO DE 2019

REVISTA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS
ISSN 2318-4981



Faculdade
São Francisco
de Assis

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – UNIFIN
WWW.SAOFRANCISCOEASSIS.EDU.BR – REVISTA@SAOFRANCISCOEASSIS.EDU.BR





**RG
SN**

REVISTA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS
REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – UNIFIN
WWW.SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR – REVISTA@SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR

EDIÇÃO V. 7, Nº1 – JUNHO DE 2019
ISSN 2318-4981



Faculdade
São Francisco
de Assis

CORPO EDITORIAL

Editor Presidente

01	EDSON ROBERTO OAIGEN	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS / UEP
----	----------------------	--

Comitê Editorial

02	ANA PAULA MELCHIORI STAHL SCHMIDT	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
03	DANIELE VASCONCELLOS DE OLIVEIRA	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFEBE
04	JOSÉ LUIZ DOS SANTOS	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
05	JOSÉ VICENTE LIMA ROBAINA	ULBRA
06	MÁRCIA BIANCHI	UFRGS
07	NILSON PERINAZZO MACHADO	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
08	PAULO ROBERTO PINHEIRO	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
09	PAULO SCHMIDT	UFRGS

Comitê Ad hoc

10	ALTYVIR LOPES MARQUES	SECD/RR
11	ANTONIO BATISTA PEREIRA	UNIPAMPA
12	CLAUDIA ALVES DE SOUZA	INSTITUTO IES DE BRASÍLIA
13	EDUARDO PÉRICO	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
14	ERNANI OTT	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
15	GASTÃO OCTÁVIO FRANCO DA LUZ	UFPR
16	JAIR PUTZKE	UNISC
17	JARLAN BATISTA GONÇALVES	UNIVIRR
18	JOCELEI MARIA DE OLIVEIRA PINTO	UCS
19	LILIAM DOUSSOU ROMERO	FACULDADE SANTA FÉ/SÃO LUIZ/MA
20	MARCO AURÉLIO LOCATELI VERDADE	UNIVERSIDAD NIHON GAKKO
21	MARIA MARTHA DALPIAZ	UFRGS
22	MEIRE MOURA SOAVE RODRIGUES	SMEC/ NOVA MARILANDIA/MT
23	NICOLLE ALBORNOZ PESOA	SMAM /ALVORADA/RS
24	PEDRO CRISÓLOGO CARMONA CARRERAS	UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN - UNA ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE ELECTRICIDAD ANDE/ASUNCIÓN/PY
25	RICARDO PEDROSO OAIGEN	UNIPAMPA
26	ROSSANO ANDRÉ DAL-FARRA	ULBRA
27	TANIA BERNHARD	UNISC
28	TERESINHA SALETE TRAINOTTI	ULBRA

Comitê das normas

01	JOSIANE FONSECA DA CUNHA	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
----	--------------------------	----------------------------------

APRESENTAÇÃO EDITORIAL

A **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS - RGSN** é um periódico semestral da Faculdade São Francisco de Assis, com contribuições de autores do Brasil e do Exterior. Publica trabalhos vinculados às áreas de conhecimento: Gestão, Sustentabilidade, Ambiente e Negócios, com enfoque multidisciplinar, na forma de artigos científicos.

A **RGSN** aceita para publicação artigos inéditos resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Comitê Científico ou de Colaboradores *Ad hoc*. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição às áreas de conhecimento aceitas pela Revista e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

A RGSN busca colaborar no processo de disseminação da produção científica e tecnológica, mostrando a capacidade dos profissionais-pesquisadores e, também, dos alunos em processo de Iniciação à Educação Científica e Tecnológica em produzir, elaborar e difundir suas produções científicas relevantes para a transformação e melhoramentos em Ciências e Tecnologias na sociedade atual.

Com isso, a RGSN favorecerá a difusão da produção intelectual oriundas de trabalhos concluídos ou em processo investigativos provenientes de diferentes origens dentro do ensino superior.

A RGSN conta com o apoio da comunidade da Faculdade São Francisco de Assis e das demais Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, do Brasil e do exterior. Agradecemos a confiança em nossa iniciativa e desejamos uma ótima leitura!

Faculdade São Francisco de Assis

SUMÁRIO

A importância da psicomotricidade no segundo período da educação infantil - Niris Luzeiro Bezerra Brisola.....	4
Aplicação do método/ferramenta 5W2H no PEP na Unemat - Câmpus Diamantino-MT - Marinalva Pereira dos Santos, Ana Cristina Peron Domingues, Elba Regina Ferreira da Silva e Fernanda Araújo Alenca Machado.....	23
As estações do ano, doenças e ações ambientais: a gestão ambiental como instrumento de saúde pública - Leverson Ferreira Chaves.....	48
Guerra do Paraguai na visão brasileira: revisionismo e novas discussões a partir de relato de missão acadêmica - Daniel Joaquim Padilha da Silva, Matheus Bitencourt Leite, Roberto Rodolfo Georg Uebel e Nilson Perinazzo Machado.....	62
Measuring the Impact of Contagion Effect in Emerging Markets - Guilherme Ribeiro de Macedo, Igor Alexandre Clemente de Moraes e Leonardo Berteli Piveta.....	72
Percepções de autores sobre alguns indicadores relacionados a gestão de recursos humanos com foco em Educação para o Desenvolvimento Sustentável - Náira Maria Pereira.....	94
Plano de marketing para um restaurante no Hotel Mandua'rá no Centro de Assunção - Paraguai - Elisiane Alves Fernandes e Raquel Analia Fleitas Recalde.....	114
Princípios globais de contabilidade gerencial: percepções de docentes quanto à relevância de sua adoção - Guilherme Albertão Araujo, Filipe Martins Silva, Wendy Beatriz Carraro e Romina Batista de Lucena Souza.....	131
Processos da formação inicial dos docentes atuantes na escola da zona rural: realidade e perspectivas - Kelly Christina José Assis.....	151
Tributação do quinto do ouro no Brasil Colônia - Paulo Schmidt, Ariel Behr e Márcia Bianchi.....	171



A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO SEGUNDO PERÍODO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

LA IMPORTANCIA DE LA PSICOMOTRICIDAD EN EL SEGUNDO PERÍODO DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

BRISOLA, Niris Luzeiro Bezerra¹

Resumo: No desenvolvimento dessa pesquisa que originou este artigo, ressalta-se a grande relevância da Psicomotricidade na Educação Infantil no 2º período da Educação infantil como agente de socialização e principalmente da aprendizagem, constituindo-se em um processo integral que envolve todo o corpo. Para o bom desempenho desta pesquisa, foi fundamental que os professores que atuam na Educação Infantil percebessem a importância da Psicomotricidade para o desenvolvimento psicomotor, criando estímulos que permitam o desenvolvimento espontâneo dessas funções na criança, além de ser uma possibilidade para um desempenho significativo: cognitivo, afetivo e psicomotor. Consideram-se as estruturas manifestadas pelas crianças, além da redução na dificuldade da aprendizagem. Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo investigar que conhecimentos o professor de Educação Infantil tem sobre a Psicomotricidade e como a utiliza a serviço do desenvolvimento integral dos alunos. Neste trabalho são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, partindo-se do problema, objetivos e finalizando com a apresentação dos resultados finais em um documento padrão com abordagem qualitativa descritiva, valendo-se da pesquisa de campo por meio de questionários aplicados aos docentes e utiliza o método hermenêutico, pela

¹ Professora do Centro Tecnológico Maria da Glória, Boa Vista, Roraima. E-mail: niris_lbb@hotmail.com

interpretação dos dados coletados. Pode-se observar, a partir das respostas dos questionários que os professores trabalham a Psicomotricidade em sala de aula inconscientemente. O trabalho da Psicomotricidade está intrínseco nas atividades praticadas no cotidiano pelos professores sem que haja um planejamento adequado. De todo o exposto, conclui-se que as atividades praticadas com os alunos do 2º período da Educação Infantil em sala de aula pelos professores contribuem efetivamente para assegurar o bom desempenho da ação, embora as políticas públicas educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal não cumprem as diretrizes constantes na LDB e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil proposto pelo MEC através dos PCN.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Educação Infantil. Professor.

Resumen: En el desarrollo de esta investigación, destaca la gran importancia de la psicomotricidad en la Educación Preescolar en el segundo periodo como agente de socialización y el aprendizaje sobre todo es un proceso global que involucra todo el cuerpo. Para realizar esta investigación es vital que los profesores que trabajan en el kinder conocer la importancia del desarrollo psicomotor psico / motor, la creación de incentivos que permitan el desarrollo espontáneo de estas funciones en los niños, además de ser una oportunidad para un rendimiento significativo: afectiva cognitiva y psicomotriz, ya que las estructuras expresadas por los niños, la reducción a dificultad de aprendizaje. Así, esta investigación tiene como objetivo investigar cuáles son los conocimientos del profesor de educación infantil tiene en la psicomotricidad y la forma de utilizar el servicio del desarrollo integral de los estudiantes. Este documento presenta las metodologías utilizadas, a partir del problema, los objetivos y termina con la presentación de los resultados finales en un documento por defecto con un clasificado cualitativa cualitativo y descriptivo, a partir de la investigación de campo por medio de cuestionarios a los maestros y utiliza el método hermenéutico, la interpretación de los datos recogidos. Se puede observar en las respuestas a los cuestionarios que los profesores trabajan en la sala de Psicomotricidad lección inconscientemente. El trabajo de Psicomotricidad es intrínseco en las actividades cotidianas practicada por los maestros sin una planificación adecuada. De lo anterior, se concluye que las actividades se llevan a cabo con los estudiantes en el período de 2 º de educación infantil en el aula por los profesores contribuir eficazmente a garantizar la correcta ejecución de las acciones, aunque las políticas públicas educativas desarrolladas por la ciudad SECD no cumplen con las directrices contenida en la LDB y el Currículo Nacional para Educación Preescolar que ofrece el MEC a través de la PNC.

Palabras clave: Psicomotriz. Educación Infantil. Maestro.

1 INTRODUÇÃO

A educação psicomotora para as crianças concerne em formação de base indispensável com necessidades especiais ou não, priorizando a formação e estruturação do esquema corporal, isto mostra sua contribuição de estudar, pois a

relação e a interação do homem com o seu corpo em movimento, contribuindo para o bom desenvolvimento cognitivo das crianças.

A Psicomotricidade está relacionada com o corpo, sendo a origem das aquisições orgânicas, afetivas, cognitivas e pessoal da criança. Cabe ao professor oferecer elementos importantes nessa mediação desenvolvendo conceitos ou habilidades básicas, que são condições mínimas necessárias para uma boa aprendizagem e constituem a estrutura da educação psicomotora em uma proposta que possa transformar em conhecimento a mistura combinada de estímulos e ações, que constituem a experiência concreta e por isso a Psicomotricidade ocupa lugar de destaque na educação global da criança.

É indispensável para a elaboração do conhecimento, atendendo as necessidades dos alunos que apresentem deficiências em manusear objetos, dificuldade de equilíbrio, domínio do corpo, orientação espaço-temporal e postura rígida, aperfeiçoando os movimentos e adquirindo maior coordenação e domínio corporal, permite assim uma maior interação com o mundo.

A criança vai descobrindo as suas preferências e adquirindo a consciência do seu esquema corporal por intermédio da ação. Para que isso aconteça torna-se necessário que ela vivencie situações diversas durante o seu desenvolvimento, lembrando sempre que a afetividade é a base de todo o processo de desenvolvimento, principalmente o de ensino e aprendizagem.

Atualmente as investigações científicas sobre desenvolvimento infantil acreditam que a educação psicomotora pode atuar no sentido de trabalhar com a criança aspectos ligados à formação de sua personalidade, ao seu aprendizado acadêmico e mesmo a sua afetividade.

Acredita-se que o trabalho psicomotor na educação infantil seja um dos canais para melhorar o aprendizado. As diferentes atividades desenvolvidas na escola como dinâmica com bola, pular corda, bambolê, dançar, pular amarelinha, futebol, mosaico, bola de gude, bonecos, ursos, material de elemento- colchonetes, tecidos, tintas, argilas e material de sucata, entre outras, pois cada uma tem sua função e deve ser conduzida e incentivada a prática do movimento em todas as etapas da vida de uma criança.

Para que isso possa realmente acontecer é necessário que se observe o homem em uma visão mais ampla, onde ele deixa de ser percebido com um ser

essencialmente biológico para ser entendido em uma visão mais abrangente, na qual se considera o processo social, histórico e cultural.

Temos que observar o trabalho psicomotor nos ambientes educativos, pois não pode ser reduzido a um pequeno espaço de sala de aula. A escola tem a função de proporcionar toda uma exploração por parte da criança onde ela possa experimentar, testar, errar e concluir.

O espaço educativo tem que ser humanizado e para que isso venha a acontecer, o ambiente tem que ser composto por ações, recursos, pessoas, explorações coletivas e relações sociais.

O trabalho psicomotor ainda encontra muita resistência nas escolas de Educação Infantil. Os profissionais e as escolas deixam a Psicomotricidade para um segundo plano ou às vezes simplesmente é esquecida, sendo assim a criança acaba perdendo o momento certo para desenvolver sua coordenação motora.

A Educação Infantil não pode limitar-se a ensinar apenas movimentos mecânicos, sem considerar o espaço em que a criança está inserida. Para que os trabalhos de Psicomotricidade sejam realmente verdadeiros e ricos não se pode deixar de incluir no planejamento diário das atividades.

A pesquisa realizada com foco na Educação Infantil, teve como problema investigativos: os professores que atuam na Educação Infantil do 2º período conhecem a importância da Psicomotricidade para o desenvolvimento integral da criança?

Certamente o resultado obtido contribuirá para que os professores que atuam nesta modalidade de ensino percebam a importância da prática psicomotora no desenvolvimento integral da criança no seu dia-dia.

2 MARCO TEÓRICO

O professor deve estar sempre atento às etapas do desenvolvimento do aluno. Diante disso, percebe-se a importância do trabalho da psicomotricidade no processo de ensino e aprendizagem, pois ela está intimamente ligada aos aspectos afetivos com a motricidade, com o simbólico e o cognitivo.

Conforme Assunção e Coelho (1997, p. 108):

A psicomotricidade integra várias técnicas com as quais se pode trabalhar o corpo (todas as suas partes), relacionando-o com a afetividade, o pensamento e o nível de inteligência. Ela enfoca a unidade da educação dos movimentos, ao mesmo tempo em que põe em jogo as funções intelectuais. As primeiras evidências de um desenvolvimento mental normal são manifestações puramente motoras.

Diante desta visão, as atividades motoras desempenham na vida da criança um papel importantíssimo, em muitas das suas primeiras iniciativas intelectuais. Enquanto explora o mundo que a rodeia com todos os órgãos dos sentidos, ela percebe também os meios como quais fará grande parte dos seus contatos sociais.

A Psicomotricidade existe nos menores gestos e em todas as atividades que desenvolve a motricidade da criança propiciando condições de desenvolver formas diversas visando ao conhecimento, ao domínio do seu próprio corpo e expressar a sua individualidade. Por isso dizemos que a Psicomotricidade é um fator essencial e indispensável ao desenvolvimento global e uniforme da criança.

Alves (2004, p. 52) define Psicomotricidade “como uma ciência que tem por objetivo o estudo da relação entre o pensamento e a ação, envolvendo a emoção, atende a todas as áreas que trabalham com o corpo e com a mente do ser humano, assim como a psicologia.”

Isto é, interação do homem com o seu corpo em movimento e a relação entre seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o meio, com os objetos e consigo mesmo.

Considerando a importância de se trabalhar a Psicomotricidade na Educação Infantil, esta pesquisa tem por objetivo investigar que conhecimentos o professor de educação Infantil tem sobre a psicomotricidade e como a utiliza a serviço do desenvolvimento integral dos alunos do 2º período da alfabetização das escolas do Município de Boa Vista, RR/BR.

Para tanto se tem como objetivos específicos analisar a metodologia usada pelo professor do 2º período por meio de observação dos planos de aula, verificar como ele trabalha os aspectos cognitivo, afetivo e motor da criança e identificar o desempenho dos alunos nas atividades usadas em sala de aula por meio da observação dos seus cadernos.

De acordo com a LDB-9394/96 e considerando sua avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação, da cultura e do Desporto (MEC) propõe, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Os PCN constituem-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios educativos:

- a) o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas;
- b) o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- c) o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, aos afetos, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- d) a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- e) o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A estes princípios cabe acrescentar que as crianças têm direito, antes de tudo, de viver experiências prazerosas nas instituições.

A Psicomotricidade evidencia a relação existente entre os processos cerebrais e afetivo-emocionais, cujo termo apareceu pela primeira vez com Dupré em 1920, significando um entrelaçamento entre o movimento o pensamento e a afetividade.

A Sociedade Brasileira de Psicomotricidade a conceitua como sendo

Uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu movimento nas diversas relações. A Psicomotricidade está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto.

A Psicomotricidade estuda o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo, o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas que devem se manter em equilíbrio.

È relevante destacar que o movimento torna-se a manifestação inicial na vida do homem, porque já na vida intra-uterina realizam-se movimentos com o corpo, sobre o qual vai se estruturando e exercendo grandes influências no comportamento.

O desenvolvimento do corpo possui papel fundamental no processo educacional, não somente para o processo de alfabetização, mas contempla as diferentes áreas da educação.

Haetinger (2005, p. 108) é de parecer que:

Há alguns profissionais da educação que dizem não acreditar que o corpo e o movimento interfiram em processos de aprendizagem, outros dizem ser fundamental este desenvolvimento paralelo. Mas, mesmo possuindo opiniões diversificadas, percebemos que as escolas ainda priorizam as posturas estáticas.

Percebemos isso com a disposição do espaço na sala de aula e o método como as aulas são ministradas. O corpo e o movimento possuem um papel fundamental no desenvolvimento integral do sujeito, mas, como refere-se Haetinger, as visões educacionais caminham em outra direção.

Sabemos que o desenvolvimento corporal e motor são muito importantes para a aprendizagem. No entanto, as ações educativas geralmente apontam outra direção. A escola tem tratado o corpo como uma mala que carrega o cérebro (algo fundamental a educação racional), e o movimento como um simples acessório. (HAETINGER, 2005, p. 108).

Quando as crianças estão na Educação Infantil, o movimento corporal está sempre presente nas ações educacionais. As crianças se movimentam desde que nascem adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. O movimento é uma dimensão do desenvolvimento e da cultura humana, ao movimentarem-se as crianças expressam sentimentos, emoções, pensamentos.

A infância é a etapa mais importante a caminho da maturidade para a vida adulta, por isso há necessidade de garantir que esse período traga condições propícias e pertinentes a sua evolução e desenvolvimento motor. A coordenação motora é uma estrutura psicomotora básica, concretizada pela maturação motora e neurológica da criança e desenvolvida através da sua estimulação psicomotora.

As habilidades de coordenação motora e de equilíbrio devem ser avaliadas e desenvolvidas basicamente na infância (primeiros seis anos), pois com a evolução das atividades, a aprendizagem motora seqüencial vai necessitar dessas habilidades básicas numa fase adulta.

Desta forma, se uma criança for pouco estimulada e/ou apresentar deficiência no desenvolvimento, esta será refletida em sua vida adulta, na qual os movimentos não serão novos, mas sim, a continuação da aprendizagem anterior.

A educação psicomotora é uma educação global que, associando os potenciais intelectuais, afetivos, sociais e motores da criança, dá-lhe segurança e equilíbrio.

O estudo da Psicomotricidade faz com que se tome consciência das relações existentes entre o gesto e a afetividade, corroborando com o desenvolvimento geral da criança de Educação Infantil, legitimando sua viabilidade de aplicação na escola.

Sob a ótica de Gonzalez Rey (1999, p. 42):

[...] os instrumentos deixam de ser vistos como um fim em si mesmo para se tornar uma ferramenta interativa entre o investigador e o sujeito investigado. Isto é, o instrumento deixa de ser considerado a via de estudo das respostas do sujeito, para englobar os procedimentos usados pelo pesquisador para estimular a expressão e a construção de reflexões pelo sujeito que estão além das possibilidades definidas *a priori* pelos instrumentos.

Considera-se a Psicomotricidade como um rico instrumento que auxilia a promoção dos movimentos preventivos e de intervenção, proporcionando resultados satisfatórios em situações de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Torna-se então, necessário a efetivação de uma aprendizagem direcionada especificamente para a Educação Infantil que desperte a imaginação e ao mesmo tempo estimule o aprender prazeroso, o aprender brincando. O uso de múltiplos ludo pedagógico torna as aulas mais atrativas e repletas de prazer para o aluno com anseio de frequentar a escola.

É importante que os conteúdos tenham relação com a vida real e que os jogos e brincadeiras venham fazer parte do seu desenvolvimento psicossocial, cognitivo e afetivo. Esta afirmativa vai ao encontro da aprendizagem significativa proposta pela teoria de Ausubel em sua obra: Psicologia Educacional (1978).

Além da necessidade de movimentação que a criança apresenta, vale a pena ressaltar que, na maioria das vezes, a motricidade da criança é pouco explorada durante a infância, gerando alterações em seu desenvolvimento psicomotor que vão refletir na idade adulta.

Entende-se que a Psicomotricidade resgate a criatividade e o lado crítico do indivíduo através de sua ação sobre o objeto de aprendizagem e que alcance o

objetivo fundamental de facilitar o entendimento, desenvolvendo habilidades e capacidades nos alunos, com o auxílio do professor, se constituindo numa ferramenta simples de ser manuseada com reais possibilidades de incentivo a um aprendizado mais eficaz, possibilitando internalizar os conteúdos abordados com maior rapidez.

Conciliar essa prática com o processo ensino e aprendizagem em si pode ser simples e eficiente no seu alcance, mas faz-se necessário que os professores se engajem nessa luta juntamente com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, bem como em suas respectivas escolas, com o propósito de um melhor aproveitamento do projeto educativo.

Com o uso da Psicomotricidade, o aluno tem a oportunidade de buscar novos conhecimentos e, sendo assim, pode passar da aprendizagem mecânica para aprendizagem significativa facilitando ao aluno melhor assimilação dos conteúdos.

Ademais, os alunos aprendem segundo suas necessidades e interesses, razão pela qual, os jogos e brincadeiras devem ser um importante aliado do professor, principalmente da educação infantil.

Muitas crianças gostam de brincar, porém precisam de incentivos para que sejam despertadas, e essa é uma das vantagens do uso da Psicomotricidade na Educação Infantil.

Com a implantação da prática da Psicomotricidade na Educação Infantil, busca-se a melhoria do processo ensino e aprendizagem, através de meios divertidos e descontraídos, com a intenção de deixar o aluno mais à vontade para desenvolver as habilidades diante de atividades que venham dar sentido e prazer.

Com base nesses fundamentos e na literatura pesquisada é plenamente justificada a realização da presente pesquisa, pois, a Psicomotricidade tem se mostrado uma ferramenta no auxílio da aprendizagem que vem facilitando a compreensão dos conteúdos pelos alunos do ensino regular em vários níveis, em especial na Educação Infantil.

A infância é a etapa mais importante a caminho da maturidade para a vida adulta, por isso há necessidade de garantir que nesse período se proporcione condições propícias e pertinentes a sua evolução e desenvolvimento motor. A coordenação motora é uma estrutura psicomotora básica, concretizada pela maturação motora e neurológica da criança e desenvolvida através da sua estimulação psicomotora.

Outro aspecto influente é que os jogos e brincadeiras pedagógicas adquiriram vários contornos, sendo que o entendimento que temos deles, necessita de responsabilidade para realizá-lo. Este aspecto diz respeito à diversificação das atividades, das linguagens e dos espaços de aprendizagem, contemplando a Psicomotricidade como forma de assimilação mais concreta e eficaz.

A Psicomotricidade na Educação Infantil é um instrumento de construção do processo ensino e aprendizagem que pode possibilitar a ampliação do conhecimento, a elaboração de propostas que melhore e ajude o aluno na coordenação de seu raciocínio lógico e possibilidades de tomada de decisões sobre como agir, podendo diagnosticar sozinho os seus acertos e erros através dos jogos e brincadeiras.

A Psicomotricidade com o uso da ferramenta multimeios ludo pedagógicas tem como função deixar o aluno cada vez mais envolvido no processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo orientações e princípios assumidos coletivamente em um ambiente totalmente livre para aprender de maneira suave.

Através dessa forma de aprender o aluno tem como suporte fundamental atingir seu cognitivo, fazendo com que ele assimile mais rápido as atividades desenvolvidas em um ambiente puro e agradável, organizado adequadamente de acordo com a realidade de cada conteúdo.

Compreende-se o desenvolvimento psicomotor como a interação existente entre o pensamento, consciente ou não, e o movimento efetuado pelos músculos com a ajuda do sistema nervoso (CONCEIÇÃO et al, 1992). Além dessas questões internas, o desenvolvimento humano implica transformações contínuas que ocorrem através da interação dos indivíduos entre si e entre os indivíduos e o meio em que vivem.

Le Boulch *apud* Oliveira (2009) enfatiza a necessidade da educação psicomotora baseada no movimento, pois acredita ser esta preventiva, assegurando que muitos dos problemas dos alunos, detectados posteriormente e tratados pela reeducação, não ocorreriam se a escola dispensasse atenção à educação psicomotora, juntamente com a leitura, escrita e a matemática.

3 MARCO METODOLÓGICO

Apresenta-se neste capítulo os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa que se deu por meio de contato direto com o professor, partindo-se do problema, objetivos e finalizando com a apresentação dos resultados finais em um documento padrão.

A pesquisa teve abordagem qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1999) tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador é o instrumento principal, ou seja, o pesquisador tem preocupação com a compreensão do contexto: “para o investigador qualitativo divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado.” (BOGDAN; BIKLEN, 1999, p. 48).

A pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e objeto de estudo em questão necessitando um trabalho mais intensivo de campo. Neste caso, as questões são estudadas no ambiente em que eles se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

O investigador participa com o que lhe interessa investigar, não supõe o encerramento de somente aquelas informações diretamente relacionadas com o problema explícito a princípio e com base em seus objetivos é classificada como pesquisa qualitativa descritiva.

Bogdan e Biklen (1999, p. 50) designam pela teoria fundamentada por eles que:

Na pesquisa qualitativa não se recolhem dados ou provas com a finalidade de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente: as abstrações são construídas à medida que os dados forem recolhidos e vão se agrupando. Procede-se, portanto, de “baixo para cima”.

Valendo-se da pesquisa de campo por meio de questionário aplicado aos professores e utilizado o Método Hermenêutico, através da interpretação dos dados coletados, os estudos de pesquisa qualitativa adotam a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

A análise dos dados utilizou a triangulação de fontes para maior confiabilidade da pesquisa.

No Método Qualitativo a leitura do mundo é feita usando o processo descritivo, sem regras estabelecidas previamente e os resultados podem ser ampliados continuamente.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o investigador e o sujeito investigado, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O pesquisador é o instrumento chave.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63): “Realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes.”

A pesquisa foi realizada com professores pertencentes à rede municipal de ensino, lotados na sede e zona rural do Município de Boa Vista, Estado de Roraima, Brasil, com a finalidade de proporcionar informações sobre a importância da Psicomotricidade na Educação Infantil.

As técnicas utilizadas foram; observação, análise documental e aplicação de questionário, conforme quadro do design da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos dados coletados são apresentadas neste capítulo por meio do detalhamento do Instrumento de Coleta de Dados-ICD, aplicado e caracterizado.

Ao analisar as respostas dos questionários, refletiu-se sobre as mesmas para compreender os atos e respectivos significados dos programas desenvolvidos pelas escolas da rede municipal de ensino de Boa Vista quanto a Psicomotricidade na Educação Infantil.

Em relação ao objetivo desta pesquisa investigou-se os conhecimentos que o professor de Educação Infantil tem sobre a Psicomotricidade e como os utiliza a serviço do desenvolvimento integral dos alunos, bem como atividades praticadas pelos alunos visando identificar o grau de desenvolvimento psicomotor no 2º Período.

4.1 ICD - 01: Análise documental

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 02/03/2010 a 06/05/2010, por meio de questionário, coleta de informações junto aos professores ao longo do exercício, observação em sala de aula e a partir da apresentação dos planos de aula e trabalhos realizados em sala.

Nenhuma restrição foi imposta pelos professores à realização das análises dos documentos.

Nesta parte do trabalho procurou-se caracterizar, de forma bastante explícita, a doção da análise documental. A intenção é delinear um breve perfil da utilização desse procedimento técnico-metodológico.

Nessa direção, pode-se colocar que a análise documental foi utilizada, com suas especificidades, sua realização está vinculada aos objetos de investigação escolhidos pelo pesquisador.

4.1.1 Análise dos cadernos dos professores para atividades desenvolvidas pelos alunos

Esta etapa da pesquisa teve por objetivo analisar atividades de leitura e escrita de turmas do 2º período da Educação Infantil, das escolas pesquisadas, com o intuito de se investigar os conhecimentos que o professor de Educação Infantil tem sobre a Psicomotricidade e como a utiliza a serviço do desenvolvimento integral dos alunos.

MATERIAL ANALISADO DO CADERNO DE ATIVIDADES DO PROFESSOR	SITUAÇÃO IDENTIFICADA
Identificação das vogais com o nome dos alunos.	Predomínio do aspecto cognitivo
Picotar papel crepom e fazer bolinhas coloridas.	Predomínio do aspecto motor cognitivo
Realização de desenhos, rabiscos e pintura.	Predomínio do aspecto motor
Conversa informal sobre a água: de onde vem, para que serve e; música sobre a água.	Predomínio do aspecto cognitivo
Jogo de identificação do alfabeto (cada letra identificada com um número utilizado com cores diferentes).	Predomínio do aspecto cognitivo

Ao serem analisados os cadernos dos professores, por meio dos conteúdos trabalhados percebeu-se que estes apresentaram predominância das seguintes atividades:

a) Conhecer e identificar as vogais dentro do próprio nome; desenvolver habilidades através da música; conhecer e letras do seu nome entre as demais palavras; conhecer a rotina da sala de aula para melhor se adaptar ao ambiente escolar e trabalhar a socialização entre os colegas.

O objetivo desta atividade foi mostrar que existem vários tipos ou níveis de identidade: individual, familiar e social. O trabalho de identificação deve ser incentivado a partir da análise das semelhanças e diferenças, sem muitas conceituações. É prioritariamente um trabalho de sensibilização, a partir da percepção;

b) atividades: picotar papel crepom e fazer bolinhas coloridas.

O objetivo desta atividade: desenvolver a coordenação motora e percepção visual;

c) atividades: desenhos, rabiscos e pintura.

O objetivo é o desenvolvimento da coordenação motora e visomotora;

d) atividades: conversa informal sobre a água, de onde ela vem, para que serve no dia-dia e música sobre a água.

O objetivo é valorizar e reconhecer o ambiente em que se vive e conhecer a diversidade da flora brasileira e; desenvolvimento verbal e corporal através da música;

e) jogo de identificação do alfabeto (cada letra identificada com um número); identificar as cores com a operação aritmética da soma.

O objetivo desta atividade matemática feita dessa forma auxilia o desenvolvimento da percepção e a identificação das cores pelas crianças.

Ao verificarem-se os critérios utilizados nos cadernos dos professores e nas atividades desenvolvidas pelas crianças, registrou-se evolução nas hipóteses de escrita das crianças. Ao mesmo tempo, é fundamental uma observação cotidiana e atenta do percurso dos alunos, partiu-se para a sistematização das práticas realizadas.

A sondagem permite uma avaliação e um acompanhamento dos avanços na aquisição da base alfabética dos alunos. Além disso, representa um momento no

qual as crianças têm a oportunidade de refletir, com a ajuda do professor, sobre aquilo que escrevem.

Nos primeiros dias de aula, o professor tem uma tarefa indispensável: descobrir o que cada aluno sabe sobre o sistema de escrita. É a sondagem inicial (ou diagnóstico da turma), que permite identificar quais hipóteses sobre a língua escrita as crianças têm e com isso adequar o planejamento das aulas de acordo com as necessidades de aprendizagem.

Considerando os resultados obtidos na análise do cruzamento dos dados do plano de aula com o que realmente foi dado em sala de aula através dos cadernos dos alunos, verifica-se a ocorrência de práticas de alta flexibilidade e sem direcionamento em sala de aula com alguns professores, embora se tenha constatado amor pela profissão e boa vontade em adquirir conhecimento sobre a psicomotricidade, falta de materiais pedagógicos que comprometem o alcance dos objetivos planejados, o que acarreta prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem.

Observa-se, na atual estrutura educativa, a falta de mecanismos de controle e acompanhamento da execução do plano de aula no âmbito das instituições de ensino, o que inviabiliza a adoção de medidas sistêmicas capazes de propiciar a troca de experiências, de conhecimentos dos padrões universais ou mesmo de prevenir/coibir práticas que comprometam o bom e regular processo de ensino.

Há uma parcela de profissionais que atuam na Educação Infantil sem a formação específica em Educação Infantil, conforme determina a LDB,. Isso não só compromete a qualidade das ações desenvolvidas com as crianças, mas evidencia também uma falta de compromisso das políticas públicas com o exercício de uma profissão das mais importantes: o de professor de crianças de creche ou pré-escola.

Igualmente, deve-se ter em mente que a simples formação oficial não é a única exigência para se tornar professor de creche ou pré-escola. A questão, além de formação oficial, deve ser entendida como qualificação para aqueles que desejam atuar no cuidado e na educação de crianças.

No entender de Machado (2002, p. 98):

Em diferentes momentos da história do nosso país e por diferentes razões o trabalho das pessoas que atendem à criança pequena no Brasil sempre foi identificado com uma ação assistencialista, pois tratava-se somente do cuidado, nada mais, nada além disso. Além do que, ao contratar pessoas para creche privilegiavam-se as seguintes características: gostar de crianças, ter boa saúde, boa aparência, facilidade de comunicação, simpatia, boa educação, experiência anterior e dinamismo.

No que tange à linha de pesquisa intitulada a importância da psicomotricidade no 2º período da educação infantil, a pesquisa realizada utiliza a análise documental numa triangulação com o resultado do questionário com a observação e o caderno dos professores e alunos, enfim, toda a documentação que permita as práticas pedagógicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à Psicomotricidade na Formação Inicial e ou Continuada de Professores deve privilegiar práticas e saberes pedagógicos onde o educador se perceba como importante mediador nos processos de aquisição de conhecimento. A ação pedagógica, neste sentido, deve ampliar suas perspectivas e modelos fazendo uso das diferentes contribuições que a Psicomotricidade traz. Pois, segundo Beauclair (2004, p. 23): “cabe aos professores a tarefa de facilitar a aquisição de conhecimentos aos alunos mediando os processos de ensino e levando à aquisição de ideologias e conteúdos libertadores.”

Se o espaço tempo escolar hoje é repleto de desafios para o aluno, também o é para o professor. Os educadores estão sempre em construção, visto que a cada dia, novos desafios surgem no cotidiano da escola.

Assim, Beauclair (2004, p. 25) se manifesta sobre os saberes pedagógicos: “as modernas teorias pedagógicas e psicológicas apontam para a multidimensionalidade humana, para a pluridimensionalidade de nossas inteligências e das formas de se elaborar interações com o mundo, com os outros e com o saber.”

Enquanto campo multidisciplinar de conhecimento humano, a Psicopedagogia se propõem a investigar a aprendizagem, enfatizando seus processos, seus mecanismos e as possíveis dificuldades inerentes a este importante fazer humano. Diferentes contribuições, oriundas de também distintos campos do saber tem possibilitado, aos que se interessam pelo tema, a ampliação de compreensões sobre aspectos diferenciados envolvidos.

A análise criteriosa e detalhada realizada com os resultados coletados indicam que o diagnóstico com fundamentos teóricos sem levar em consideração a prática tornam-se simples conhecimentos e que a prática deve ser coerente com os conhecimentos teóricos.

Considerando a investigação sobre os conhecimentos que o professor do 2º período da Educação Infantil tem sobre a Psicomotricidade e como os utiliza a serviço do desenvolvimento integral dos alunos, constatou-se que os professores possuem pouco conhecimento sobre o assunto e praticam a Psicomotricidade em suas aulas sem que tenham consciência desse ato.

A análise da metodologia utilizada pelo professor de 2º período da Educação Infantil, quanto às atividades de Psicomotricidade, indica que os professores muitas vezes trabalham várias atividades com a mesma função, acarretando maior desenvolvimento em alguns movimentos em detrimento de outros fundamentais para o desenvolvimento global da criança, extremamente necessários na faixa etária dos alunos.

Como existe um sincronismo nas atividades desenvolvidas pelas crianças, quando se deixa de praticar determinada atividade com esses alunos pode-se ocasionar dificuldades na vida adulta pelas etapas não desenvolvidas na fase da Educação Infantil.

Conclui-se, a partir das respostas do questionário, que os professores trabalham a Psicomotricidade em sala de aula sem ter a noção exata do que estão trabalhando, nem a fundamentação teórica para o referido trabalho. Pois, este está intrínseco nas atividades praticadas no cotidiano pelos professores que durante o ano letivo vão acumulando apostilas sobre variados temas, realizando permuta das atividades postas em prática sobre o assunto sem que haja um planejamento adequado dentro da necessidade de cada turma.

Quanto ao desenvolvimento das atividades junto à Secretaria de Educação Cultura e Desporto (SECD) do Município de Boa Vista aliado à avaliação dos resultados vinculados aos projetos educacionais em atividades que envolvem a Psicomotricidade com os professores e os alunos verificou-se que os professores estavam em busca de material e em franca atividade de pesquisa sobre como trabalhar a Psicomotricidade e obter melhores aproveitamentos no desenvolvimento dos alunos. O que está alicerçado nas opiniões dos envolvidos, professores.

A observação mais atenta, o olhar mais aberto, a empatia devem ser fios condutores de uma práxis que conduza o aluno ao prazer de aprender, ao prazer de conhecer e de compartilhar aquilo que se sabe. Nos diferentes movimentos de interação humana há modificação através de relações dialógicas onde habilidades, vínculos, interesses e valores são compartilhados.

As práticas, os saberes pedagógicos e a Psicomotricidade devem estar sempre presentes na formação de professores inicial e/ou continuada por poderem gerar oportunidades importantes para se conhecer mais sobre como ocorre o desenvolvimento cognitivo de todos nós.

De todo o exposto conclui-se que as ações desenvolvidas com os alunos do 2º período da Educação Infantil pelos professores contribuem para sensibilizar os gestores da SECD municipal quanto ao problema da Educação Psicomotora, embora as políticas públicas educacionais desenvolvidas pela SECD municipal não cumprem as diretrizes constantes na LDB e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil proposto pelo MEC através dos PCN.

De acordo com os dados coletados nas diferentes escolas de Educação Infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, verificou-se que os professores, independentemente dos anos de profissão, consideram importante planejar, pois é uma maneira de fornecer sustentação teórica à prática de sala de aula.

Tendo em vista a importância do planejamento, é imprescindível pensar no desafio que a educação tem por vencer. Talvez esse grande desafio consista em conscientizar os professores a questionar, discutir e refletir.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Como aplicar a Psicomotricidade**: uma atividade multidisciplinar com amor e união. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, José Maia Tereza. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

AUSUBEL, David P.; NOVAK, Joseph D.; HELEN, Hanesian. **Princípios da medida e da avaliação**. Educational Psychology, 1978.

BEAUCLAIR, João. **Psicopedagogia, trabalhando competências, criando habilidades**. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Análise de dados. In: **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**: LDB n.º. 9394/96. Brasília: Mec/SEF/COEDI, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GONZALEZ REY, F. **La investigación cualitativa en psicología**: rumbos y desafíos. São Paulo: Educ, 1999.

HAETINGER, Max G. **O universo criativo da criança**. 3.ed. Rio: Criar, 2005.

LE BOUCLCH, Jean. **Educação psicomotora**: psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artmed, 1987.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE. Disponível em: <<http://www.psicomotricidade.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2011.



APLICAÇÃO DO MÉTODO/FERRAMENTA 5W2H NO PEP NA UNEMAT - CAMPUS DIAMANTINO-MT

APLICACIÓN DEL MÉTODO/HERRAMIENTA 5W2H EN EL PEP EN UNEMAT - CAMPUS DIAMANTINO-MT

SANTOS, Marinalva Pereira dos ¹

DOMINGUES, Ana Cristina Peron ²

SILVA, Elba Regina Ferreira da ³

MACHADO, Fernanda Araújo Alencar ⁴

Resumo: Este artigo reflete estudos realizados em relação a aplicabilidade da ferramenta 5W2H, propondo um plano de ações de melhorias para indicadores validados no Planejamento Estratégico Participativo-PEP da Unemat-MT, período de 2016/2018 que foi realizado diante das necessidades logo regionais na área de abrangência do Campus Universitário “Francisco Ferreira Mendes, instituição objeto de pesquisa. O Planejamento também é entendido como um processo de

¹ Graduada em Administração pelas Faculdades Integradas de Diamantino. Mestre em Ciências da Educação UEP - Assunción/Paraguay. Instituição Unemat/MT. E-mail: marinalvaconci@hotmail.com

² Graduada em Administração pelas Faculdades Integradas de Diamantino. Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola - Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. E-mail: ana.peron@unemat.br

³ Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências Sociais e aplicadas de Diamantino. Mestranda em Ciências da Educação UEP - Assunción/Paraguay. E-mail: elbareginaadm@gmail.com

⁴ Graduada em Administração de Empresas com ênfase em Gestão da Informação, pela Faculdade de Cuiabá - FAUC. Mestre em Ciências da Educação UEP - Assunción/Paraguay. E-mail: fernandamachado.cba@hotmail.com

comunicação participativa, que compromete toda comunidade acadêmica de uma instituição, seja pública ou privada, participando do processo de construção do plano estratégico, onde as decisões serão tomadas e visualizando as ações a serem praticadas. Utilizamos a metodologia da abordagem qualitativa. O objetivo deste estudo é descrever a importância das ferramentas mediante indicadores discentes, docentes, infraestrutura, gestão, Ensino e Currículo e tecnologia e inovação validados no planejamento estratégico participativo. Para a pesquisa, foi adotado como metodologia a pesquisa qualitativa, com método hermenêutico para análise e discussão. Como instrumento de coleta de dados, foi realizado um questionário com perguntas fechadas, com 522 docentes e discentes dos cursos de Administração, Direito, Educação Física e Enfermagem em uma universidade do Estado de Mato Grosso, com questões relacionadas aos objetivos validados no PEP realizada por um questionário com perguntas fechadas, de acordo com relatório final do Planejamento Estratégico Participativos da Unemat 2016/2018, para propor um plano de ações de melhorias para cada indicadores ensino e currículo, gestão, inovação e tecnologia e infraestrutura, assim, com base nos resultados da pesquisa no câmpus Diamantino, foi atribuído um valor de ordem crescente de importância nos objetivos estratégicos validados pela comunidade acadêmica. De acordo com as informações obtidas por meio do questionário, percebe-se que a maioria dos discentes e docentes avaliaram de muito importante o Planejamento Estratégico Participativo nos indicadores analisados.

Palavra-chave: Discente. Planejamento estratégico participativo. Ferramentas. Comunidade acadêmica.

Resumen: Este artículo refleja estudios realizados en relación a la aplicabilidad de la herramienta 5W2H, proponiendo un plan de acciones de mejoras para indicadores validados en la Planificación Estratégica Participativa-PEP de la Unemat-MT, período de 2016/2018 que se realizó ante las necesidades regionales el área de cobertura del Campus Universitario "Francisco Ferreira Mendes, institución objeto de investigación. La planificación también se entiende como un proceso de comunicación participativa, que compromete a toda comunidad académica de una institución, ya sea pública o privada, participando en el proceso de construcción del plan estratégico, donde las decisiones serán tomadas y visualizando las acciones a ser practicadas. Utilizamos la metodología del enfoque cualitativo. El objetivo de este estudio es describir la importancia de las herramientas mediante indicadores discentes, docentes, infraestructura, gestión, Enseñanza y Currículo y tecnología e innovación validados en la planificación estratégica participativa. Para la investigación, se utilizó como metodología la investigación cualitativa, con método hermenéutico para análisis y discusión. Como instrumento de recolección de datos, se realizó un cuestionario con preguntas cerradas, con 522 docentes y discentes de los cursos de Administración, Derecho, Educación Física y Enfermería en una universidad del Estado de Mato Grosso, con cuestiones relacionadas con los objetivos validados en el PEP realizada por un cuestionario con preguntas cerradas, de acuerdo con el informe final de la Planificación Estratégica Participativa de la Unemat 2016/2018, para proponer un plan de acciones de mejoras para cada indicador de enseñanza y currículo, gestión, innovación y tecnología e infraestructura, sobre la base de los resultados de la investigación en el cuadro Diamantino, se asignó un valor de orden creciente de importancia en los objetivos estratégicos validados por la comunidad académica. De acuerdo con las

informaciones obtenidas a través del cuestionario, se percibe que la mayoría de los discentes y docentes evaluaron de muy importante la Planificación Estratégica Participativa en los indicadores analizados.

Palabras clave: Discente. Planificación estratégico participativo. Herramientas. Comunidad académica

1 INTRODUÇÃO

A principal característica do que hoje chama-se de Planejamento Participativo não é o fato de estimular a participação de as pessoas que compõem os Campus universitários, sendo representado por toda comunidade acadêmica. Isto existe em quase todos os processos de planejamento: não há condições de fazer algo na realidade atual sem, pelo menos pedir as pessoas que tragam sugestões.

Demo (1989, p. 141):

Usa-se esta participação para cooptar, que de fato é uma tendência (nas universidades) dentro dos campos de propostas de melhorias em todos os processos que constituem uma instituição de ensino público, onde preza pela qualidade dos serviços prestados para toda a comunidade, onde se encontrasse inserida a instituição, e também para interferir na realidade.

Ele se alinha ao lado de outras correntes, como o Planejamento Participativo, no gerenciamento da qualidade do ensino prestado à comunidade acadêmica, ele tem uma filosofia própria e desenvolveu conceitos, modelos, técnicas e instrumentos também específicos.

Convém, desde logo, ressaltar alguns pontos em que o Planejamento Participativo se distingue das demais correntes, mesmo correndo o risco de alguma repetição posterior para aprofundar alguma ideia.

Bichuette e Forlenza (2017, p. 6):

O Planejamento Participativo foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para construção da realidade social. Tais entidades, incluindo aqui nas universidades.

Todas as considerações anteriores nos permitem complementar a caracterização do Planejamento Participativo, firmar sua posição no contexto das atuais universidades de planejamento e complementar as necessidades pelas as quais o planejamento foi desenvolvido.

Afirma Kotler (1992, p. 16):

Que neste sentido o planejamento torna-se o resultado tático da projeção do futuro, mas não se espera que ele resolva o quebra-cabeça estratégico para a empresa; trata-se de um quebra-cabeça dinâmico, cujas peças são encaixadas a cada dia, a cada mês e ano, e não montadas de uma só vez, na elaboração do chamado plano.

Segundo Gandin (2001, p. 87):

O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para administração; parte da ideia que não basta uma ferramenta para fazer bem as coisas dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir a fazer, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade, contribuindo para construção de novos horizontes, entre os quais estão, valores que constituirão a sociedade.

Pretende-se que o Planejamento Participativo seja uma ferramenta para estas instituições, sobretudo utilizadas por grupos e movimentos da sociedade civil fujam do que diz Gandin (2001) com o nome de Administração de Cristóvão Colombo:

Quando ele partiu, não sabia para onde ia. Quando chegou, não sabia onde estava. Quando voltou, não sabia dizer onde esteve! ", o Planejamento Participativo quer mais: deseja ser essencialmente, o planejamento de decidir quais as coisas certas a fazer e quais motivos nos levam a fazê-las, embora não renuncie aos instrumentos e às técnicas que permitam "fazê-las bem. (GANDIN, 2001, p. 87).

O Planejamento Participativo tem uma visão própria de participação. Ele nasce a partir da análise situacional que vê uma sociedade acadêmica organizada de forma injusta, injustiça está se caracteriza pela falta de participação da comunidade.

Neste contexto, participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da instituição, mesmo a possibilidades de decidir alguns pontos esparsos e de menor importância: participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana.

Estamos, contudo, num mundo que anuncia claramente um século XXI com o poder distribuído e não mais concentrado nas mãos de alguns, sejam pessoas, governos ou instituições. Estamos passando de uma época em que se reconhecia

uma cosmovisão pronta e determinada, ora um tempo em que é preciso construir a cada momento uma visão holística; Mais ainda, firma-se a convicção de que não são só os poderosos que tem capacidades de descobrir caminhos; todos temos esta sabedoria e este direito não pode ser subtraído das pessoas.

Cada vez mais vem o tempo em que governar e até administrar entidades não governamentais é coordenar o processo de definição conjunta de rumos sociais e, conjuntamente, administrar os meios para seguir a caminhada nos rumos estabelecidos conforme o objetivo de qualquer instituição.

Neste sentido, vem o tempo em que o governante e o dirigente não só dirão que são, mas realmente vão ser servidores da comunidade onde estão inseridos.

Demo (1999, p. 241) “define participação como processo de conquista e construção organizada da emancipação social”. E com, contudo, hoje um conceito que serve a três desastres extremamente graves: a manipulação das pessoas pelas “autoridades”, através do simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o consequente desgaste da ideia; a falta de compreensão abrangente da ideia de participação.

Segundo Silva (2001, p. 89):

A principal característica do que hoje chama Planejamento Participativo não o fato de estimular a participação de as pessoas que compõem os Campus universitários, sendo representado por toda comunidade acadêmica. Isto existe em quase todos os processos de planejamento: não há condições de fazer algo na realidade atual sem, pelo menos pedir às pessoas que tragam sugestões.

A prática do Planejamento Participativo pressupõe a participação, que de acordo com Demo (1988, p. 67) “deve levar ao fenômeno da autopromoção, entendida como uma política social centrada nos próprios interessados que passam a autogerir ou co-gerir a satisfação de suas necessidades.”

Convém, desde, logo, ressaltar alguns pontos em que o Planejamento Participativo se distingue das demais correntes, mesmo correndo o risco de alguma repetição posterior para aprofundar alguma ideia.

O Planejamento Participativo foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para construção da realidade social. Tais entidades, incluindo aqui nas universidades.

Todas as considerações anteriores nos permitem complementar a caracterização do Planejamento participativo, firmar sua posição no contexto das atuais universidades de planejamento e complementar as necessidades pelas as quais o planejamento foi desenvolvido.

Kotler (1992, p. 63) cita que:

Planejamento participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para administração; parte da ideia que não basta uma ferramenta para “fazer bem as coisas” dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir “a fazer, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade, contribuindo para construção de novos horizontes, entre os quais estão, valores que constituirão a sociedade.

2 MARCO TEÓRICO

Neste contexto, participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da instituição, mesmo a possibilidades de decidir alguns pontos esparsos e de menor importância: participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana.

Gandin (2001, p. 88) comenta:

[...] anuncia claramente um século XXI com o poder distribuído e não mais concentrado nas mãos de alguns, sejam pessoas, governos ou instituições. Estamos passando de uma época em que se reconhecia uma cosmovisão pronta e determinada, para um tempo em que é preciso construir a cada momento uma visão holística; mais ainda, firma-se a convicção de que não são só os poderosos tem capacidades de descobrir caminhos; todos temos esta sabedoria e este direito não pode ser subtraído das pessoas.

Complementa:

A participação é, contudo, hoje um conceito que serve a três desastres extremamente graves: a manipulação das pessoas pelas “autoridades”, através do simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o consequente desgaste da ideia; a falta de compreensão abrangente da ideia de participação. (GANDIN, 2001, p. 88).

Usa-se esta participação para cooptar, que de fato é uma tendência (nas universidades) dentro dos campos de propostas de melhorias para interferir na realidade. Ele se alinha ao lado de outras correntes, como o Planejamento

Participativo, o gerenciamento da qualidade do ensino prestado a comunidade acadêmica, ele tem uma filosofia própria e desenvolveu conceitos, modelos, técnicos instrumentos também específicos.

Iniciamos a discussão sobre a universidade levantando uma questão a partir do pensamento de Goergen e Dias Sobrinho (2005, p. 14):

Ao afirmar que os mecanismos da globalização e da internacionalização, diretamente atrelados ao sistema capitalista neoliberal, podem trazer e, certamente trazem embutidos valores e visões de mundo, modos de ver e interpretar as relações culturais e de convivência humana que afetam o fazer universidade.

Portanto, o desafio para as universidades (PEP, 2016) “é como dar conta de sua pertinência local, da promoção dos interesses, necessidades, carências e especificidades da comunidade à qual pertence e, ao mesmo tempo, responder às dimensões e exigências mais amplas do mundo globalizado”. Essa e tantas outras questões precisam ser enfrentadas abertas e criticamente pela universidade.

O planejamento está diretamente ligado a estratégias de qualquer instituição ou organização, onde este termo tem origem do termo estratégico encontra-se na teoria militar, onde utiliza o combate para atingir a finalidade que é guerra.

Tavares (2008) afirma que “a estratégia corresponde à capacidade de se trabalhar contínua e sistematicamente o ajustamento da instituição as condições ambientais que se encontra em constantes mudanças, tendo sempre em mente a visão de futuro”. Planejamento é uma formulação sistematizada de objetivos e ações alternativas, que ao final a escolha se dava sobre a melhor ação, que visam alcançar os objetivos anteriormente estabelecidos.

a) O planejamento está relacionado com adaptação da instituição a um ambiente mutável, b) o planejamento é orientado para o futuro, e é compreensivo;

b) é um processo de construção de consenso;

c) é uma forma de aprendizado. Sabendo que, na pratica do planejamento devem ser escolhidos de acordo com o diagnóstico feito na organização, e deve seguir uma serie de premissas.

Quando se vai elaborar um planejamento é determinar com precisão questões básicas, porem primordiais:

Quem somos? Onde queremos chegar? Avaliamos os fatores externos? Como atingirmos os objetivos.

A partir daí, simula situações diversas, construir cenários, não objetivando prever o futuro, mas sim descrever, possíveis acontecimentos. O importante definirmos as ações e controlar as ações estabelecidas, visando mensurar desempenho e cronograma a ser cumprida.

Marshall Jr. (2007) diz que “Planejar é a palavra apropriada para se projetar um conjunto de ações para atingir um resultado claramente definido, quando se tem plena certeza da situação em que as ações acontecerão e controle quase absoluto dos fatores que asseguram o sucesso no alcance dos resultados.”

O planejamento como é feito convencionalmente tem pouco a oferecer em qualquer situação altamente ambígua. Os documentos elaborados, as previsões, os planos de ação e os cronogramas frequentemente não passam de miragem intelectual. Em alguns casos, a ilusão de exatidão que eles criam pode levar a um desvio da concentração nos meios para se alcançar o sucesso.

Eles podem dirigir sua atenção erroneamente, fazendo com se siga os planos em vez de explorar oportunidades, das quais a maioria certamente não constará dos planos. Em uma abordagem de projeção do futuro, são necessárias medidas de resultado, ou indicadores críticos, que ajudem a medir a eficácia das estratégias de ação. Mas não podemos nos iludir, pensando que temos um conjunto realista de metas e que estaremos trabalhando para atingi-las.

Ao contrário, estaremos desenvolvendo estratégias de ação para explorar o que está acontecendo no ambiente e usando os indicadores críticos para, então, decidir o que fazer. A preocupação, nesse momento, não deve se centrar na expectativa de êxito ou fracasso, pois estaremos nos adaptando continuamente às consequências das nossas estratégias de ação.

Para Chiavenato (2006, p. 45) “é preciso tanto planejar quanto projetar o futuro para tornar-se uma instituição bem-sucedida. São necessários indivíduos capacitados e treinados para desempenhar suas tarefas”. Requer-se líderes que dominem ambas as práticas. Enquanto projetar o futuro é um processo que envolve decidir como agir com base no que está ocorrendo no ambiente imediato e no futuro próximo, planejar é a tradução dessa decisão em ações gerenciáveis.

A impossibilidade de se fazer um planejamento para um futuro que se mostra confuso e ambíguo não deve gerar sentimento de frustração ou impotência.

Deve-se, isto sim, desenvolver as qualificações e a disciplina para interpretar continuamente esse futuro em termos de ações e iniciativas estratégicas, e assim

usar as habilidades de planejar para concretizar planos coerentes. Pode-se sintetizar as orientações seguidas no planejamento e na projeção do futuro da seguinte forma:

Para Oliveira (2011, p. 124) “comenta-se que a projeção futura e o planejamento devem encontrar-se no ponto em que seja possível divisar uma estratégia de ação e traduzi-la numa meta ou alvo.” A democratização da gestão nas universidades implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e tomadas de decisões.

Trata-se de processo a ser construído coletivamente e considerando a especificidade e possibilidade histórica de cada instituição, onde estão descritos na LDA e ainda leis complementares que contribuem para o desenvolvimento democrático das universidades públicas.

Boucinhas (1972, p. 16) atenta que no processo do planejamento, a instituição deve fixar seus objetivos em níveis satisfatórios:

Torna possível a incorporação, ao plano, de múltiplos objetivos, seja a de natureza qualitativa, seja quantidade. O tratamento de múltiplos objetivos, na quantificação de objetivos, seja em virtude das dificuldades na quantificação de certos objetivos, múltiplos em uma única variável representativa do sistema e o planejamento para obtenção de resultados óticos requer o uso de modelos matemáticos de natureza analítica.

A democratização da gestão nas universidades implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e tomadas de decisões. Trata-se de processo a ser construído coletivamente e considerando a especificidade e possibilidade histórica de cada instituição, onde estão descritos na LDA e ainda leis complementares que contribuem para o desenvolvimento democrático das universidades públicas.

Objetivando trazer à tona a perspectiva estratégica no âmbito do serviço público sinaliza o papel da organização pública, destacando as concepções sobre a missão, visão estratégica, valores e princípios, envolvendo toda parte envolvida no processo de gestão, bem como sobre seus representantes.

Porter (2010) enfatiza as concepções sobre clima e cultura vigente nas instituições pública. Ao mesmo tempo, salienta a proposta de analisar SWOT (fatores internos e externos) e os impactos no campo organizacional.

Na visão de Sun Tzu (general, estrategista e filósofo chinês, autor de “A Arte da Guerra”, escrito durante o século IV a.C.) e de acordo com outros pontos de vista

históricos (MINTZBERG, 2010), o planejamento estratégico teve origem com práticas militares que incluíam o estudo do inimigo como base para o delineamento de estratégias.

Nesse sentido, pode-se fazer uma ligação com o contexto corporativo e institucional, observando que não se pode agir sem haver uma programação em função do que se almeja.

Para Toni (2008, p. 85) “todo planejamento exige racionalidade e flexibilidade. Há de se considerar as necessidades de adequação dos meios e das estratégias em prol dos objetivos traçados, considerando que cada variável pode interferir positiva ou negativamente no final dos processos”. Uma das vertentes do planejamento é o Planejamento Participativo, que se desenvolveu paralelamente ao planejamento estratégico.

Trata-se da busca de uma visão múltipla e integrada de desenvolvimento, de modo que cada alternativa da referida visão representa uma possibilidade para se atingir o objetivo almejado e implica numa alternativa de utilização dos recursos disponíveis

Hindle (2002, p. 158) contextualiza o processo de governança corporativa, a partir dos princípios de governança pública e a imperiosa necessidade de transparência nas prestações de conta. “Enseja os pilares que compõem o planejamento estratégico participativo público.”

Chiavenato (2011) enfatiza que a gestão estratégica se constitui como indicador de uma importância no contexto organizacional na medida em que viabiliza o dimensionamento de práticas públicas sob várias perspectivas, tendo como pilares: ambiente socioeconômico, o cliente cidadão, as organizações públicas e privadas, o governo e as demandas socioculturais.

A opção de gestão estratégica no ambiente dos serviços públicos vem se constituindo como mecanismo contemporâneo, contribuindo para alavancagem das organizações públicas no tocante ao seu posicionamento frente ao mercado de produtos e serviços.

Após o desmembramento dos planos gerais em planos setoriais e desses em planos operacionais, é o momento de colocar o documento em prática. A implementação corresponde à execução dos planos operacionais e dos programas. A implementação, sem dúvida, é o ponto mais crítico do planejamento estratégico.

Nessa etapa uma das ferramentas utilizadas é a matriz do tipo 5W2H que auxilia na estruturação do plano e deixa claro: o que será feito, quem irá fazer, quando deve ser feito, onde deve ser feito, porque fazer, qual método a utilizar para implementar o plano e quando custa.

A implementação como um todo, deve ser acompanhada por uma equipe constituída pela alta direção da organização, cujo papel é acompanhar e avaliar a implantação e resolver problemas identificados na execução.

3 METODOLOGIA

Para realização deste estudo fez-se uso de vários métodos a seguir caracterizados: Apropria-se da pesquisa bibliográfica na medida em que se utiliza de materiais como livros, revistas, artigos como explica Silva (2002, p. 21): “Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.”

A pesquisa teve como o levantamento de informações relacionadas ao planejamento estratégico, utilizou-se de conteúdo descritos nos relatórios validados pela Unemat (PEP-2015/2025) durante a fase de diagnóstico situacional, como explica Silva (2002, p. 21): “Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.”

3.1 Caracterização do tipo de Pesquisa

No que se refere aos tipos de pesquisas, na área da educação são mais comuns aquelas com abordagem qualitativa que são voltadas para o entendimento de fenômenos humanos, cujo objetivo é alcançar uma visão detalhada da forma como os informantes os aprendem.

Os princípios que caracterizam a abordagem qualitativa de pesquisa é a descrição, a interpretação, a procura dos significados para os fenômenos estudados.

Segundo Oliveira (2012, p. 43) “a pesquisa fundamenta-se nas evoluções da pós-modernidade em ciência que trouxeram certa mudança de expectativa com respeito à pesquisa qualitativa”. Consideramos que ocorreram fases evolutivas que motivaram discussões fundamentais até alcançar a pesquisa qualitativa.

3.2 Método Hermenêutico

Analizou a compreensão dos relatos e fatos ocorridos, valendo-se da interpretação da 'fala', dos 'depoimentos' e relatórios dos acadêmicos na busca do aprofundamento da teoria e da prática, bem como ampliando o conhecimento daquilo que foi pesquisado e vivenciado.

Na pesquisa este método foi utilizado em vários momentos da análise dos dados coletados pelos diferentes instrumentos, tendo como instrumento principal de análise o Relatório Final do PEP 2015/2025, onde foram validados os objetivos estratégicos pela UNEMAT para os 13 *Campus* que compõem a instituição. Conforme consta no Design da Pesquisa

3.3 Metodologia: métodos e suas fundamentações

Para realização deste estudo fez-se uso de vários métodos a seguir caracterizados: Apropria-se da pesquisa bibliográfica na medida em que se utiliza de materiais como livros, revistas, artigos como explica Silva (2002, p. 21): "Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet. "

Bem como da Pesquisa de levantamento na medida e que se utiliza de relatos dos gestores e servidores durante a fase diagnóstica, como explica Silva (2002, p.21): "Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer."

Técnicas

Como técnicas para a análise e discussão dos dados utilizaram-se as seguintes a seguir caracterizadas:

Análise de Conteúdos: análise a partir da interpretação das falas dos sujeitos da pesquisa através da codificação de dados, a qual se assenta nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, a qual é definida, segundo Bardin (1977, p. 42) como sendo:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. O uso da Análise de Conteúdos teve como objetivo propiciar um processo de valorização de todas as opiniões, percepções e manifestações dos acadêmicos durante os caminhos investigativos percorridos.

Bem como da Pesquisa de levantamento de informações relacionadas ao planejamento estratégico, utilizou-se de conteúdo descritos nos relatórios validados pela Unemat (PEP-2015/2025) durante a fase de diagnóstico situacional, como explica Silva (2002, p. 21): “Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.”

Instrumentos de coletas de dados (ICD): Identificação, denominação e caracterização:

Foram utilizados um questionário em Escala Likert: adotando os critérios de avaliação: (1) Pouco Importante; (2) Importância Relativa; (3) Importância Média (4) Importante (5) Muito Importante. Posteriormente, para a análise utilizamos apenas a frequência das opções assinaladas pela amostra, evitando-se, por julgarmos não necessária, a análise quantitativa.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 341), a Escala Likert baseia-se em um conjunto de itens em que apresenta forma de afirmações para medir a reação de um Sujeito três, cinco ou sete categorias, uma atitude está predisposta a responder coerentemente um favoravelmente ao objeto, ser vivo, a atividade, conceito, pessoa ou símbolos, bem, os seres humanos têm atitudes muito diferentes em relação a objetos, símbolos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Atualmente o *Campus* de Diamantino, possui 1.163 acadêmicos, distribuídos nos cursos de Administração (274), Direito (439), Educação Física (210) e Enfermagem (240). O quadro docente é composto, atualmente, por 82 docentes, sendo 15 efetivos e 67 contratados.

Com questionário com uso da escala likert: foi aplicação do instrumento de pesquisa com a finalidade de obtenção dos 522 entrevistados sua valorização em

relação a percepção dos docentes e discentes a respeito dos indicadores presentes no PEP diante da realidade existentes no Campus de Diamantino-MT.

A respeito dos objetivos estratégicos validados pela UNEMAT no Planejamento Estratégico Participativo 2016/2018.

Para cada conceito cinco possibilidades de valorização, sendo:

LEGENDA: (DT): DISCORDO TOTALMENTE (DP) DISCORDO PARCIALMENTE (D) DISCORDO; (C) CONCORDO (CT) CONCORDO TOTALMENTE

Tabela 1 - População 1.243 docentes e discentes

DOCENTES/DISCENTES	POPULAÇÃO	AMOSTRA
ENTREVISTADOS	1.243	522

Fonte: Elaborado pelos autores

Nos instrumentos de coletas de dados, foram feitas as análises dos indicadores presentes no PEP com a finalidade de obtenção dos entrevistados sua valorização em relação a percepção dos docentes e discentes a respeito da proposta do plano de ações de melhorias, diante da realidade existentes no Campus de Diamantino-MT. Validando a proposta por meio da participação da comunidade acadêmica 2016/2018 na construção do PEP

INDICADOR E DIMENSÃO DISCENTE - 1 A 1.10

AÇÕES VALIDADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA - SEMINÁRIO ABERTO Á COMUNIDADE

Nas ações propostas 1.5 e 1.8 no que diz respeito política de nivelamento de calouros, 67 discordaram parcialmente e na ação de aprimoramento e desenvolvimento de práticas construtivas de formação profissional, 37 discordaram parcialmente.

Nas demais ações 1.1-1.2-1.3-1.4-1.6-1.7 todos os entrevistados concordaram com as propostas de ações de melhorias.

INDICADOR E DIMENSÃO DOCENTE - 2 A 2.16

AÇÕES VALIDADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA - SEMINÁRIO ABERTO Á COMUNIDADE.

Nas ações propostas 2.2-2.3-2.7 no curto prazo 30 docentes discordaram parcialmente, na ação 2.15 a longo prazo 38 docentes discordaram parcialmente, na demais ações propostas prevaleceram concordam e concordaram totalmente com as ações propostas.

Nas demais ações 2.1-2.4-2.5-2.6-2.7-2.8-2.9-2.10-2.11-2.12-2.13-2.14-2 e 2.16 todos os entrevistados concordaram com as propostas de ações de melhorias.

INDICADOR E DIMENSÃO ENSINO E CURRÍCULO - 3 A 3.11
AÇÕES VALIDADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA - SEMINÁRIO ABERTO
À COMUNIDADE.

Nas ações de curto prazo 39 dos entrevistados discordaram parcialmente da ação 3.4, já na ação proposta a médio prazo 13 discordaram parcialmente da ação 3.8 e nas demais ações a longo prazo 3.8 -3.9 e 3.11 discordaram parcialmente das propostas.

Nas demais ações 3.1-3.2-3.3-3.5-3.6 e 3.7 todos os entrevistados concordaram e concordaram totalmente com as propostas de ações de melhorias para *campus*.

INDICADOR E DIMENSÃO GESTÃO - 4 A 4.16
AÇÕES VALIDADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA - SEMINÁRIO ABERTO
À COMUNIDADE.

Na ação do indicador gestão 4.2 a curto prazo 70 dos entrevistados discordaram parcialmente com as propostas, já na ação 4.8 a médio prazo, 31 dos entrevistados discordaram parcialmente, e na ação 4.16 a longo prazo 57 da comunidade acadêmica discordaram parcialmente da ação proposta.

Nas ações 4.1 – 4.3 – 4.4 e 4.5 todos os entrevistados concordaram e concordaram totalmente com as ações propostas.

INDICADOR E DIMENSÃO INFRAESTRUTURA - 5 A 5.20
AÇÕES VALIDADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA - SEMINÁRIO ABERTO
À COMUNIDADE.

Na ação 5.3 e 5.6 do indicador infraestrutura a curto prazo 13 dos entrevistados discordaram parcialmente e 18 discordaram das ações propostas, já nas ações 5.11 e 5.13 a médio prazo, 15 dos entrevistados discordam e 14 discordaram parcialmente, e na ação 5.20 a longo prazo 23 da comunidade acadêmica discordaram parcialmente da ação proposta.

Nas demais ações 5.1 – 5.2 – 5.4 – 5.5 – 5.7 – 5.8 – 5.9 – 5.10 – 5.12 – 5.14 – 5.15 – 5.16 – 5.17 – 5.18 – 5.19 todos os entrevistados concordaram e concordaram totalmente com as ações propostas.

INDICADOR E DIMENSÃO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - 6 A 6.15
AÇÕES VALIDADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA - SEMINÁRIO ABERTO
À COMUNIDADE.

ação 5.3 e 5.6 do indicador infraestrutura a curto prazo 13 dos entrevistados discordaram parcialmente e 18 discordaram das ações propostas, já nas ações 5.11 e 5.13 a médio prazo, 15 dos entrevistados discordam e 14 discordaram parcialmente, e na ação 5.20 a longo prazo 23 da comunidade acadêmica discordaram parcialmente da ação proposta.

Nas demais ações 5.1 – 5.2 – 5.4 – 5.5 – 5.7 – 5.8 – 5.9 – 5.10 – 5.12 – 5.14 – 5.15 – 5.16 – 5.17 – 5.18 – 5.19 todos os entrevistados concordaram e concordaram totalmente com as ações propostas.

PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIAS PARA CAMPUS “UNIVERSITÁRIO FRANCISCO FERREIRA MENDES” - UNEMAT - DIAMANTINO-MT.

**LEGENDA: (DT): DISCORDO TOTALMENTE (DP) DISCORDO PARCIALMENTE
(D) DISCORDO; (C) CONCORDO (CT) CONCORDO TOTALMENTE**

Quadro 1 - Dimensão discentes a ações para serem validadas

1- DIMENSÃO DISCENTES – AÇÕES PARA SEREM VALIDADAS		DT	DP	D	C	CT
CURTO PRAZO	1.1 Melhoria na Assistência Estudantil (MODADIA, BOLSAS, ASSISTENCIA PSICOLOGICA, AUXILIOS FINANCEIROS, REST.UNIVERSITÁRIO.	0	15	0	186	321
	1.2 Definição de ações de combate à evasão (POLITICAS DE APOIO ESTUDANTIL)	0	02	0	19	501
	1.3 Fortalecimento das políticas de ingresso, permanência, conclusão e qualidade discente.	0	09	02	80	431
	1.4 Potencialização da relação teoria x prática	0	01	02	121	398
MÉDIO PRAZO	1.5 Fortalecimento das políticas de nivelamento dos calouros.	0	67	0	387	68
	1.6 Estimulação da convivência e lazer nos campus	0	09	0	81	432
	1.7 Aprimoramento das formas de ingresso.	0	03	0	21	498
LONGO PRAZO	1.8 Aprimoramento do desenvolvimento de práticas construtivas na formação do profissional.	0	37	0	224	261
	1.9 Consolidação da participação da comunidade acadêmica em projetos a serem aplicados nos câmpus e territórios de entorno, sobre a interação entre o ser humano e o ambiente.	0	09	0	481	32
	1.10 Criação de estruturas de atendimento aos universitários.	0	0	0	37	485
2 DIMENSÃO DOCENTE - AÇÕES PARA SEREM VALIDADAS		DT	DP	D	C	CT
CURTO PRAZO	2.1 Consolidação da participação da comunidade acadêmica em projetos a serem aplicados nos <i>Campus</i> e territórios de entorno, sobre a interação entre o ser humano e o ambiente.	0	07	0	07	508
	2.2 Criação de estruturas de atendimento aos universitários	0	30	0	61	431
	2.3 Capacitação contínua pedagógica para todos os professores	0	26	0	398	98
	2.4 Aprimoramento mecanismo de avaliação docente.	0	21	0	430	71
	2.5 Dar condições de trabalho adequadas ao corpo docente para exercer o ensino, pesquisa e extensão.	0	72	04	329	51
	2.6 Regulamentação dos professores atuando em cargo de Gestão.	0	68	08	432	14
	2.7 Regulamentação a relação entre os docentes da UNEMAT e a sociedade	0	23	02	398	49
MÉDIO	2.8 Ampliação do quadro de docentes efetivos.	07	23	09	102	381
	2.9 Promoção a interdisciplinaridade no desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão relevantes à sociedade nas diversas áreas do conhecimento.	0	10	01	80	431

PRAZO	2.10 Aumentar a participação em conselhos externos.	0	17	0	14	491
	2.11 Capacitação, qualificação e atualização pedagógica os docentes.	0	20	0	328	174
	2.12 Promoção e divulgação das ações de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelos docentes.	0	0	0	131	391
LONGO PRAZO	2.13 Qualificação profissional propiciando que o professor possa atuar tanto na graduação quanto na pós-graduação	0	0	0	56	466
	2.14 Criação de fóruns de discussão de políticas públicas a partir das expertises dos docentes e técnicos a fim de se tornar referência em pesquisa e extensão em níveis regional, nacional e internacional.	0	0	0	115	407
	2.15 Desenvolvimento de políticas de incentivos à parceria público-público e ou público-privado.	0	38	0	122	362
	2.16 Consolidação a interlocução da formação inicial (curso de licenciatura) com a educação básica	02	15	57	89	359
3 DIMENSÃO ENSINO E CURRÍCULO – AÇÕES PARA SEREM VALIDADAS		DT	DP	D	C	CT
CURTO PRAZO	3.1 Qualificação e capacitação do quadro docente	0	09		132	381
	3.2 Direcionar esforços (orçamentário, administrativo, materiais e humanos) para consolidar os cursos existentes	0	0	0	241	281
	3.3 Otimização do sistema de créditos para facilitar a conclusão do curso pelo aluno	0	0	0	99	423
	3.4 Proposta de alterações da estrutura curricular com vistas à resolução dos problemas de deficiência educacional do ingresso do candidato	0	39	09	152	322
	3.5 Promover a inovação curricular nas matrizes dos cursos	0	0	0	197	325
MÉDIO PRAZO	3.6 Flexibilização do currículo respeitando a interdisciplinaridade e a creditação das disciplinas, bem como a inserção de práticas metodológicas inovadoras e promovendo a consolidação das políticas de inclusão.	0	0	0	198	324
	3.8 Adequação dos espaços para que a comunidade acadêmica tenha maior convivência teórico prático fora do ambiente da sala de aula.	0	13	0	402	107
LONGO PRAZO	3.9 Ser excelência na qualidade do ensino em áreas estratégicas definidas pela UNEMAT	0	15	0	69	438
	3.10 Consolidação do ensino de graduação para subsidiar a implementação de pós-graduação nos câmpus/faculdades.	0	03	05	31	483
	3.11 Tornar-se referência no oferecimento de cursos nas modalidades diferenciadas.	0	15	06	23	478
4 GESTÃO – AÇÕES PARA SEREM VALIDADAS		DT	DP	D	C	CT
CURTO PRAZO	4.1 Capacitação dos gestores	0	15		321	186
	4.2 Revisão/Criação de normas e procedimentos que regulamentam a UNEMAT, reduzindo a burocracia sempre que possível.	0	70	05	149	298
	4.3 Proporcionar maior acessibilidade às informações.	0	03	0	218	301
	4.4 Incentivar a inovação tecnológica.	0	02	0	22	498
	4.5 Fortalecer a imagem e os canais de comunicação da Instituição junto as esferas Municipal, Estadual e Federal.	0	08	0	113	401
	4.6 Estabelecer políticas para garantir a qualidade no ensino, pesquisa e extensão nos cursos já existentes.	0	0	0	172	328

	4.7 Ampliar gestão participativa e inovadora, buscar efetivamente o saneamento de problemas e primar pela excelências das ações, por meio do PEP.	0	22	0	186	198
	4.8 Promover políticas de inserção da comunidade na UNEMAT e da UNEMAT na comunidade.	31	07	0	399	85
MÉDIO PRAZO	4.9 Proporcionar maior autonomia e participação.	0	03	0	81	438
	4.10 Fortalecer as atividades das políticas de planejamento institucional.	01	02	0	119	401
	4.11 Intensificar a comunicação com o governo do estado.	0	16	0	122	384
	4.12 Estabelecimento de uma política de preservação do meio ambiente.	0	09	0	222	291
	4.13 Buscar alternativas de fomento.	0	131	10	60	321
	4.14 Aprimoramento dos projetos: atuar em consonância com os anseios diretos da comunidade onde esta inserida, promovendo a participação da comunidade acadêmica	0	02	0	119	401
LONGO PRAZO	4.15 Desenvolvimento de Política de Sustentabilidade da UNEMAT.	0	0	0	231	291
	4.16 Implementar os Setores com Recursos Tecnológicos e incentivar as iniciativas de criação de novas tecnologias.	0	57	0	132	333
5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA – AÇÕES PARA SEREM VALIDADAS		DT	DP	D	C	CT
CURTO PRAZO	5.1 Dar manutenção imediata para a área de TI, a fim de atender as demandas de sistemas e comunicações.	0	0	0	71	451
	5.2 Disponibilizar acesso à internet com eficiência em todo os ambientes da UNEMAT.	0	0	03	81	438
	5.3 Otimização das políticas de TI	0	13	18	97	394
	5.4 Destinação correta dos resíduos de forma correta e contínua	0	0	0	86	436
	5.5 Elaboração de plano para construção, estruturação e manutenção para atender ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.	0	0	0	39	483
	5.6 Aprimoramento do controle e a divulgação do parque patrimonial de equipamentos	0	41	09	325	147
	5.7 Estabelecimento de política de depreciação, reposição e atualização de equip. elétricos/eletrônicos, mobiliário, acervo bibliográficos.	0	0	0	78	444
MÉDIO PRAZO	5.8 Adquirir sistemas de controle, gestão e serviços acadêmicos com interface padronizada e desenvolvimento descentralizado	0	0	0	487	35
	5.9 Adquirir e dar manutenção de equipamentos de informática e servidores de dados.	0	0	0	458	
	5.10 Buscar áreas experimentais para aulas de campo	0	02	0	47	473
	5.11 Adequação do sistema de saneamento básico, rede elétrica e de drenagem dos <i>Campus</i>	0	138	15	231	138
	5.12 Disponibilização de casa do estudante e restaurante universitário	0	06	0	79	437
	5.13 Melhoraria na área de estacionamento dos <i>Campus</i>	0	14	0	505	3
	5.14 Aquisição de livros da bibliografia básica de novos cursos antes de sua implantação.	0	0	0	189	333

	5.15 Elaborar um plano de segurança para os 13 <i>Campus</i>	0	0	0	239	283
	5.16 Ampliação auditórios p/ melhor acolher os eventos da comunidade acadêmica e sociedade em geral.	0	0	0	24	498
	5.17 Implementação da gestão da frota interna.	0	298	0	87	137
PRAZO	2.18 Instalação de uma rede de fibra óptica interligando todos os <i>Campus</i> e estar consolidada a política de expansão dos serviços e centros de dados de cada <i>Campus</i> , integrando a UNEMAT com a RNP - Rede Nacional de Pesquisa	0	0	0	335	187
	5.19 Ampliação dos espaços para infraestrutura como salas de aula, banheiros, laboratórios, bibliotecas, auditórios de acordo com um planejamento arquitetônico mais moderno e com princípios de sustentabilidade e acessibilidade.	0	0	0	298	224
	5.20 Consolidação de espaços adequados nos <i>Campus</i> para a prática de artes em cursos e em eventos culturais abertos à comunidade.	0	23	0	114	385
6 DIMENSÃO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – AÇÕES PARA SEREM VALIDADAS		DT	DP	D	C	CT
CURTA PRAZO	6.1 Fortalecimento das políticas de incentivo à inovação tecnológica no currículo.	0	0	0	98	421
	6.2 Proposta de Políticas de incentivo a pesquisa e investimento em inovações tecnológicas, com a participação do governo, agência de fomento, comunidade acadêmica e iniciativa privada.	0	0	0	62	460
	6.3 Melhoria nas estruturas que garantem a inovação tecnológica	0	0	0	132	390
	6.4 Otimização das políticas de TI, visando o aprimoramento, atualização, qualificação e usabilidade dos recursos.	0	0	0	39	483
	6.5 Inserir a UNEMAT nas ações do NIT no Parque Tecnológico	0	59		65	398
	6.6 Criação e disponibilização de ferramentas para a melhoria do ensino a distância da UNEMAT	0	0	0	41	481
MÉDIO PRAZO	6.7 Ampliação da pesquisa com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no estado de MT.	0	98	0	39	385
	6.8 Buscar recursos, parcerias e políticas de pesquisas para novas tecnologias	0	0	0	41	481
	6.9 Consolidação de políticas de incentivo para pesquisas de inovação tecnológica nos diversos cursos da IES	0	0	0	502	20
	6.10 Buscar e estimular políticas de incentivo à parceria público-privado	0	0	0	431	91
LONGO PRAZO	6.11 Ter políticas de TI consolidadas.	0	0	0	501	21
	6.12 Estreitamento de relacionamento institucional com setores, apresentar seus produtos e identificar potencialidades tecnológicas e humanas	0	21	0	136	365
	6.13 Elaborar um plano de política pública estadual de inovação tecnológica e polos tecnológicos.	0	0	0	431	91
	6.14 Propostas inovadoras para as ações governamentais.	0	136	0	113	273
	6.15 Elaboração de uma proposta e acompanhar políticas de incentivo à pesquisa, criando fundos próprios para este fim.	0	0	0	397	125

Fonte: elaborado pelos autores

5 CONCLUSÃO

O Planejamento Estratégico Participativo nas universidades é uma tendência nas áreas de intervenção social e educacional, e tem como um de seus principais objetivos interferir na realidade, de modo a transformá-la, contribuindo com ações de melhorias e contando com a colaboração de todos os envolvidos”.

Um planejamento estratégico irá possibilitar a definição de uma direção única, transformando uma postura reativa em proativa e inovadora, que orienta e agiliza o processo decisório na medida em que sistematiza parâmetros e informações para o realinhamento do perfil futuro da Universidade.

Além da pesquisa de levantamento de informações relacionadas ao planejamento estratégico, utilizou-se também os conteúdos descritos nos relatórios validados pela UNEMAT (PEP-2015/2025) durante a fase de diagnóstico situacional.

Onde, o objetivo foi propor um plano de ações de melhorias com base nos resultados obtidos nos diferentes ICDs aplicados na pesquisa, validando os mesmos através de um questionário com uso da escala Likert aplicados durante um seminário interno, com representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

Sendo os métodos utilizados na Pesquisa, o hermenêutico, comparativo, dialético, dialógico, e as técnicas análise de conteúdo, análise comparativa e a expositiva dialogada.

Tendo em vista tudo que foi abordado neste estudo, podemos refletir sobre a importância da comunidade acadêmica na construção do planejamento estratégico participativo nas organizações públicas tem como foco a missão, visão estratégica e metas a serem atingidas.

Os Campus deverão elaborar um plano estratégico com todas as áreas dos conhecimentos, em busca de objetivos comuns de uma universidade, onde suas

diretorias, coordenações e departamentos precisam obterem conhecimento de todos os papéis desempenhados pela instituição:

Toda comunidade acadêmica deve participar das atividades a serem desenvolvidas pelos seus respectivos Campus, é de responsabilidade da gestão discutir e demonstrar a comunidade acadêmica a missão, visão estratégica, valores e princípios da Unemat, sabendo que é composta por várias dimensões.

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos.

As Organizações Públicas, na sua maioria, realizam planejamento sistemático de suas ações para cumprir exigência dos órgãos de fiscalização.

Na prática, o planejamento por elas realizado cumpre mais o papel de relatório do que propriamente de planejamento, á que raramente chegam no detalhamento do público a ser atingido, ficando no máximo no nível de serviço oferecido.

A ferramenta aqui apresentada cumpre o papel de realizar planejamento tendo como alvo a população que deseja um serviço público de qualidade.

Na proposta de construção de um plano de ações de melhorias para o *Campus* Universitário de Diamantino, foi utilizado a ferramenta da qualidade 5W2H, foi muito útil no desenvolvimento do plano de ação para o período 2016/2018.

A ferramenta é utilizada para descrever um plano de ação de atividades preestabelecidas que precisam ser desenvolvidas com a maior clareza possível, além de funcionar como um mapeamento das ações a serem desenvolvidas no planejamento. O autor continua discorrendo e ressalta que o objetivo central da ferramenta 5W2H é responder a sete questões e organiza-las.

Assim, a utilização da ferramenta da qualidade utilizada na pesquisa, em particular a 5W2H, torna relevante, pois atua como suporte ao planejamento estratégico, estabelecendo metas a curto, médio e longo prazo, conforme descrito nas planilhas de pesquisa, aplicada a comunidade acadêmica do *campus* Diamantino.

O uso correto desta ferramenta possibilita o entendimento e o conhecimento do processo da organização, proporcionando uma melhor gestão por parte dos diretores nas ações a serem desenvolvidas no *campus* de Diamantino. Foi constatado que os planos de ações, se bem aplicados, funcionam de maneira eficiente e organizado, reduzindo possíveis falhas no planejamento das ações.

A ferramenta visa responder a sete questões fundamentais para elaboração de um plano de ação: no quadro apresenta-se a planilha modelo utilizada, baseada no modelo proposto por Meire (2013).

Quadro 2 - Método 5W e 2 H

MÉTODO 5W E 2H			
5W	What	O que?	Que ação será executada?
	Who	Quem?	Quem irá executar? /Participar da ação?
	Where	Onde?	Onde será executada a ação?
	When	Quando?	Quando será executada?
	Why	Por que	Por que a ação será executada?
2H	How	Como?	Como será executada a ação?
	How Much	Quanto custa?	Quanto custa para execução da ação?

Fonte: Adaptado pelos autores, conforme modelo de Meire (2013)

Com a finalidade de organizar a construção do planejamento e elaboração dos planos de ação, realizou-se um seminário onde foi proposto um plano de ação para PEP com base nos resultados obtidos nos diferentes ICD aplicados, validando os mesmos através de um questionário aplicado durante um seminário interno aberto, com representantes dos diferentes seguimentos da comunidade acadêmica.

Assim, a instituição precisa apostar na participação, onde são capazes de responder a esses desafios e explicitar seus objetivos de forma clara e alinhada aos anseios de toda comunidade universitária. Pois, o conhecimento gerado por meio de uma relação pautada na liberdade e autonomia dos sujeitos, contribuirá na construção de sua identidade enquanto instituição pública.

Mantendo a coerência, vamos elencar um conjunto de sugestões com foco nos indicadores que foram usados nos caminhos investigados da pesquisa aliado aos resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de Coleta de Dados usado na Pesquisa, destacando que servirão com subsídios para a Validação do Plano de ações apresentado ao *Campus Diamantino-MT*.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: LDA, 2009.

BICHUETTE, F. P.;FORLENZA, L. F. **Planejamento participativo em organizações do terceiro setor**. 72 f. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Bauru, 2017.

BOUCINHAS, J. F. C. **A aplicação de modelos ao processo de planejamento na empresa**. Tese (Doutorado), 1972.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**: os novos horizontes da administração. São Paulo: Makron Books, 2006.

DEMO, P. **Habilidades e competências do século XXI**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

DEMO, P. **Outra universidade**. Disponível em: <http://www.prograd.ufscar.br/PedroDemo_OutraUniversidade.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

DEMO, P. **Participação comunitária e Constituição Federal**: avanços e ambiguidades. Brasília, 1989.

DEMO, P. **Participação e conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez,1988

DEMO, P. **Saber pensar**. 6.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008

GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 81-95, já./jun. 2001.

GANDIN, D. **Prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOERGEN, P. P.; DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

HINDLE, T. **Tudo sobre administração**. São Paulo: Nobel, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARSHALL JR., I.; et al. **Gestão da qualidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEIRA, R. C. **As ferramentas para a melhoria da qualidade**. Porto Alegre: SEBRAE, 2013.

MINTZBERG, H. **Managing**: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.

OLIVEIRA, L. M.; COSTA, M. C. (orgs.). **Desenvolvimento gerencial na administração pública**. São Paulo: Fundap - Secretaria de Gestão Pública, 2012.

OLIVEIRA, L. M.; COSTA, M. C. (orgs.). **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PORTER, M. **Estratégia competitiva**. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkar. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

SILVA, Elena Travassos. **Planejamento social: guia de elaboração de planos, programas e projetos sociais**. Campina Grande: Agenda, 2002.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

TAVARES, M. C. **Gestão estratégica**. São Paulo: Atlas, 2008.

TONI, J. **Planejamento Participativo: possibilidades metodológicas alternativas**. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_14/planejamento_participativo_posibilidades_metodologicas_alternativas.pdf>. Acesso em: 08 maio 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Informativo Planejamento Estratégico**. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/oldfiles/prpti/docs/planej_estrategico/informativo_planejamento_estrategico_participativo_v2.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Planejamento Estratégico Participativo 2015-2025: planejar, participar, concretizar**. [Documento Final]. 2016. Disponível em: <<http://portal.unemat.br/media/files/Documento%20Final%20PEP%20CONSUNI%20-10-10-16.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.



**AS ESTAÇÕES DO ANO, DOENÇAS E AÇÕES AMBIENTAIS:
A GESTÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE SAÚDE PÚBLICA**

**THE SEASONS OF THE YEAR, DISEASES AND ENVIRONMENTAL ACTIONS:
ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AS A PUBLIC HEALTH INSTRUMENT**

CHAVES, Leverson Ferreira ¹

Resumo: A ocorrência de enfermidades durante as estações do ano, bem como a maior incidência de algumas doenças em relação a outras, pode sobrecarregar os sistemas de saúde e gerar intercorrências e óbitos na população. Em um mundo sob a iminência das mudanças climáticas e sua interferência nas características das estações do ano, ações ambientais poderiam ser vitais para que mortes sejam evitadas. Nesse contexto e justificativa, o objetivo principal desse estudo, através de uma extensa pesquisa de revisão bibliográfica, foi analisar as intercorrências na saúde pública pelos fatores ambientais característicos das estações do ano, e como algumas técnicas de gestão ambiental poderiam ser úteis na promoção da saúde na sociedade. Conclui-se que, através de medidas utilizando técnicas, ações ambientais e estratégias ambientais, as enfermidades sazonais podem ser evitadas através de uma gestão ambiental, aliviando os serviços de saúde

Palavras-chave: Estações do ano. Doenças. Saúde pública. Gestão ambiental. Sociedade.

¹ Bacharel em Fisioterapia pela UNESA. Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFRJ. Pós-graduação "lato sensu" em Gestão de Saúde Pública e Meio Ambiente pela UCAM. Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais pela UENF. E-mail: leversonchaves@yahoo.com.br

Abstract: The occurrence of diseases and deaths in the seasons, as well as the higher incidence of some diseases in relation to others, can overwhelm health systems and generate interurrences and deaths in the population. In a world under the imminence of climate change and its interference in the characteristics of the seasons, environmental actions could be important if they are to be avoided. In this context and justification, the main objective of this study, through an extensive review of bibliographical review was to analyze the interurrences in public health by the environmental factors characteristic of the seasons, and how some techniques of environmental management could be useful in promoting health in the society. It is concluded that, through measures using techniques, environmental actions and environmental strategies, seasonal diseases can be avoided through environmental management, relieving health services

Keywords: Seasons of the year. Diseases. Public health. Environmental management. Society.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre as doenças e os fatores ambientais remonta à história das sociedades (SETTE; RIBEIRO, 2011) desde a Antiguidade, quando se relacionava a saúde aos elementos água, ar, terra e fogo (LACAZ, 1972). A dinâmica ambiental e sua interferência na saúde pública é caracterizada pela influência do clima, pelos fatores ambientais na sazonalidade das estações e pela morbimortalidade das populações humanas (OLIVERA, 1993).

As estações do ano são alvos de ações mundiais na prevenção, na promoção e nas pesquisas em saúde pública (DPG, 2016). Os efeitos causados pelos fatores ambientais da sazonalidade, como a precipitação, a umidade relativa do ar, a temperatura e os ventos, é um processo complexo, pois diferentes variações meteorológicas podem ser observadas em uma mesma região exercendo múltiplas influências na população, de acordo com seu grau de adaptação, comportamento social, economia e características geográficas locais (TROMP, 1980). Os efeitos indiretos relacionados às estações do ano, como queimadas, poluição atmosférica, inundações, zonas urbanas de calor, estiagem, geada, inversões térmicas e baixa umidade do ar também estão relacionadas com intercorrências na saúde (RIBEIRO; ASSUNÇÃO, 2002). As ondas de calor e frio, por exemplo, quando em condições extremas e contínuas, são responsáveis por descompensações circulatórias e óbitos em indivíduos suscetíveis (PASCOALINO, 2012).

Na iminência de uma mudança climática global, as instabilidades nas variações meteorológicas e nos fatores ambientais das estações do ano poderão

alterar a incidência de algumas enfermidades associadas à vetores patogênicos, além de doenças, epidemias e pandemias (MENDONÇA, 2003). A revalorização da preservação do patrimônio ambiental e dos recursos naturais poderiam ser importantes mecanismos para a promoção de saúde pública em um cenário de mudanças climáticas, pelo conhecido elo existente entre a saúde e o meio ambiente (MENDONÇA, 2003; LELI et al., 2017).

O presente trabalho tem como base temática a relação entre os fatores ambientais das estações do ano e a gestão ambiental na saúde pública. A ocorrência de enfermidades e óbitos na estação do verão (PASCOALINO, 2012), o maior número de óbitos no outono e no inverno em países de altas latitudes (DPG, 2016), bem como a existência de enfermidades na estação da primavera (VIEIRA, 2002), foram questões que nortearam esse trabalho.

A maior incidência de algumas doenças em determinada estação do ano pode sobrecarregar os sistemas de saúde e gerar intercorrências e óbitos na população (GONÇALVES; COELHO, 2010), os quais poderiam ser geridos através de ações organizadas e estratégicas em saúde pública, até mesmo em conjunto com políticas ambientais. Em um mundo sob o efeito das mudanças climáticas e sua interferência nas características das estações do ano, ações ambientais poderiam ser vitais para que mortes sejam evitadas (MENDONÇA, 2003). Nesse contexto e justificativa, o objetivo principal desse trabalho, através de uma extensa pesquisa de revisão bibliográfica, foi analisar as intercorrências na saúde pública pelos fatores ambientais característicos das estações do ano, e como algumas ações ambientais poderiam ser úteis na promoção da saúde na sociedade.

2 OS FATORES AMBIENTAIS E A SAÚDE PÚBLICA

As alterações impostas pelo clima à saúde estão relacionadas pela forma como essas mudanças repercutem no âmbito social. O mundo contemporâneo enfrenta crises na saúde pública que podem ser agravadas pelo crescente alerta das mudanças climáticas apontadas como fruto do desenvolvimento humano (MENDONÇA, 2003). Nesse contexto, as sociedades se desenvolveriam entendendo o elo (CAPRA, 2006) existente entre o meio ambiente e a saúde, o que resultaria em uma resposta mitigadora das doenças relacionadas aos fatores ambientais.

A eficácia da saúde pública na alta complexidade dos fatores ambientais, tanto no tempo quanto no espaço, depende da pronta resposta da sociedade às alterações ambientais sazonais (GATRELL, 2002). Freitas e Porto (2006, p. 27), ao analisar a relação ambiente, sociedade e saúde, afirmam que:

Problemas de saúde e ambiente precisam ser compreendidos de forma a incorporar a pluralidade de dimensões e perspectivas que caracterizam sua complexidade. A complexidade dependerá das escalas espaciais e temporais envolvidas, das incertezas associadas aos problemas ambientais, e das dinâmicas sociais que articulam os interesses e processos decisórios em torno dos problemas.

Mendonça (2000) salienta que as mudanças no clima repercutem sobre a sociedade de modo a alterar as próprias condições da vida humana, até mesmo em índices de criminalidade; ressoando autores que demonstram a importância de ações e esforços globais ambientais para uma saúde social eficiente no mundo contemporâneo.

Um dos importantes avanços alcançados no desenvolvimento da humanidade oriundo de discussões relativas à questão ambiental no mundo contemporâneo, diz respeito à revalorização da influência da natureza sobre a sociedade. (LELI et al., 2017, p. 15).

As evidências da relação dos fatores ambientais com vetores de doenças, sazonalidade de infecções, dinâmica dos poluentes, respostas fisiológicas a esses fatores, dentre outros, sempre direcionaram pesquisas e ações preventivas na promoção da saúde em diversas partes do mundo, pela estabelecida relação das doenças com o meio ambiente (CAMILO et al., 2018). Com as mudanças climáticas, os invernos poderão tornar-se mais amenos, favorecendo a proliferação de pragas e vetores de doenças, principalmente em altas latitudes. As alterações nos ciclos sazonais em determinadas regiões poderão evidenciar mudanças no padrão reprodutivo das plantas, favorecendo o aparecimento, por exemplo, de polinoses primaveris onde antes essas não eram comuns (BESANCENOT, 2001). Os verões secos poderão prolongar os efeitos dos poluentes no outono e no inverno que se seguem, resultando em distúrbios cardiorrespiratórios e superlotando os serviços de saúde (GONÇALVES; COELHO, 2010).

Diante de um mundo sob a perspectiva das mudanças climáticas pelo aquecimento global, autores apontam que os fatores ambientais que caracterizam as

estações do ano também sofrerão alterações no âmbito temporal e espacial; e, em níveis globais e regionais, afetando drasticamente a saúde pública (MENDONÇA, 2003). Czeresnia e Ribeiro (2000, p. 12) mencionam que, devido às mudanças climáticas, “a emergência de novas doenças, que podem manifestar-se como epidemias fatais e devastadoras, não é uma possibilidade apenas ficcional”. Ainda nesse contexto, algumas patologias recorrentes poderiam apresentar maior alcance e intensidade em decorrência das mudanças climáticas, como afirma Mendonça (2003, p. 218): “[...] a intensificação de determinadas enfermidades; dentre estas, destacam-se as metaxênicas, parasitárias e infecciosas, cuja incidência depende diretamente das condições climáticas.”

As ações em saúde pública poderiam, diante da complexidade das influências climáticas, organizarem-se mediante as estações do ano, isto é, mediante a sazonalidade dos fatores ambientais típicos de cada região durante o ano; no intuito de gerir respostas aos problemas de saúde dentro das dinâmicas da sociedade no tempo e no espaço (MENDONÇA, 2003).

3 AS ESTAÇÕES DO ANO E A SAÚDE PÚBLICA

As estações do ano são caracterizadas por fatores ambientais que repercutem na saúde pública de forma direta ou indireta, mobilizando ações de promoção e prevenção de doenças durante algumas épocas do ano em diversas partes do globo (DPG, 2016). As doenças da estação, tão populares em invernos com baixa umidade relativa do ar ou em verões com altas temperaturas, podem ser agravadas pelo intenso processo de urbanização e pela iminente mudança no clima global (VERÍSSIMO; MENDONÇA, 2004).

Alguns comportamentos sociais, induzidos pelas estações do ano, permitem o risco de enfermidades já favorecidas pelos fatores ambientais característicos de cada estação. Os invernos rigorosos, por exemplo, podem induzir aglomerações e o maior tempo dentro das residências, favorecendo o aparecimento de enfermidades de forma indireta. Castro, Marinho e Cavalcante (2013) demonstraram que pessoas acometidas de rinites alérgicas são mais afetadas por fatores no ambiente domiciliar (hábitos higiênico-sanitários insuficientes) do que por fatores ambientais (temperatura ou baixa umidade relativa do ar).

Alguns autores demonstraram a relação direta da sazonalidade nas infecções respiratórias, como a polinose da primavera (VIEIRA, 2002). Taketomi et al. (2006) relatam que dentre os fatores ambientais liberadores alérgenos de pólen estão os poluentes (maior concentração no outono e no inverno), a umidade relativa do ar e as chuvas pesadas (comuns no verão), o que justificaria a alta frequência de crises asmáticas durante chuvas pesadas na Austrália. No Brasil, eventos de polinose têm início na primavera e podem chegar ao auge no verão (VIEIRA, 2002). Neto et al. (2006), constataram que, na capital catarinense, as doenças palpebrais são mais frequentes na primavera e no inverno, cujas causas prováveis são as alergias ao pólen e as baixas temperaturas, respectivamente.

No verão, estação em que as pessoas passam uma maior parte do tempo ao ar livre, a suscetibilidade à toxinfecção alimentar por salmonelose é mais comum pelas altas temperaturas e maior exposição à contaminação (MENDONÇA, 2003); visto que a temperatura ótima para o desenvolvimento das bactérias é de 37°C (CARDOSO; CARVALHO, 2006). As doenças relacionadas aos vetores alados, roedores e artrópodes transmissores de doenças são mais frequentes no verão, pela maior exposição das partes do corpo e pela tendência ao contato com os animais oriundos das galerias subterrâneas atraídos por resíduos alimentares (NÚNCIO; ALVES, 2014). Veríssimo e Mendonça (2004) sugerem que o aumento registrado na temperatura média secular da capital paranaense poderia estar criando condições ao desenvolvimento da dengue, visto que, até 2001, só haviam casos importados da doença.

Figueiredo, Figueiredo e Dantas (2011) mencionaram que pacientes acometidos de osteoartrite consideraram o outono e o inverno como as estações do ano associados à maior intensidade de dor. As epidemias sazonais de gripe também são comuns no outono e no inverno (DPG, 2016). Os acidentes vasculares cerebrais também sofrem influência da variação sazonal, com redução dos casos durante o verão e considerável aumento no outono e no inverno (PASCOALINO, 2012). Cheng e Su (2010) apontaram uma mudança sazonal das mortes por doenças cardiovasculares, sendo essas, maiores no inverno. Leli et al. (2017) obtiveram resultados onde crianças e idosos são mais afetados pelas enfermidades respiratórias no outono e no inverno, sobrecarregando os serviços de saúde.

Os efeitos indiretos das estações do ano, como os poluentes, episódios de inversão térmica, zonas urbanas de calor, estiagem e inundações causados por

fatores ambientais característicos de cada estação também repercutem na saúde pública de forma drástica. Os poluentes do ar associados aos meses mais secos e frios do inverno, geralmente estão relacionados com o maior número de internação de problemas respiratórios (LELI et al., 2017). No inverno de 1952, em Londres, durante um período de inversão térmica, os poluentes industriais, a fumaça dos aquecedores domiciliares à carvão e o material particulado ficaram suspensos sobre a cidade inglesa durante três dias, causando um aumento de quatro mil mortes em relação à média de óbitos no mesmo período (BRAGA et al., 2001). O estresse termal gerado pelas zonas de calor urbana poderá ser responsável por mortalidades cardiovasculares sobretudo em Singapura, Espanha e nos Estados Unidos (GATRELL, 2002). As inundações e estiagens poderiam gerar vítimas fatais, além de graves impactos sociais, perdas materiais, prejuízos agrícolas, fome e doenças, como a leptospirose (VERÍSSIMO; MENDONÇA, 2004). As queimadas, tão comuns nos períodos de estiagem, acarretam sérios problemas na saúde pública, que vão desde complicações no trato respiratório, distúrbios oftalmológicos, problemas cutâneos até as neoplasias (RIBEIRO; ASSUNÇÃO, 2002).

As ações em saúde pública deveriam levar em conta a gestão ambiental em suas políticas, visto que muitos dos fatores meteorológicos nas estações do ano são influenciados pelo meio ambiente. Pignatti (2004) afirma que a falta de priorização na inclusão das condições do meio ambiente nas políticas públicas em saúde constitui um grande desafio para o atual milênio, e seriam vitais para conter surtos e epidemias relacionadas às mudanças climáticas nos fatores ambientais oriundos da forma como são realizadas as intervenções humanas no meio ambiente.

4 A GESTÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

A gestão ambiental para a promoção da saúde é um consenso mundial, cuja influência deve alcançar as gerações presentes e futuras, e, portanto, ter um caráter conservacionista e de gestão em saúde pública. A Carta de Sófia, na ocasião do encontro da Organização Mundial da Saúde em 1993 na capital búlgara, definiu que saúde ambiental se refere a valorar, corrigir, controlar e evitar fatores ambientais que prejudiquem a saúde de gerações atuais e futuras (DHHS, 1998).

No âmbito nacional, as políticas públicas envolvendo a saúde e o meio ambiente são resguardadas na Constituição da República Federativa do Brasil como

responsabilidade do poder público e da coletividade na defesa e na preservação ambiental para uma qualidade de vida saudável para as gerações atuais e futuras:

Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2004, p. 54).

Os valores intrínsecos do desenvolvimento sustentável e a revalorização dos recursos naturais pelos gestores sociais auxiliariam a integridade funcional e preventiva dos sistemas naturais na mitigação das pandemias, epidemias e enfermidades oriundas dos impactos ambientais. Pavlovsky (1966) teorizou a relação do ambiente natural com as enfermidades humanas ao salientar que os ecossistemas naturais ofereceriam condições para a circulação de patógenos considerados novos, mas que existiriam previamente na natureza, os quais desencadeariam doenças ao contato humano. Pignatti (2004) salientou que a importação de patógenos em novos locais não garantiria sua sobrevivência, devido aos nichos e ambientes inadequados; mas, em áreas ambientais degradadas e com baixa diversidade biológica, a ausência de predadores e competidores criariam novas oportunidades para espécies patogênicas se instalarem. A gestão ambiental para a restauração das áreas degradadas e seu uso sustentável poderiam prevenir e curar patologias, pois não é incomum a descoberta de substâncias úteis no tratamento de doenças nos ecossistemas, principalmente onde há grande biodiversidade (FIEDLER; SOARES; SILVA, 2008), devido a complexa relação evolutiva entre patógenos e hospedeiros nos ambientes naturais (AGUIRRE et al., 2002). Essa relação evolutiva é o que manteria a população de patógenos nos ecossistemas íntegros, como ressalta a teoria desenvolvida por Pavlovsky (PAVLOVSKY, 1966); mas, que seria rompida em áreas degradadas, como apontou Pignatti (PIGNATTI, 2004).

O equilíbrio ótimo entre saúde e doença poderia ser modulado pela manutenção dos ecossistemas, não apenas em relação aos patógenos, mas também em relação aos fatores socioambientais. Veríssimo e Mendonça (2004) mencionaram que, principalmente no Brasil, as camadas mais pobres da sociedade tendem a ocupar áreas de frágeis condições ambientais pelo baixo custo inicial da terra, favorecendo a relação entre a pobreza e a deterioração ambiental; e,

consequentemente, a exposição aos patógenos (MENDONÇA, 2003). A ocupação desordenada e a intensa urbanização poderiam, através de uma gestão de saúde ambiental, minimizar os impactos sobre áreas naturais, ou ainda, permitir os assentamentos de forma a priorizar a higidez socioambiental das cidades, valorar imóveis, gerar bem-estar pelo contato com o meio ambiente, além de mitigar os impactos dos fatores ambientais sazonais das estações do ano sobre a população local (PANASOLO et al., 2014).

As estações do ano apresentam padrões de sazonalidade que se refletem nos ciclos da vegetação, na etologia dos animais e na caracterização meteorológica envolvendo temperatura, precipitação, umidade relativa do ar, velocidade do vento e outros fatores ambientais. A estrutura da sociedade organizada em cidades e o processo de urbanização podem influenciar esses fatores ambientais afetando drasticamente a saúde pública (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2011). Esses fatores, agravados pela falta de infraestrutura e de serviços de saneamento, sobretudo nas áreas mais pobres, poderiam levar a uma sobrecarga dos serviços de saúde com pacientes acometidos de doenças evitáveis (RIBEIRO, 2004). A otimização do saneamento e do processo de urbanização para minimizar os danos em saúde pública não são o foco do presente trabalho.

A gestão ambiental em saúde pública, através de ações e projetos, poderia minimizar os efeitos da urbanização nos fatores ambientais, principalmente diante das mudanças climáticas, promovendo maior qualidade na saúde pública durante as estações do ano. Martini, Biondi e Batista (2013) demonstraram, em um estudo sobre a arborização urbana, que a temperatura e a umidade do ar nas ruas arborizadas eram mais estáveis que nas ruas sem arborização. Em outonos e invernos com baixas umidade relativa do ar e temperatura, a arborização das ruas poderia ser útil nas intercorrências respiratórias tão comuns nessa estação. As construções de telhados verdes seguiriam os mesmos benefícios durante o verão. De acordo com Oberndorfer et al. (2007), os telhados verdes reduzem a demanda de energia para o resfriamento nos edifícios, diminuem as ilhas de calor e a poluição sonora, além de fazerem o gerenciamento de águas pluviais ao atrasar o escoamento superficial. Esse gerenciamento de águas pluviais evitaria inundações, a sobrecarga das redes pluviais, o carreamento de poluentes para os corpos de água, além de permitirem a evapotranspiração e a melhora da qualidade do ar nas cidades durante as estações do ano.

Além dos telhados verdes e da arborização das ruas, as cidades poderiam implementar a construção de parques, jardins botânicos e reservas biológicas próximas aos centros urbanos, garantindo um refúgio de lazer, valorização de imóveis e qualidade de vida. Panasolo et al. (2014, p. 2733) salientaram que:

Nas regiões de clima quente, as reservas verdes servem para amenizar o calor ao oferecer ar fresco e sombra para a população, além de abrigo para os animais. Sendo assim, as áreas verdes urbanas ganharam relevância no contexto da preservação ambiental e status de política pública fundamental para manter e recuperar, em alguns casos, o equilíbrio essencial à saúde e à vida. É inegável a importância das áreas verdes urbanas para a manutenção da qualidade de vida nas cidades e, conseqüentemente, o bem-estar humano.

A gestão ambiental nas áreas urbanas visando a saúde pública poderia também garantir um planejamento de plantio de árvores considerando espécies nativas, frutíferas ou ameaçadas de extinção (BIONDI; ALTHAUS, 2005); e ainda, de acordo com o número de casos registrados de alergia polínica da primavera por exemplo, buscar espécies mais propícias segundo os fatores ambientais e as intercorrências médicas na população durante as estações do ano (VIEIRA et al., 2005). Além disso, a vegetação pode auxiliar no controle da velocidade e direção dos ventos, evitando a suspensão de partículas no ar causadoras de doenças (BIONDI; ALTHAUS, 2005), sobretudo em estações mais secas, como o outono.

De um modo geral, as áreas verdes nos ambientes urbanos podem promover saúde e qualidade de vida da população ao proporcionar estabilidade na temperatura do ar, regular a velocidade dos ventos, conter inundações, promover a biodiversidade, captar dióxido de carbono (gás de efeito estufa), liberar oxigênio, favorecer o controle de vetores de doenças, adicionar umidade no ambiente pela evapotranspiração (CAMILO et al., 2018), além de garantir uma certa regulação no clima urbano em escala microclimática em relação as áreas não vegetadas (MARTINI; BIONDI; BATISTA, 2013).

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluiu-se que controlar os fatores ambientais característicos das estações do ano é impossível. Contudo, através de ações e política públicas em gestão ambiental visando a saúde pública, é possível mitigar

intercorrências e enfermidades oriundas de variações térmicas, umidade relativa do ar, precipitação, vento e vetores de doenças, tão característicos das estações do ano.

A preservação ambiental através da utilização de técnicas de arborização das ruas, telhado verde, bem como a construção de parques, jardins botânicos e reservas biológicas nas cidades pode contribuir com a manutenção de um microclima promotor e mantenedor da saúde e do bem-estar social.

Os estudos referentes ao tipo de espécies vegetais ideais para cada cidade ou por recidivas de determinadas patologias seriam importantes no futuro, bem como a elaboração de novas técnicas e o aprimoramento das existentes, como os telhados verdes, por exemplo.

As estações do ano são propícias para ações de prevenção e promoção de saúde que vão desde campanhas de vacinação no outono até o combate ao mosquito vetor da dengue no verão. As políticas públicas em gestão ambiental deveriam considerar elaborar ações ambientais nos programas de saúde pública que possam ajudar a mitigar as enfermidades sazonais como essas, tornando as cidades mais saudáveis e contribuindo com um mundo mais sustentável.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A. A.; OSTFELD, R. S.; TABOR, G. M.; HOUSE, C.; PEARL, M. C. **Conservation Medicine**: ecological health in practice. New York. Oxford, 2002.

BESANCENOT, J. P. **Climat et santé**. Paris: PUF (Medicine et société), 2001.

BIONDI, D.; ALTHAUS, M. **Árvores de rua de Curitiba**: cultivo e manejo. Curitiba: FUPEF, 2005.

BRAGA, A.; BÖHM, G. M.; PEREIRA, L. A. A.; SALDIVA, P. Poluição atmosférica e saúde humana. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, p. 58-71. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de edições técnicas, 2004.

CAMILO, G. A.; MOURA, A. C. M.; REIS, M. O.; JARDIM, C. H. Estabilidade atmosférica e tempo seco de inverno em Belo Horizonte, MG, Brasil: os dias 11 e 12 de agosto de 2018. **Research Gate**, 2018.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, T. G.; CARVALHO, V. M. Toxinfecção alimentar por *Salmonella* spp. **Rev Inst Ciênc Saúde**, v. 24, n. 2, p. 95-101, 2006.

CASTRO, T. M. P. P. G.; MARINHO, D. R. T.; CAVALCANTE, C. C. The impact of environmental factors on quality of life and symptoms of children with allergic rhinitis. **Brazilian Journal of otorhinolaryngology**, v. 79, n. 5, 2013.

CHENG, X; SU, H. Effects of climate temperature stress on cardiovascular diseases. **European Journal of Internal Medicine**, n. 21, p. 164-167, 2010.

CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A. M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p.595-605, set. 2000.

DHHS. United States Department of Health and Human Services. **An ensemble of definitions of environmental health**. c1998. Disponível em: <<https://health.gov/environment/definitionsofenvhealth/ehdef2.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DGP. Direção-Geral de Saúde. **Saúde Sazonal: inverno e saúde: plano de contingência para temperaturas extremas**. Lisboa: DGP, 2016.

FIEDLER, N. C.; SOARES, T. S.; SILVA, G. F. Produtos florestais não madeireiros: importância e manejo sustentável da floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v. 10, n.2, 2008.

FIGUEIREDO, E. C. Q.; FIGUEIREDO, G. C.; DANTAS, R. T. Influência de elementos meteorológicos na dor de pacientes com osteoartrite: revisão de literatura. **Rev Bras Reumatol**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 6, p. 616-628, 2011.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GATRELL, A. C. **Geographies of health: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

GONÇALVES, F. L. T.; COELHO, M. S. Z. S. Variação da morbidade de doenças respiratórias em função da variação de temperatura entre os meses de abril e maio em São Paulo. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 103-118, 2010.

LACAZ, C. S. **Introdução à geografia médica do Brasil**. São Paulo: Edgard Blücher/Editora da Univ. de São Paulo, 1972.

LELI, I. T.; STEVAUX, J. C.; BUSTUS, K. C.; SANTOS, D. A. Variação sazonal e os efeitos na saúde humana em Maringá, PR. **Revista Perspectiva Geográfica-Campus Marechal Cândido Rondon**, v. 12, n. 16, p. 14-21. 2017.

MARTINI, A.; BIONDI, D.; BATISTA, A. C. Variação diária e estacional do microclima urbano em ruas arborizadas de Curitiba-PR. **Floresta e Ambiente**, v. 20, n. 4, p.460-469, 2013.

MENDONÇA, F. **Clima e criminalidade**. Curitiba: UFPR, 2000.

MENDONÇA, F. Aquecimento global e saúde: uma perspectiva geográfica - notas introdutórias. **Terra Livre**, ano 19, v. 1, n. 20, p. 205-221, 2003.

NASCIMENTO, D. T. F.; OLIVEIRA, I. J. Análise da evolução do fenômeno de ilhas de calor no município de Goiânia/ GO (1986 - 2010). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 113-127, 2011.

NETTO, A. A.; ROLIM, A. P. Q.; MÜLLER, T. P. S. Prevalência de doenças palpebrais no serviço emergencial de oftalmologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v.35, n. 4, 2006.

NÚNCIO, M. S.; ALVES, M. J. **Doenças associadas a artrópodes vetores e roedores**. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, 2014.

OBERNDORFER, E.; LUNDHOLM, J.; BASS, B.; COFFMAN, R.; DOSHI, H.; DUNNETT, N.; GAFFIN, S.; KÖHLER, M.; LIU, K.; ROWE, B. Green Roofs as Urban Ecosystems: ecological structures, functions, and services. **BioScience**, v. 57, n. 10, 2007.

OLIVERA, A. **Geografía de la salud**. Madrid: Síntesis. 1993.

PANASOLO, A.; SILVA, J. C. G. L.; PETERS, E. L.; SANTOS, A. J. Áreas verdes urbanas privadas de Curitiba: uma proposta de valorização para conservação (Estudo de Caso). **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.10, n. 19; p. 2731-2744, 2014.

PASCOALINO, A. Variações atmosféricas e saúde: influências da sazonalidade e dos tipos de tempo de inverno na mortalidade por doenças cardiovasculares na cidade de Limeira/SP. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p. 239-256, 2012.

PAVLOVSKY, E. N. **Natural nidity of transmissible diseases**. Illinois: University of Illinois Press, 1966.

PIGNATTI, M. G. Saúde e ambiente: as doenças emergentes no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 133-147, 2004.

RIBEIRO, H. Saúde pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 70-80, 2004.

RIBEIRO, H.; ASSUNÇÃO, J. V. Efeito das queimadas na saúde humana. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, 2002.

SETTE, D. M.; RIBEIRO, H. Interações entre o clima, o tempo e a saúde humana. **Interphacehs – Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, 2011.

TAKETOMI, E. A.; SOPELETE, M. C.; MOREIRA, P. F. S.; VIEIRA, F. A. M. Doença alérgica polínica: pólenes alergógenos e seus principais alérgenos. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 72, n. 4, p. 562-567, 2006.

TROMP, S. W. **Biometeorology**. Amsterdam: Heyden, 1980.

VERÍSSIMO, M. E. Z.; MENDONÇA, F. A. **Algumas considerações sobre o clima urbano de Curitiba e suas repercussões na saúde da população**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004.

VIEIRA, F. A. M. **Existe polinose no Brasil tropical?**. Caxias do Sul: UCS, 2002.

VIEIRA, F. A. M.; FERREIRA, E. M.; MATTER, L. B. A prevalência de polinose está associada com a cultura de *Lolium multiflorum*. **Rev. bras. alerg. imunopatol.**, v. 28, n. 1, 2005.



GUERRA DO PARAGUAI NA VISÃO BRASILEIRA: REVISIONISMO E NOVAS DISCUSSÕES A PARTIR DE RELATO DE MISSÃO ACADÊMICA

GUERRA DEL PARAGUAY EN LA VISIÓN BRASILEÑA: REVISIONISMO Y NUEVAS DISCUSIONES A PARTIR DE RELATO DE MISIÓN ACADÉMICA

PARAGUAYAN WAR IN BRAZILIAN VISION: REVISIONISM AND NEW DISCUSSIONS FROM ACADEMIC MISSION REPORT

SILVA, Daniel Joaquim Padilha da ¹

LEITE, Matheus Bitencourt ²

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg ³

MACHADO, Nilson Perinazzo ⁴

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo trazer a nossa visão e percepção a respeito da Guerra da Tríplice Aliança, aliada às informações e percepções do lado

¹ Acadêmico do curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: danieljpasilha@gmail.com

² Acadêmico do curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: matheus_b_leite@hotmail.com

³ Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Professor do curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: robertouebel@saofranciscocodeassis.edu.br

⁴ Doutor em Ciências da Educação (UEP). Professor e coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: nilson@saofranciscocodeassis.edu.br

paraguaio, criando assim um debate analítico acerca dos dois lados da guerra. Após a realização de visita técnica ao Paraguai, incluída de visitas aos sítios históricos e um enriquecedor debate na Universidade Evangélica do Paraguai, sobre a guerra e contando com a presença de especialistas locais no assunto, conseguimos entender melhor a importante figura heroica de Solano López para os paraguaios, o patriotismo local, seus pensamentos e conclusões sobre o que eles chamam no país de “Maldita Guerra”, termo utilizado para descrever o que no Brasil estuda-se como: Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança. Deste modo, este ensaio propõe-se a relatar os novos revisionismos históricos e discussões acerca do maior conflito interestatal ocorrido na América do Sul pós-colonial.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Solano López. Brasil.

Resumen: El presente trabajo tiene por objetivo traer nuestra visión y percepción acerca de la Guerra de la Triple Alianza, aliada a las informaciones y percepciones del lado paraguayo, creando así un debate analítico acerca de los dos lados de la guerra. Después de una visita técnica realizada en Paraguay, incluida la visita a los sitios históricos y un enriquecedor debate en la Universidad Evangélica del Paraguay, sobre la guerra y con la presencia de expertos locales en el asunto, logramos entender mejor la importante figura heroica de Solano López para los paraguayos, el patriotismo local, sus pensamientos y conclusiones sobre lo que ellos llaman en el país de “Maldita Guerra”, término utilizado para describir lo que en Brasil se estudia como: Guerra del Paraguay o Guerra de la Triple Alianza. De este modo, este ensayo se propone relatar los nuevos revisionismos históricos y discusiones acerca del mayor conflicto interestatal ocurrido en la Sudamérica poscolonial.

Palabras-clave: Guerra del Paraguay. Solano López. Brasil.

Abstract: The present work aims to bring our view and perception on the War of the Triple Alliance, allied to the information and perceptions of the Paraguayan side, thus creating an analytical debate on both sides of the war. After a technical visit to Paraguay, including visits to historical sites and an enriching debate at the Evangelical University of Paraguay, about the war and with the presence of local experts in the subject, we can better understand the important heroic figure of Solano López for Paraguayans, local patriotism, their thoughts and conclusions about what they call in the country as “Cursed War”, a term used to describe what in Brazil is studied as: Paraguayan War or War of the Triple Alliance. Thus, this essay proposes to broach the new historical revisionisms and discussions about the greatest interstate war in post-colonial South America.

Keywords: Paraguayan War. Solano López. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O mais longo e destrutivo conflito na história da América do Sul, que durou cinco anos (1865-1870), causa admiração e polêmica em ambos os lados, brasileiros e paraguaios, até os dias de hoje. Uma guerra sórdida, alagadiça e acima

de tudo desnecessária, que fez da Bacia do Prata cenário de disputas econômicas, políticas de tentativas expansionistas por parte dos envolvidos e tótem de milhares de vidas.

Neste artigo serão abordadas visões brasileiras e paraguaias sobre o conflito, bem como alguns questionamentos referentes, compartilhados com os estudantes paraguaios no seminário *“Missión Paraguay: La Guerra de la Triple Alianza en la visión de los Brasileiros y Paraguayos”*, realizado no dia 22 de Janeiro de 2019, na Universidad Evangélica del Paraguay (Figura 1) e por nós, integrantes da Faculdade São Francisco de Assis, em Porto Alegre.

Figura 1 - Seminário “Missión Paraguay: La Guerra de la Triple Alianza en la visión de los Brasileiros y Paraguayos”



Fonte: Fotografia tirada pelos autores

2 O “PRESIDENTE” VITALÍCIO

Francisco Solano López (1827-1870) nasceu em Assunção, filho do general Carlos Antonio López, ditador paraguaio que deu início a modernização do país e concedeu cidadania aos indígenas. Ambos, pai e filho, dão continuidade a uma estrutura socioeconômica voltada aos interesses da população, que visava a plena independência do país, estrutura essa criada pelo primeiro presidente do Paraguai, José Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840).

Durante nossa passagem pelo país, não nos foi surpresa alguma, Solano ser reverenciado, exaltado e tido como um verdadeiro herói para a sua população. Entre 1853 e 1856, Solano López visitou diversas vezes a Europa, onde adotou o sistema

militar prussiano, adquiriu grande quantidade de armas e munições. Também contratou técnicos estrangeiros para criar um forte exército, logo estava preparado para a guerra. Boa parte da lealdade de seu povo, vem do fato de seu comandante supremo lutar junto a eles até o fim, sem recuar.

Entretanto o mesmo homem visto por alguns como herói, é o mesmo que liderou seu país que se encontrava longe de um paraíso democrático: os paraguaios viviam em condições de extrema pobreza e, segundo o historiador Eduardo Bueno, “Solano não se enquadrava em outro personagem, a não ser a de um tirano” (BUENO, 2012).

3 CAUSAS DO CONFLITO

3.1 Perspectiva brasileira

O conflito tem início no Uruguai sendo invadido pelo Brasil, em resposta às constantes invasões pelos *Blancos* uruguaios (partido apoiado por Solano López) às estâncias do Rio Grande do Sul.

Além do ataque ao forte de Coimbra e a consequente invasão do Mato Grosso pelas tropas de Solano, outro agravante foi o aprisionamento arbitrário do vapor Marquês de Olinda, no porto de Assunção em Dezembro de 1864.

Ao ser negada sua entrada pela província de Corrientes, na Argentina com objetivo de atacar o Rio Grande do Sul, Solano López declara guerra contra a Argentina. O mesmo conta com o apoio das províncias contrárias ao presidente Bartolomeu Mitre e com a ajuda dos *Blancos* uruguaios. Ambos os casos negados e Solano declara guerra a Argentina, Brasil e Uruguai, o que prontamente, desencadeia a formação da Tríplice Aliança.

3.2 Perspectiva paraguaia

Interesses paraguaios divergiam com aqueles do Império brasileiro e a jovem República da Argentina. Com a invasão brasileira no Uruguai, Solano constatou que era apenas o início da política expansionista brasileira na Bacia do Prata, que se caso tivesse sua embocadura bloqueada, o Paraguai seria mantido no isolamento tanto econômico quanto geopolítico.

Possuindo o maior e mais poderoso exército do continente à época (cerca de 60 mil homens em armas e 28 mil reservistas), Solano López, concluíra que era chegada a hora de mudar o equilíbrio geopolítico da região, combater a truculência dos países vizinhos, poderosos e beligerantes, dando ao seu país novo papel, neste jogo de interesses geoeconômicos (DOMINGUEZ, 2018).

4 GUERRA DO PARAGUAI OU GUERRA CONTRA O PARAGUAI?

A guerra foi longa e exaustiva, e a formação da tríplice aliança foi criticada duramente. Sua formação ocorreu como consequência às investidas e ameaças provocadas pelo Paraguai. Reunidos em Buenos Aires no dia 10 de maio de 1865, o general uruguaio Venâncio Flores, o diplomata brasileiro Francisco Otaviano e o presidente argentino Bartolomeu Mitre assinam o tratado e se unem na guerra contra o Paraguai.

O ataque paraguaio foi constituído dos seguintes episódios:

1. A invasão de Mato Grosso, em Dezembro de 1864.
2. Invasão da província de Corrientes, na Argentina, em Janeiro de 1865.
3. Tomada de Uruguaiana no Rio Grande do Sul, no início de Junho de 1865.

Entretanto, com bastante efervescência, as atitudes do comandante supremo são defendidas por seus compatriotas, por acreditarem lutar pela independência econômica da Inglaterra e seus vizinhos. Ficou claro suas reivindicações por terras como, por exemplo, parte do estado do Mato Grosso do Sul e da cidade de Corrientes, ambas anexadas após o conflito por Brasil e Argentina, respectivamente.

Contudo, parte desta “mágoa paraguaia” poderá ser sanada (principal reivindicação) através de um simples e formal pedido de desculpas, por parte do governo brasileiro – assim como a grande potência desta época, a Inglaterra, que pediu desculpas ao Brasil e posteriormente retomaram relações diplomáticas, antes quebradas – algo que até hoje não aconteceu.

5 PATRIOTISMO

Além de toda a abundância, perseverança e briga por crescer expressos no “boom” econômico paraguaio, o que nos chamou muito atenção foi o patriotismo enraizado. As pessoas têm amor pelo seu território, algo que nos remete à geografia

política crítica e as territorialidades de Raffestin (1993), por exemplo, ademais de conhecerem sua origem e cultuam sua história, bem como um recente crescimento do sentimento de preservação do idioma guarani, herança dos povos originários e segunda língua oficial do Paraguai (GUARANI ÑE'E REREKUAPAVE, 2018).

O Paraguai foi devastado durante a guerra, de país mais próspero passa a ser o mais pobre e ainda assim, mantém um sentimento popular e geocultural de abertura política, democrática e integracionista no âmbito sul-americano. Tais descrições podem ser sentidas e anexadas através da canção da famosa banda paraguaia “Tierra Adentro” na sua composição “*Viajando Voy*”, que se tornou hino cultural do país:

“Viajando voy, yo por mi pueblo, que me
 Dibujo en su paisaje, sentimientos de una nación
 que no se achica, que te recibe con la sopa y la chipa.
 Patria de héroes y caballeros que al saludar
 siempre se quita nel sombrero.
 Que al despertar van rumbo al alba, con
 esperanzas porque el sueño no descansa.
 Orgullos de decir que soy de raza Guaraní.
 Esta es mi tierra, este es mi canto, es la
 alegría de sentir que tengo tanto.
 Que no me alcanza el mundo entero para
 Cambiarte yo soy parte de este suelo.” (TIERRA... 2017).

6 A FIGURA DE SOLANO LÓPEZ NO PARAGUAI E NO BRASIL

6.1 O Solano López paraguaio

Francisco Solano López é sem sombra de dúvidas o personagem mais famoso da história do Paraguai, visto como um eterno herói nacional, uma vez que defendeu os interesses de seu país até o último conflito na batalha de Cerro Corá (MAESTRI, 2014).

Os nossos colegas da Universidad Evangelica del Paraguay, que também palestraram no evento supramencionado, aportaram um debate com a visão

paraguaia da guerra além de descreverem López como um indivíduo pacifista, inteligente, de grande talento literário, bem instruído e preparado para um cargo difícil, palavras também do historiador paraguaio Guido Alcalá que esteve também nesse *workshop* sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Solano López também foi o grande comandante do início ao fim do conflito no lado paraguaio.

Nas cidades paraguaias, é comum a presença de grandes avenidas ou ruas muito importantes das cidades, nomeadas em homenagem a Solano López ou com seu nome completo, além de ruas, há também praças que carregam seu nome e isso já nos traz um pouco da grande popularidade dele e qualquer pessoa que não conheça a história do país se sentirá instigada a ao menos pesquisar de quem é esse nome e qual a importância deste.

Solano López é lembrado também por seguir uma forte política nacionalista, desenvolveu o Paraguai com indústrias, linhas férreas, telégrafos e acabou com analfabetismo infantil à época.

6.2 O Solano López brasileiro

A perspectiva brasileira, com relação a esta figura heroica do Paraguai, é um pouco diferente. Nós que apresentamos a visão brasileira do conflito, concordamos que sim, ele foi um grande líder e um grande nacionalista, porém, quando falamos do líder paraguaio, lendo relatos e assistindo a alguns documentários, logo percebemos que a visão brasileira sobre Solano López é de um homem impulsivo que queria ser o grande líder da América Latina.

A história brasileira sobre o líder paraguaio o descreve também como um ditador, um guerrilheiro treinado na Prússia, que durante o conflito matou mulheres, crianças parentes e membros do seu exército.

Um fato curioso foi a orientação do pai de Solano López, o então presidente Carlos Antônio López, segundo relatado em seu leito de morte, ele disse a Solano: “O Paraguai tem muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta. Principalmente com o Brasil” (DORATIOTO, 2002).

Isto posto, a escolha foi invadir o país vizinho, matar, saquear e assim inaugurar toda a narrativa de conflitos que vieram em seguida, perguntamo-nos se a opção diplomática seguindo a orientação de seu pai não seria mais adequada à época, conforme as palavras de Miguel Gill, que também participou da discussão

sobre a Guerra da Tríplice Aliança, as quais corroboramos: “Se hoje ocorresse uma situação similar, certamente iríamos resolver de outra maneira” (GILL, 2019), logo poderíamos ter evitado o derramamento de sangue e também evitado que a visão que alguns paraguaios têm sobre o Brasil, esta ainda anti-integracionista.

Por fim, no Brasil, o herói paraguaio não é bem visto como lá e citamos como exemplo outro personagem dessa guerra, o cabo José Francisco Lacerda, conhecido como “Chico Diabo”, que na história brasileira, é tratado como herói e em território paraguaio, no entanto, é vilão e assassino, já o Duque de Caxias é bem visto por ambos os lados, por exemplo aqui como herói e lá no Paraguai, como um líder militar honrado e humanitário.

Encerramos esta seção com uma ideia em comum que ambos os lados compartilham, apesar da comprovada visão controversa do lado brasileiro e paraguaio, a mesma ideia muito bem colocada na seguinte frase de Voltaire: “Não há nenhum exemplo, nas nossas nações modernas, de uma guerra que haja compensado com um pouco de bem o mal que fez”; cada lado deve manter viva sua história, porém, devemos recordar as consequências antes de tomar qualquer decisão com repercussões geopolíticas e, nos tempos atuais, debater sobre o ocorrido sem fanatismos e nacionalismos históricos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Paraguai caso fosse chamada “guerra contra o Paraguai” não seria exagero algum, por parte de quem assim a defendesse. A Tríplice Aliança e principalmente o Brasil, destruiu o Paraguai, auferiu parte de suas terras e repassou a dívida a um país na extrema pobreza. Era uma guerra evitável, impopular que tomou proporções extremas. A nação paraguaia bravamente resistiu aos longos cinco anos, mesmo estando militarmente desestabilizada.

Ao recusar-se a se render, minutos antes de sua morte e já ferido, Solano López disse: “Morro com minha pátria” e de fato assim foi, com a perda de aproximadamente 85% da população masculina paraguaia.

Nós, como pesquisadores e brasileiros nos sentimos comovidos e de certa forma “culpados” pelo sentimento que nos foi herdado, por conta deste trágico episódio em nossa história sul-americana.

Somente no dia do nosso *workshop* sobre a Guerra da Tríplice Aliança que sentimos um pesar e certa mágoa com relação a esse acontecimento, pois quando iniciamos os trabalhos e as apresentações, de imediato fomos apresentados a informações que tratavam o Brasil como um país tirano e cruel, levando-nos ao questionamento se realmente estávamos com as informações corretas, pois as nossas histórias diziam o contrário e logo nos surpreendemos e concluímos que cada país de fato, tem sua própria versão da Guerra e, agora sabendo e ponderando as duas versões, podemos trazer assim como neste ensaio, uma versão mista que acreditamos ser de grande utilidade para os estudos geohistóricos contemporâneos acerca da Guerra do Paraguai.

É de suma importância também revisarmos de forma crítica e dialogarmos em nome do conhecimento e da consciência, afinal, nada é mais justo do que conhecer os dois lados de uma história marcante como essa, e a lição final que registra-se para ambos os lados é o que podemos fazer para que não voltemos a repetir esta barbárie e para responder em um primeiro momento a pergunta: o que foi a Guerra do Paraguai? Esta pode ser sabiamente respondida pela frase do Barão de Mauá, desde sempre opositor a guerra: “A maldita guerra será a ruína do vencedor e a destruição do vencido.” (BUENO, 2003, p. 217).

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história. São Paulo: Ática, 2003.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história: cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2012.

DOMINGUEZ, Paola Adriana Loro. **Aspectos Geopolíticos e Geoeconômicos do território dos 7 Povos das Missões - da origem ao fim**. 2018. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5469/Paola%20Adriana%20Loro%20Dominguez.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILL, Miguel. Guerra da Tríplice Aliança. In: **MISSION PARAGUAY: LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA EN LA VISION DE LOS BRASILEIROS Y PARAGUAYOS**, 1., 2019, Assunção. **Registro Oral**. Assunção: UEP, 2019.

GUARANI ÑE'E REREKUAPAVE (Paraguai). **Guarani Ñe'Etekuaa**. Assunção: Editorial Servilibro, 2018.

MAESTRI, Mário. Quem matou o mariscal? Cerro Corá, 1º de março de 1970: Entre a História e o Mito. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p.354-387, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6800602>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

TIERRAAdentro - Viajando Voy. Direção de Joaquin Serrano. Produção de Oscar Mosqueira. Intérpretes: Lali Gonzalez, Celso Franco, Jesus Perez. Música: Tierra Adentro. Assunção: Bluemusic, 2017. (3:17min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dFAR5S9VbTc>>. Acesso em: 23 mar. 2019.



MEASURING THE IMPACT OF CONTAGION EFFECT IN EMERGING MARKETS

MEDINDO O IMPACTO DO EFEITO CONTÁGIO NOS MERCADOS EMERGENTES

MACÊDO, Guilherme Ribeiro de ¹

MORAIS, Igor Alexandre Clemente de ²

PIVETA, Leonardo Berteli ³

Abstract: This article investigates the existence of contagion in the stock market in emerging countries considering the impact of the subprime crisis in Latin America and Central and Eastern Europe. Eleven indices of stock exchanges using deterministic models GARCH and stochastic volatility, both univariate as multivariate are evaluated. The results indicated the presence of financial integration between countries and further suggest that the crisis intensified these relationships. In addition, several features common to financial series, such as the leverage effect, clustering volatility and persistence were identified.

Keywords: Stock market integration. Financial crisis. Emerging markets. Contagion effect.

Resumo: Este artigo investiga a existência de contágio no mercado de ações de países emergentes, considerando o impacto da crise do subprime na América Latina e Europa Central e Oriental. Onze índices de bolsas de valores usando modelos determinísticos GARCH e volatilidade estocástica, tanto univariados quanto multivariados são avaliados. Os resultados indicaram a presença de integração

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: guilherme.macedo@ufrgs.br

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: igoracmoraes@gmail.com

³ Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

financeira entre os países e sugerem ainda que a crise intensificou essas relações. Além disso, vários recursos comuns a séries financeiras, como o efeito de alavancagem, volatilidade de clustering e persistência foram identificados.

Palavras-chave: Integração do mercado de ações. Crise financeira. Mercados emergentes. Efeito contágio.

1 INTRODUCTION

The period after 2000 was marked by the intensification of trade integration between countries; process resulting in greater mobility of capital with impact on financial integration and contagion effects of localized crises. In this scenario, emerging markets (EM) stood out, mainly through attracting funds in the capital market. This movement generated benefits to investors via portfolio and risk diversification. But, after a certain level, this already produces limited gains, and result in greater exposure to international financial crises.

Since the seminal works of Markowitz (1952), Grubel (1968) and Solnik (1974) have an extensive literature about the benefits that investors can reach in the performance of their portfolios by allocating into different classes of financial securities and industrial sectors, and international diversification. Stock markets of very different sizes, structures, and geographical locations can exhibit a high degree of co movement after a shock to one market, mainly in emergent markets. For Forbes and Rigobon (2002, p. 2227) a high degree of co movement suggests the existence of mechanisms through which domestic shocks are transmitted internationally.

For Dornbusch, Park and Claessens (2000), and Forbes and Rigobon (2002), Rigobon (1999) contagion is defined as: **a)** a significant increase in cross-market linkages after a shock to an individual country (or group of countries), as measured by the degree to which asset prices or financial flows move together across markets relative to this co movement in tranquil times; **b)** the change in shock that spread among affected countries, may be more visible when a crisis occurs, but may still exist at any time when there is no occurrence of a crisis; **c)** one crisis agreed upon that is when devastation occurs in a country, it would then create a speculative attack to another country. Thus, contagion can be characterized as transmission of volatility between one country to another.

As Rigobon (1999) and Dornbusch, Park and Claessens (2000), the contagion can happen for several reasons, which can be divided into two main categories. The

first category relates to the interdependence of markets. This interdependence means that shocks, whether of a global or local nature, can be transmitted across countries because of their real and financial linkages. The second category involves a financial crisis that is not linked to observed changes in macroeconomic or other fundamentals, but is solely the result of the behavior of investors or other financial agents.

The relationship between financial integration and contagion effect has been evidenced in literature, see Alba et al. (1998), Forbes and Rigobon (2002), Campello et al. (2010), Mun and Brooks (2012) and Bianconi et al. (2013). Moreover, after the crisis that hit the global financial system in 2007, several studies were carried out to investigate the negative effects of increased integration, particularly in emerging markets. At this point, Dooley and Hutchison (2009) evaluated the impact of the crisis in 14 countries and Dufrénot et al. (2011) estimated the effects of the subprime crisis in the United States on Latin America stock market volatility. This integration, the effects of a crisis in other markets, especially through the volatility of assets, assist in the formulation of public policies and allows the investor to reduce the asymmetric information, improving the composition of degree occurring portfolio, minimizing risks and increasing the chances of higher returns.

The present paper studies the occurrence of financial contagion in EM and others stylized fact in financial time series like asymmetry, also known as leverage, persistence, clustering of volatility and correlation. We use data from four Latin American countries, five from Eastern Europe and two in the Euro Zone. The methodology used is based in univariate and multivariate deterministic and stochastic models. This article contributes to the debate about the discussion of the impacts of integration of stock markets in EM, particularly in the second moment of returns.

The paper is divided as follows. Second section reviews the literature on investment in EM and the stylized facts highlighted in finance. Third section analyzes data and main results. Firstly, we estimate multivariate deterministic volatility VEC, CCC and BEKK with normal distribution or t-student, Go-Garch models and multivariate stochastic volatility models in order to investigate the extent of comovement within these various markets and the presence of the . stylized facts within these various markets. Section 4 concludes.

2 EMERGENT MARKETS

From the 2000s, emerging markets have become more important for asset allocation, especially given the fast economic growth and the possibility to diversifying. However, integration has intensified and benefits of diversification for investors decreased, that is, the differential returns among EM got smaller and the demand for countries with higher returns, too.

Empirical studies confirm the evidence of improved efficiency of returns of portfolios through diversification, as in Harvey (1995) and De Roon et al (2001) who suggest that U.S. investors earned higher profits including EM stocks in its portfolio. Galagedera (2012) studied from 2003 to 2010, the returns of 22 developed and 18 EM's, concluding that this one performed better creating value with diversification opportunities for foreign long-term investors.

According to international finance literature, volatility of the stock market can change when there is economic and financial openness to foreign investors. In this case, investors share relevant information generating higher volatility, a characteristic that is enhanced in the presence of liquidity. In this sense, it is seen that period before the liberalization process may show greater fluctuations in value, increasing volatility and intensifying reaction to shocks.

In this scenario it is very important the knowledge of risk, which can be estimated by the volatility of assets, and influence in the pricing of options, risk prediction, and selection of an optimal portfolio, see Falkenstein (2009), Bekkers et al (2009), Bekaert and Hoerova (2013), and Prokopczuk and Wese Simen (2013).

This evidence can be found from two research groups on volatility. In the first are the models of deterministic volatility like GARCH and originally proposed by Engle (1982) and Bollerslev (1986). These have been widely used to measure univariate volatility in EM as in Bekaert and Harvey (1997), Herencia (1997) and Aggarwal et al. (1999), or in developed markets, as Awartani and Corradi (2005), and Morelli (2011).

Apart from univariate formulations, it is possible to identify multivariate models, as in Lahrech and Sylwester (2011), who assessed the degree of integration of Argentina, Brazil, Chile and Mexico stock markets with the U.S. between 1988 and 2004. In addition, several other studies have found evidence of co-movement in volatility, as demonstrated by Chambet and Gibson (2008), Savva (2009), Saleem

(2009), Butter and Hayo (2011), Walid et al. (2011), Gjika and Horváth (2013) and Ahmad et al (2013).

The second group of volatility models is the stochastic, which is more flexible. They may also be univariate as initially proposed by Taylor (1982, 1986) and used in Lee et al (2011), or multivariate as originally proposed by Harvey et al (1994) and, subsequently, extended by Shepard (1996), and Jacquier et al (1999). The multivariate models are widely used in the literature, as can be seen in Morais and Portugal (2001), Dao and Wolters (2008), Barrosi-Filho et al. (2010), Vo (2011) and Garnier et al (2013).

Recently, the stylized facts, that is, properties observed in studies of different markets and instruments of financial markets and financial time series have become the focus of empirical study (BEKAERT and WU 1997; DAO, 2008; CONT, 2001). The well-known stylized facts are: the 'leverage' effect (negative correlation between returns and future squared returns), the asymmetry volatility, asymmetry of distribution of returns, and persistence of volatility through the autocorrelation of squared returns.

The leverage effect was first discussed by Black (1976), who observed a negative correlation between past returns and future volatility in daily data, from 1964 to 1975 in a sample of 30 stocks, mostly Dow Jones Industrial.

According to Bekaert and Wu (1997), the leverage effect is also synonymous with asymmetric volatility, because when there is a fall in value of an asset's financial, leverage increases impacting on stock volatility. The increase in expected volatility requires more return on capital, which implies an immediate drop in prices. The asymmetry is also characterized by stock returns and volatility tends to increase, following more a big price fall (bad news) than following a price increase (good news) of the same magnitude. (BLACK, 1976; CHRISTIE, 1982; NELSON, 1991).

One way to capture this asymmetry was proposed by Nelson (1991) with the EGARCH model and various applications, see Christofi and Pericli (1999), Ortiz and Arjona (2001), Brandt and Jones (2006), and Liu et al (2012). In addition, there is the presence of persistence in financial series, which may represent the result of a tendency in the variance, or a structural change in the tendency of the variance.

A tool to assist interpretation of persistence is called half-life, which measures the period of time required for the effect of a shock decrease to half the conditional variance. This measure helps us to interpret how different markets react to

uncertainty. Finally, the research literature on volatility documented that periods of large and low fluctuations in assets generate clusters, which are called volatility clustering.

3 EMPIRICAL RESULTS

We used daily closing data of the stock exchanges in 11 EM's, beginning on January 07, 2002 and ending on May 31, 2013, totaling 2,082 observations. To implement the tests the period is divided into non-crisis, crisis, and post crisis samples.

The basic requirements for the daily returns based on the logarithmic difference tests indicated the presence of non-normality, time dependence, evidenced by the BDS test, and the presence of heteroscedasticity. This result was expected for financial series.

The first formulations of volatility applied use deterministic models with univariate normal distribution, GED and t-student and also univariate stochastic volatility. In all indexes it was possible to identify the presence of volatility clustering with $\alpha > 0$ in EGARCH model, being the largest in Argentina. This leads us to the expectation that the presence of volatility at any given time is followed by more volatility.

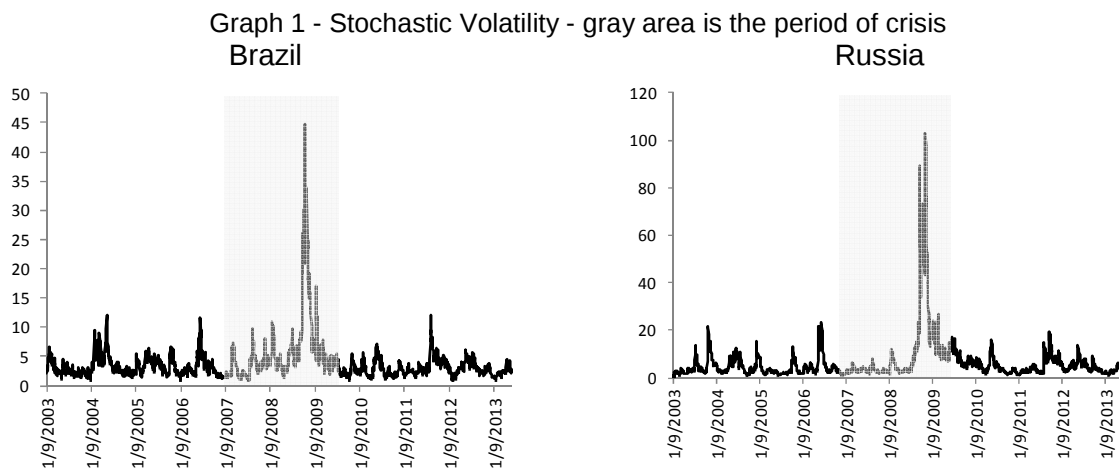
All countries showed asymmetry in shocks, with the β coefficients, something to be expected as pointed out by Walid et al. (2011). As a complement to this research, formulation Beta-t-EGARCH signaled the presence of strong negative asymmetry in the residuals, confirming the existence of heavy tails.

Table 1 - Beta-t-EGARCH model - 1 and 2 components

	Br	Arg	Mex	Chile	Estonia	Slov	Russia	Czech	Rom	Poland	Hung
1 component											
BIC	2,31	2,44	1,60	1,18	1,29	0,98	2,56	1,75	2,00	1,70	2,12
Skew	0,89	0,90	0,87	0,87	0,02	0,96	0,88	0,90	0,93	0,93	0,02
2 components											
BIC	2,29	2,44	1,60	1,18	1,29	0,98	2,55	1,76	2,00	1,69	2,12
Skew	0,89	0,90	0,88	0,87	0,97	0,96	0,88	0,91	0,92	0,95	0,96

Note: 1 component is the Beta-t-EGARCH model with 1 component. BIC is the statistical comparison and Skew is the asymmetry.

Stochastic volatility for all countries shows similar behavior. As an example of its evolution, Graph 1 shows Brazilian and Russia volatility. Such behavior indicates the existence of a co-movement in the second moment of returns, particularly in the period of subprime crisis, with extreme values and strong persistence. In that case the coefficient γ in EGARCH, or $\alpha + \beta$ in GARCH, capture this stylized fact and they were always above 0.88.



The half-life persistence points out differences in the duration of a shock in volatility, ranging from 2.1 days to Russia and a maximum of 115 days in Estonia. Despite the goodness-of-fit of the univariate volatility, the international financial crisis produced changes in the price behavior of various assets with impacts on volatility.

To demonstrate this we divided data into three periods and applied earlier models for each of them. In this case, the first period includes the pre-crisis jan/07/2003 to jan/31/2007; the second one includes subprime crisis feb/01/2007 to jan/30/2009; and the last one, the post-crisis feb/03/2009 to may/31/2013. The second investigation preserves the total data set and we used switching in volatility regime like Hamilton and Susmel (1994) proposal.

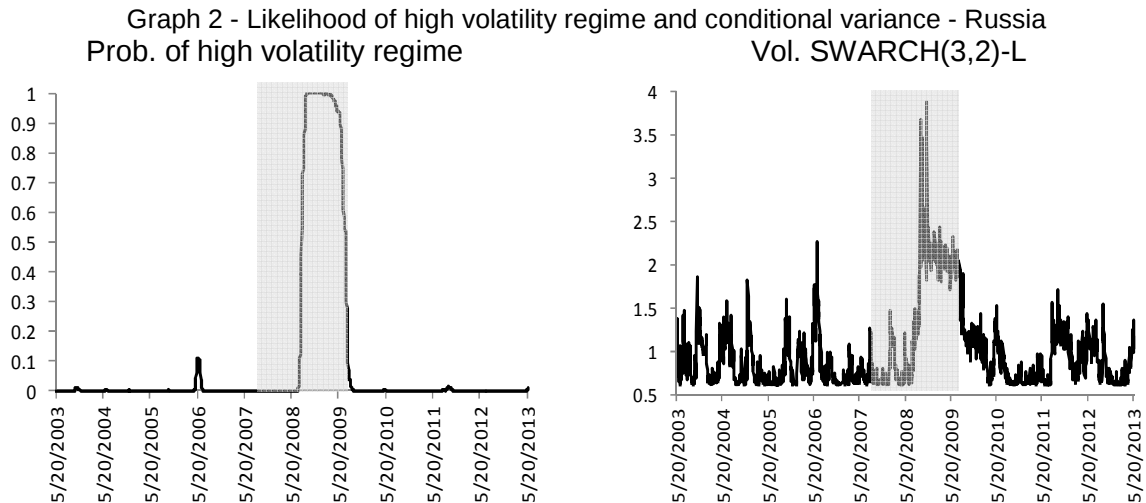
The second period signals volatility clustering is greater than others, which was expected in a stress market. The same can be said for the asymmetry, which was also higher during the years of crisis.

Table 2 - Stylized facts in three selected subperiods - univariate deterministic model

Country	Index	Pre crisis			Crisis			Post crisis		
		Agglo	Skew	Persis	Agglo	Skew	Persis	Agglo	Skew	Persis
Argentina	MERVAL	.320	0.192	.810	.219	0.132	.946	.294	0.083	.909
Brazil	IBOV	.046	0.153	.867	.189	0.232	.931	.145	0.087	.970
Chile	IPSA	.197	0.124	.886	.216	0.169	.931	.200	0.114	.964
Slovakia ¹	SAX			.992			.759			.775
Estonia	OMX	.196	.015	.972	.105	0.052	.985	.176	0.037	.989
Hungary	BUX	.146	0.054	.943	.252	0.093	.959	.111	0.046	.996
Mexico	IPC	.176	0.166	.910	.099	0.315	.949	.158	0.098	.985
Poland	WIG	.076	.022	.988	.037	0.194	.915	.141	0.076	.988
Czech Rep.	PX	.289	0.137	.866	.301	0.244	.938	.172	0.045	.990
Romania	BET	.064	.021	.995	.206	0.088	.891	.184	0.051	.992
Russia	RTS	.420	0.148	.851	.102	0.171	.973	.221	0.083	.983

¹ Note: The GARCH model does not capture the effect of volatility clustering and asymmetry.

We applied univariate Hamilton and Susmel (1994) SWARCH (3.2) L with t-student distribution model to each markets. This formulation uses three possible volatility states and leverage effect to capture different volatility regimes. The results demonstrate relevance, confirming the presence of asymmetry in volatility, non-normal distribution, leverage effect, and ability to associate the crisis period to a regime of high volatility. The second set of charts shows the evolution of likelihood of high volatility regime and the estimated volatility for Russia. Note that the regime of high volatility was present only in the months of incidence of the international crisis. This feature was identified for Brazil, Argentina, and Hungary. In the other EM's, we identified that there are other periods of greater volatility.



The univariate models capture important stylized facts. However, multivariate models contribute to see others like co-variation, especially time-varying and infer on spill-over effects in volatility, namely contagion. Thus, we estimated multivariate deterministic volatility VEC, CCC and BEKK with normal distribution or t-student, Go-Garch models and multivariate stochastic volatility models.⁴

To avoid an excessive number of parameters, which post convergence problems, we created three groups: (i) Latin America with Argentina (MERVAL), Brazil (IBOV), Chile (IPSA) and Mexico (CPI); (ii) Euro Zone with Slovakia (SAX), and Estonia (OMX); (iii) Eastern Europe with Czech Republic (PX), Hungary (BUX), Poland (WIG), Romania (BET), and Russia (RTS).

The best results were identified in CCC formulation. The countries of the Euro Zone showed low correlation (0.021), and the largest one checked in Latin America, especially Brazil and Mexico with 0.667. According to Gjika and Horváth (2013), correlation between 0.5 and 0.8 can be considered very high in an international perspective. A justification for low correlation can be the value of the total capital of the companies comprising the index. For example, in Latin America, the market value in 2013 was \$ 1,121.47 billion, while the Euro Zone and Eastern Europe accounted for \$ 6.904 and \$ 259.167 billion, respectively, that is, a larger and more liquid market may offer more opportunities for investors to diversify risk, which results in higher correlation and smaller markets with low liquidity.

The presence of correlation between countries means that adverse shocks, which result in greater uncertainty in a specific stock market, have the power to affect everyone in the same direction. But this is shown greater between Brazil and Mexico,

⁴ See Engle and Kroner (1995).

aspect also identified by Pereira (2009) and Morais and Portugal (2001), but using Par Bonds.

One aspect investigated in the literature is to test whether the correlation is constant over time or not. In this case, we used two proposals. The first was shown in Tse (2000), which compares the CCC model with an alternative specification, and it is used here for both the total sample and the subsamples.

As can be seen in table 3 we rejected the null hypothesis of constant correlation in the Euro Zone for all periods. However, this does not seem constant to Eastern Europe before and during the crisis. In Latin America, the correlation is constant only for crisis period, signaling that in a stress scenario the region suffers more from the contagion effect. In the total sample, Latin America and Eastern Europe support the existence of a variant correlation in time, as it is seen in Gjika and Horváth (2013).

Table 3 - Constant Correlation Test – Tse (2000)

	Latin American	Euro Zone	Eastern Europe
Total	$\chi^2_{(10)} = 20,52 [0,00]$	$\chi^2_{(10)} = 0,71 [0,40]$	$\chi^2_{(10)} = 15,54 [0,11]$
Pre Crisis	$\chi^2_{(10)} = 16,27 [0,01]$	$\chi^2_{(10)} = 2,36 [0,12]$	$\chi^2_{(10)} = 60,14 [0,00]$
Crisis	$\chi^2_{(10)} = 7,04 [0,32]$	$\chi^2_{(10)} = 2,15 [0,14]$	$\chi^2_{(10)} = 59,54 [0,00]$
Post Crisis	$\chi^2_{(10)} = 14,82 [0,02]$	$\chi^2_{(10)} = 0,32 [0,57]$	$\chi^2_{(10)} = 14,78 [0,14]$

The second test used was proposed by Engle and Sheppard (2001). The authors test the correlation constant CCC model, but being a normal GARCH via Copula. The results point not to reject the null hypothesis of constant correlation in all sub-periods and regions.

Table 4 - Engle and Sheppard (2001) Test

	Latin American	Euro Zone	Eastern Europe
Total	1,399[0,496]	0,125[0,939]	3,290[0,192]
Pre Crisis	0,405[0,816]	0,843[0,655]	0,215[0,897]
Crisis	0,121[0,941]	0,040[0,980]	0,130[0,936]
Post Crisis	0,024[0,987]	0,018[0,990]	1,020[0,600]

As a way to supplement the evidence we used Koutmos (1996) proposal, which estimates a VAR-EGARCH. The results confirm the existence of a temporal interdependence in volatility. In addition, the δ_j coefficient, which measures the asymmetry, was significant for both Latin America and Eastern Europe considering Estonia in the Euro Zone. This supports the view that both the size and the sign of the volatility shocks are important to measure the contagion effect between these markets.

The coefficients that measures asymmetry, useful for leverage effect and the volatility in the markets, α_j obtained by VAR-EGARCH, are shown in Table 5. It was noted that in the case of Latin America the negative values of δ_j combined with positive α_j show that negative shocks in one market have greater impact on volatility in another market than a positive one. This is a clear sign of the existence of asymmetry in the transmission of these shocks in the region. On the other hand, Estonia with $\delta_j > 0$ and $\alpha_j > 0$ signals positive shocks.

Table 5 - Estimated by maximum likelihood between markets - full sample – VAR-EGARCH

Group	Country	δ_j	α_j	$\frac{ -1 + \delta_j }{(1 + \delta_j)}$
Euro Zone	Estonia	0,01	0,24	0.98
	Slovakia	-0.24	0,15	1.63
Latin American	Brazil	-0,61	0,10	4.13
	Mexico	-0,36	0,05	2.13
	Chile	-0,42	0,14	2.45
	Argentina	-0,01	0,12	1.02
Eastern Europe	Romania	-0,06	0,31	1.13
	Hungary	-0,53	0,07	3.26
	Czech Rep.	-0,32	0,08	1.94
	Russia	-0,35	0,14	2.08
	Poland	-0,15	0,10	1.35

The leverage effect, given by $\frac{|-1+\delta_j|}{(1+\delta_j)}$, oscillates between a maximum of 4.1 for Brazil to a minimum of 0.98 in Estonia. We used the likelihood ratio test between the restricted model (Θ_2) and non-restricted (Θ_1) to test⁵ the efficiency of markets. Rejecting null hypothesis of equality, we can infer that there is interdependence between countries in any of the sub periods reviews, showed in table 6. Thus, we can infer that news has contagion effect on volatility between markets.

Table 6 - LR test for model VAR-EGARCH⁶

Group		Total	Pre crisis	Crisis	Post crisis
Euro Zone	LR	25.65	11.66	50.15	46.66
	$\chi^2_{(k)}$	0,00	0.02	0,00	0,00
Latin American	LR	124.51	110.53	251.06	106.97
	$\chi^2_{(k)}$	0,00	0,00	0,00	0,00
Eastern Europe	LR	135.42	262.55	312.46	161.68
	$\chi^2_{(k)}$	0,00	0,00	0,00	0,00

There are two other models used to confirm these results. The first is the Go-Garch and the second one is the DCC.⁷ Table 7 shows the independent factors for each region and estimative of correlations reveals a smoothed one with low oscillation in every market, with the exception of the subprime crisis moment with strong positive correlation. Persistence is present at this model at parameters $\alpha_1 + \beta_1$ and it is high in all factors.

Table 7 - Independent factors – Go-Garch (1,1)

factors	Latin American			Eastern Europe			Euro Zone		
	ω	α_1	β_1	ω	α_1	β_1	ω	α_1	β_1
1	0,005	0,031	0,962	0,03	0,06	0,909	0,011	0,091	0,907
2	0,037	0,116	0,851	0,007	0,052	0,941	0,003	0,023	0,974
3	0,020	0,079	0,900	0,042	0,100	0,857	-	-	-
4	0,017	0,050	0,933	0,018	0,095	0,886	-	-	-
5	-	-	-	0,013	0,050	0,934	-	-	-

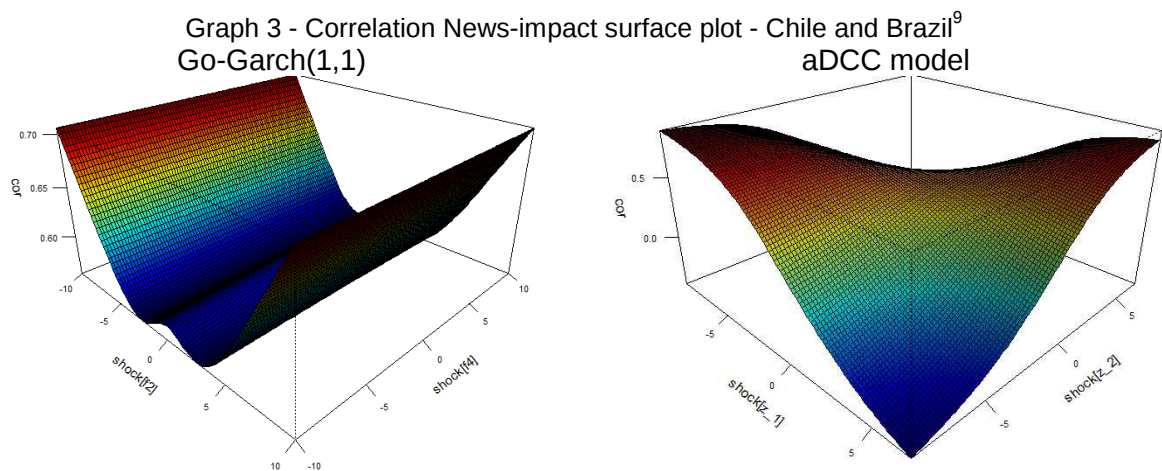
⁵ Latin America k=24, Euro Zone K=4 and Eastern Europe k=40.

⁶ This test compares AR-EGARCH with VAR-EGARCH, see Koutmos(1996).

⁷ See Van der Weide (2002), Boswijk and Van der Weide (2006, 2009) for discussion of Go-Garch model. DCC is Dynamic Conditional Correlation model, see Billio et al (2006), Cappiello et al (2006) and Engle and Sheppard (2001).

In graph 3, left picture, we see the correlation news-impact surface plot from Go-Garch (1,1) to Chile and Brazil using factor 2 and 4. In absence of shock, that is, factors around zero, the correlation is 0,55 and increase is independent if shock in both factors is in the same direction until a maximum of 0,7. This confirms the interdependence in these two markets. The same was obtained at 2x2 different countries at all regions.

We tried three different formulations to dynamic correlations⁸ and the most efficient with lower information criterion was the aDCC, which is asymmetric for all 2x2 models in each region. Interesting is the difference in correlation news-impact surface plot in Chile and Brazil related to Go-Garch results, showed in graph 3, right picture. Negative shocks in Brazil combined with positive ones in Chile produce negative correlation. But, positive news in both countries produces negative result. This result confirms that the two countries may offer opportunity for diversification, an interesting choice for building portfolio in Latin America.



In summary, investigation on Tse (2000) and Engle and Sheppard (2001) tests shows some differences but support the existence of a constant correlation. However, this result should be viewed with caution. In Latin America we noted that the correlation between markets is different in the pre, during and post crisis, getting bigger during the crisis and, despite falling in the volatility post 2009, it remains above the value found in the pre-crisis. This evidence must be confirmed with multivariate formulations that allow the capture of different shocks in each market.

⁸ DCC – Dynamic conditional correlation, aDCC - Asymmetric dynamic conditional correlation and FDCC - Flexible dynamic conditional correlation.

⁹ To estimate correlation news-impact surface in Go-Garch (1,1) model we used shock in factors 2 and 4 for Chile and Brazil. The aDCC model was estimated with lag 1 and multivariate normal distribution.

In Eastern Europe the results differ with the correlation in the post-crisis getting higher than that observed before and during the crisis. Romania proved to be a country with low correlation with the Eastern European countries before the crisis, but this has intensified the crisis and continued to increase afterwards, which may be related to its entry to European Union in 2007. In other countries, this increased correlation can be explained by problems in the financial system that hit the region.

These results confirm Forbes and Rigobon (2002) evidence where relation between countries tends to intensify when one goes through a difficult period and there is existence of a pre-integration with another country. The Go-Ggarch and dynamic correlation models were used for all markets. At this point, the correlation it is not constant in certain periods and there is some evidence of transmission of shocks across countries.

To complement this result, we investigated stochastic volatility models starting with univariate, and then, multivariate formulations. Furthermore, research is also made in sub- periods, despite the variable model parameters. Wald test confirms that the hyperparameter $\phi_2 \neq 1$ in every country, that is, the h_t dynamic is not given by a random walk. What is more, the results confirm the evidences in the sub-periods, identified by deterministic models, see table A.2 in the Appendix.

The correlation can be found through multivariate stochastic volatility models, as proposed in Harvey et al (1994) and applied by Dao and Wolters (2008) and Morais and Portugal (2001). Countries were divided into the same three groups. As an example, equation (3.1) shows the results for Eastern Europe.

$$\begin{aligned}
 \log R^2 &= -1,27 + h_{BET} \\
 \log R^2 &= -1,27 + 0,004h_{BET} + h_{BUX} \\
 \log R^2 &= -1,27 + 0,002h_{BET} + 0,013h_{BUX} + h_{PX} \\
 \log R^2 &= -1,27 + 0,029h_{BET} + 0,002h_{BUX} + 0,002h_{PX} + h_{RTS} \\
 \log R^2 &= -1,27 + 0,002h_{BET} + 0,001h_{BUX} + 0,001h_{PX} + 0,001h_{RTS} + h_{WIG} \quad (3.1)
 \end{aligned}$$

In Latin America, the highest correlation was found between Brazil and Argentina, with 0.954, followed by Brazil and Mexico, with 0,941. At the same time, countries that have shown a correlation between the lower groups were Argentina and Chile, with 0,735. On the whole, the results for Latin America indicate a high correlation between markets confirming the contagion effect. Again, the stock market in Brazil has the greatest values, confirming the strong liquidity in this region.

One of the highest correlations in Eastern Europe was between the Czech Republic and Hungary, with 0.97, and the lowest was 0.93 between Poland and Russia. It is observed that this group is more correlated than Latina America and Euro Zone, perhaps, due to the fact that many countries possess various trade agreements and they take part of the European Union.

4 CONCLUSIONS

The increased flow of information and market liberalization have helped investors to diversify their investments, thus seeking higher returns and protection against potential financial instability. The models studied in this paper helped to identify some characteristics of the EM's indexes and better understand the relations between markets.

Among these, are the stylized facts such as the persistence of volatility, which was observed in all series and even close and very high values. It is noted that this persistence, when analyzed in sub-periods, deepened during the crisis. Just as persistence, volatility clustering and leverage effect were present in all stock indexes. It is noteworthy that, from the value of persistence, we could estimate the half-life of the effects of a shock in the series. Estonia and Romania showed the highest values, indicating that these two countries have greater resilience to shocks than the others studied.

Another fact is the asymmetry, which was confirmed by all the models used. The asymmetry suggests that positive and negative news in the markets have different impacts. Through the VAR-EGARCH and EGARCH models, it can be stated that negative shocks have a greater impact on volatility than positive shocks.

As for estimating volatility, univariate deterministic models were less sensitive to shocks to volatility than stochastic models. However, when we compared the volatility estimates found by means of two models, the odd ratio showed that nine out of the eleven countries were between 0.68 and 0.84, where Mexico can be highlighted, having had the two models generating very close estimates.

From this, the division of countries into three groups and through the multivariate models, we tried to analyze the correlations among the indexes of each group. There was, then, a finding of the existence of transmission of volatility from one market to another. The three groups had, on average, a value very close to transmission, but the highest value was the Euro Zone. The multivariate deterministic and stochastic models showed a different correlation level between the studied

markets, but it could be observed that for the full daily sample, the negative correlation was not found in any estimate, a clear signal to the markets of similar behavior in different countries.

The multivariate deterministic models indicated that the group with the highest level of integration was the Latin America, which may be explained by the size of the capital markets and the volume traded in these indexes. At the same time, the stochastic model leads us to a correlation at a higher level of volatility in all groups and, as a result, indicates that the correlation is higher in Eastern Europe, which can be explained not only by the geographic proximity of countries, but also by the existence of bilateral agreements and the majority of this group of countries belonging to the European Union.

Finally, integration of markets studied was evident and it is important to consider the sub-periods to seek correlation. However, during the sub-prime crisis, it was seen that integration intensify and remain at higher levels than seen before the crisis after the end of this instability. Therefore, it is possible that some markets, such as Chile and Brazil, show opportunity to diversify investments in Latin American portfolio.

A suggestion for future research that may complement this assessment is to identify the different results in the regions via portfolio and how these have changed in the post-crisis.

REFERENCES

AGGARWAL, R.; INCLAN, C.; LEAL, R. Volatility in emerging stock markets. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, n. 34, p. 33-55, 1999.

AHMAD, W.; SEHGAL, S.; BHANUMURTHY, N. Eurozone crisis and BRIICKS stock markets: Contagion or market interdependence? **Economic Modelling**, n. 33, p. 209-225, 2013.

ALBA, P.; BHATTACHARYA, A.; CLAESSENS, S.; GHOSH, S.; HERNANDEZ, L. Volatility and Contagion in a Financially Integrated World: Lessons from East Asia`s Recent Experience. **Policy Research**, Working Paper n. 2008, 1998.

AWARTANI, B.; CORRADI, V. Predicting the volatility of the S&P-500 stock index via GARCH models: The role of asymmetries. **International Journal of Forecasting**, n. 21, p. 167-183, 2005.

BAROSSA-FILHO, M.; ACHCAR, J.; DE SOUZA, R. Modelos de volatilidade estocástica em séries financeiras: uma aplicação para o Ibovespa. **Economia Aplicada**, São Paulo, n. 14, p. 25-40, 2010.

BAUWENS, L.; LAURENT, S.; ROMBOUTS, J. Multivariate GARCH models: a survey. **Journal of Applied Econometrics**, v. 21, n. 1, p. 79-109, 2006.

BEKAERT, G.; HARVEY, C. Emerging equity market volatility. **Journal of Financial Economics**, n. 43, p. 29-78, 1997.

BEKAERT, G.; WU, G. Asymmetric volatility and risk in equity markets. **National Bureau of Economic Research**, Working Paper n. 6022, 1997.

BEKAERT, G.; HOEROVA, M. The VIX, the Variance Premium and Stock Market Volatility. **Columbia Business School Research**, paper. p. 13-32, 2013.

BEKKERS, N.; DOESWIJK, R.; LAM, T. Strategic Asset Allocation: Determining the Optimal Portfolio with Ten Asset Classes. **SSRN Working Paper**, n. 1368689, 2009.

BIANCONI, M.; YOSHINO, J.; SOUSA, M. BRIC and the U.S. financial crisis: An empirical investigation of stock and bond markets. **Emerging Markets Review**, n. 14, p.76-109, 2013.

BILLIO, M.; CAPORIN, M.; GOBBO, M. Flexible dynamic conditional correlation multivariate GARCH models for asset allocation, **Applied Financial Economic Letters**, v. 2, n. 2, p. 123-130, 2006.

BLACK, F. Studies of stock price volatility changes. In: MEETINGS OF THE AMERICAN STATISTICAL ASSOCIATION, 1976. **Proceedings...** Business and Statistics Section, 1976.

BOLLERSLEV, T. Generalized Autoregressive Conditional Heteroskedasticity. **Journal of Econometrics**, n. 31, p. 307-327, 1986.

BORDO, M.; MURSHID, A. Are financial crises becoming increasingly more contagious? what is the historical evidence on contagion? In: ADB/IMF/WORLD BANK CONFERENCE ON "INTERNATIONAL FINANCIAL CONTAGION. **Proceedings...** Washington, feb. 2000.

BOSWIJK, H. P.; VAN DER WEIDE, R. Wake me up before you GO-GARCH, **Tinbergen Institute Discussion Paper**, TI 2006-079/4, University of Amsterdam and Tinbergen Institute, 2006.

BOSWIJK, H.P.; VAN DER WEIDE, R. **Method of Moments Estimation of GO-GARCH Models**. Working Paper, University of Amsterdam, Tinbergen Institute and World Bank, 2009.

BRANDT, M.; JONES C. Volatility Forecasting With Range-Based EGARCH Models. **Journal of Business & Economic Statistics**, n. 28, p. 470-486, 2006.

BUTTNER, D.; HAYO, B. Determinants of European stock market integration. **Economic Systems**, n. 35, p. 574-585, 2011.

CAMPELLO, M.; GRAHAM, J.; HARVEY, C. The real effects of financial constraints: Evidence from a financial crisis. **Journal of Financial Economics**, n. 97, p. 470-487, 2010.

CAPPIELLO, L.; ENGLE, R.F.; SHEPPARD, K. Asymmetric dynamics in the correlations of global equity and bond returns, **Journal of Financial Econometrics**, n. 4, p. 537-572, 2006.

CHAMBET, A.; GIBSON, R. Financial integration, economic instability and trade structure in emerging markets. **Journal of International Money and Finance**, n. 27, p.654-675, 2008.

CHRISTIE, A. A. The stochastic behavior common stock variances: value, leverage and interest rate effects. **Journal of Financial Economics**, v. 10, n. 4, p.407-432, 1982.

CHRISTOFI, A.; PERICLI A. Correlation in price changes and volatility of major Latin American stock markets. **Journal of Multinational Financial Management**, n. 9, p. 79-99, 1999.

CONT, R. Empirical properties of asset returns: stylized facts and statistical issues. **Quantitative Finance**, v. 1, p. 223-236, 2001.

DAO, CHI-MAI; WOLTERS, J., Common Stochastic Volatility trends in International Stock Returns. **International Review of Financial Analysis**, v. 17, n. 3, p. 431-445, 2008.

DIAMANDIS, P. Financial liberalization and changes in the dynamic behaviour of emerging market volatility: Evidence from four Latin American equity markets. **International Business and Finance**, n. 22, p. 362-377, 2008.

DE ROON, F.; NIJMAN T.; WERKER, B. Testing for mean-variance spanning with short sales constraints and transaction costs: the case of emerging markets. **Journal of Finance**, n. 56, p. 721-742, 2001.

DOOLEY, M.; HUTCHISON, M. Transmission of the U.S. subprime crisis to emerging markets: Evidence on the decoupling–recoupling hypothesis. **Journal of International Money and Finance**, n. 28, p. 1331-1349, 2009.

DORNBUSCH, R.; PARK, Y. C.; CLAESSENS, S. Contagion: how it spreads and how it can be stopped?. **World Bank Working Paper**, 2000.

DUFRÉNOT, G.; MIGNON, V.; PÉGUIN-FEISSOLLE, A. The effects of the subprime crisis on the Latin American financial markets: An empirical assessment. **Economic Modelling**, n. 28, p. 2342-2357, 2011.

ENGLE, R. Autoregressive Conditional Heteroskedasticity with estimates of the variances of U.K. inflation. **Econometrica**, n. 50, p. 987 -1008, 1982.

ENGLE, R.F.; KRONER, K.F. Multivariate simultaneous GARCH, **Econometric Theory**, v. 11, p. 122-150, 1995.

ENGLE, R. F.; SHEPPARD, K. Theoretical and empirical properties of dynamic conditional correlation multivariate garch, **NBER Working Paper**, 2001.

FALKENSTEIN, E. Risk and return in general: theory and tvidence. **SSRN Working Paper**, n.1420356, 2009.

FORBES, K.; RIGOBON, R. No contagion, only interdependence: measuring stock market co-movements. **Journal of Finance**, n. 57, p. 2223-2261, 2002.

FRANCQ, C.; ZAKOÏAN, J-M, **GARCH Models**, Marcel Dekker, New York, 2010.

GALAGEDERA, D. U. A. Recent trends in relative performance of global equity markets, **Journal of International Financial Markets, Institutions and Money**, v. 22, n. 4, p.834-854, 2012.

GARNIER, C.; MERTENS, E.; NELSON, E. Trend inflation in advanced economies. **FEDS Working Paper**, v. 2013, n. 74, 2013.

GJIKI, D.; HORVÁTH, R. Stock market comovements in Central Europe: evidence from the asymmetric DCC model. **Economic Modelling**, n. 33, p. 55-64, 2013.

GRUBEL, H. Internationally diversified portfolios: Welfare gains and capital flows. **American Economic Review**, n. 58, p. 1299-1314, 1968.

HAMILTON, J. D.; SUSMEL, R. Autoregressive Conditional Heteroskedasticity and Changes in Regime, **Journal of Econometrics**, v. 64, p. 307-333, 1994.

HARVEY, C. Predictable risk and returns in emerging markets. **Review of Financial Studies**, n. 8, p. 773-816, 1995.

HARVEY, A. C. Dynamic models for volatility and heavy tails. New York: Cambridge University Press, 2013.

HARVEY, A. C.; CHAKRAVARTY, T. Beta-t(E)GARCH. **Cambridge Working Paper in Economics**, n. 0840, Faculty of Economics, University of Cambridge, 2008.

HARVEY, C.; RUIZ, E.; SHEPHARD, N. Multivariate stochastic variance models. **Review of Economic Studies**, n. 61, p. 247-264, 1994.

HERENCIA, M. **Volatilidade nos modelos ARCH e variância estocástica**: um estudo comparativo. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1997.

HUANG, B.; YANG, C. The impact of financial liberalization on stock price volatility in emerging markets. **Journal of Comparative Economics**, n. 28, p. 321-339, 1999.

JACQUIER, E.; POLSON, N.; ROSSI, P. Stochastic volatility: univariate and multivariate extensions. **CIRANO Working Paper**, n. 99s-26, 1999.

KAMINSKY, G.; SCHMUKLER, S. Short-run pain, long-run gain: the effects of financial liberalization. **NBER Working Paper**, n. 9787, 2003.

KOUTMOS, G. Modeling the Dynamic Interdependence of Major European Stock Markets, **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 23, n. 7, p. 975-988, 1996.

LAHRECH, A.; SYLWESTER, K. U.S. and Latin American stock market linkages. **Journal of International Money and Finance**, n. 30, p. 1341-1357, 2011.

LEE, S.; KIM, M.; KIM, S. Interest rates factor model. **Physical A**, n. 390, p. 2531-2548, 2011.

LIU, H.; CHIANG, S.; CHENG, N. Forecasting the volatility of S&P depositary receipts using GARCH-type models under intraday range-based and return-based proxy measures. **International Review of Economics and Finance**, n. 22, p. 78-91, 2012.

MARKOWITZ, H. Portfolio selection. **Journal of Finance** n. 7, p. 77-91, 1952.

MORAIS, I.; PORTUGAL, M. Uma investigação sobre os co-movimentos na volatilidade dos par bonds Latino Americanos. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, n. 55, p. 183-204, 2001.

MORELLI, D. Joint conditionality in testing the beta-return relationship: evidence based on the UK stock market. **Journal of International Financial Markets, Institutions e Money**, n. 21, p. 1-13, 2011.

MUN, M.; BROOKS, R. The roles of news and volatility in stock market correlations during the global financial crisis. **Emerging Markets Review**, n. 13, p. 1-7, 2012.

NELSON, D. Conditional heteroskedasticity in asset returns: a new approach. **Econometrica**, n. 59, p. 347-70, 1991.

ORTIZ, E; ARJONA, E. Heteroskedastic behavior of the Latin American emerging stock markets. **Internacional Review of Financial Analysis**, n. 10, p. 287-305, 2001.

PEREIRA, P. Testing the hypothesis of contagion using multivariate volatility models. Texto para discussão 174, **Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP**, São Paulo, 2009.

PROKOPCZUK, M.; WESE SIMEN, C. The importance of the volatility risk premium for volatility forecasting. **SSRN Working Paper**, n. 2236370, 2013.

SALEEM, K. International linkage of the Russian market and the Russian financial crisis: A multivariate GARCH analysis. **Research in International Business and Finance**, n.23, p. 243-256, 2009.

SAVVA, C. International stock markets interactions and conditional correlations. **Journal of International Financial Markets, Institutions e Money**, n. 19, p. 645-661, 2009.

SHEPHARD, N. Statistical aspects of ARCH and stochastic volatility. In: COX, D. R.; HINKLEY, D. V.; BARNDORFF-NEILSEN. O. E. (eds.). **Time series models in econometrics, finance and other fields**. London: Chapman & Hall, 1996, p. 1-67

SOLNIK, B. Why do not diversify internationally rather than domestically. **Financial Analyst Journal**, v. 30, p. 48-54, 1974.

SUCARRAT, G. Betategarch: simulation, estimation an forecasting of Beta-Skew-t-EGARCH Models. **The R Journal**, v. 5, n. 2, p. 137-147, dec. 2013.

TAYLOR, S. Financial returns modelled by the product of two stochastic processes: a study of the daily sugar prices 1961-75. In: ANDERSON, O. D. (ed.). **Time Series Analysis: theory and practice**. North-Holland, p. 203-226, 1982.

TAYLOR, S. **Modelling financial time series**. Wiley:Chichester, 1986.

TSE, Y. K. A test for constant correlations in a Multivariate GARCH model. **Journal of Econometrics**, v. 98, p. 107-127, 2000.

VAN DER WEIDE, R. GO-GARCH: a multivariate generalized orthogonal GARCH Model. **Journal of Applied Econometrics**, v. 17, n. 5, p. 49-564, 2002.

VO, M. Oil and stock market volatility: a multivariate stochastic volatility perspective. **Energy Economics**, n. 33, p. 956-965, 2011.

WALID, C.; CHAKER, A.; MASOOD, O.; FRY, J. Stock market volatility and exchange rates in emerging countries: a markov-state switching approach. **Emerging Markets Review**, n. 12, p. 272-292, 2011.

APPENDIX

Table A.1 - Log Likelihood Result to DCC models

Latin America				Eastern Europe			
	DCC	aDCC	FDCC		DCC	aDCC	FDCC
Arg-Chile	-3.578	-3.577	-3.602	Hun-Rom	-4.310	-4.309	-4.334
Arg-Mex	-3.900	-3.898	-3.928	Hun-Pol	-3.493	-3.493	-3.501
Arg-Br	-4.371	-4.367	-4.424	Hun-Czec	-3.629	-3.629	-3.641
Chi-Mex	-2.654	-2.653	-2.660	Hun-Rus	-4.514	-4.514	-4.537
Chi-Br	-3.298	-3.298	-3.313	Rom-Pol	-3.898	-3.898	-3.926
Mex-Br	-3.442	-3.440	-3.470	Rom-Czec	-3.927	-3.924	-3.944
				Rom-Rus	-4.749	-4.746	-4.798
Euro Zone				Pol-Czec	-3.139	-3.139	-3.163
	DCC	aDCC	FDCC	Pol-Rus	-3.980	-3.980	-4.013
Slov-Ston	-3.114	-3.114	-	Czec-Rus	-4.097	-4.096	-4.128

Note: DCC is Dynamic Conditional Correlation, aDCC is asymmetric DCC and FDCC is Flexible DCC.

Table A.2 - Results to univariate stochastic models

Country	Index	ϕ_1	ϕ_2	σ_η^2	Log Verss	AIC	SBC	HQ
Argentina	MERVAL**	0.039	0.959	0.037	-4824.227	4.644	4.652	4.647
Brazil	IBOV*	0.018	0.982	0.010	-4650.421	4.483	4.491	4.486
Chile	IPSA	-0.014	0.947	0.086	-4671.808	4.649	4.658	4.652
Slovakia	SAX	-0.202	0.565	1.552	-4328.317	4.829	4.838	4.832
Slovenia	OMX	-0.004	0.979	0.049	-4693.895	4.521	4.529	4.524
Hungary	BUX	0.022	0.972	0.023	-4660.318	4.484	4.492	4.487
Mexico	IPC	0.005	0.974	0.038	-4714.711	4.541	4.549	4.544
Poland	WIG	0.002	0.992	0.008	-4746.271	4.567	4.575	4.570
Czech Rep.	PX	0.008	0.979	0.027	-4578.704	4.422	4.431	4.425
Romania	BET	0.015	0.974	0.055	-4709.275	4.531	4.539	4.534
Russia	RTS	0.018	0.984	0.026	-4705.240	4.571	4.579	4.574

*Start value C(3) = -3 and ** C(3) = 1, with $\sigma_\eta^2 = \exp(\phi_3)$. Start values for ϕ_1 , ϕ_2 e ϕ_3 at the stochastic volatility were defined as 0,01, 0,90 and 3.

Table A.3 - Multivariate Stochastic Volatility Results

Group	Country	AIC	p.e.v	m.d.
Euro Zone	Slovenia	0.713	2.034	1.282
	Slovakia	0.485	1.619	0.946
Latin American	Brazil	1.365	3.907	2.797
	Mexico	0.755	2.122	1.474
	Chile	0.427	1.529	1.014
	Argentina	1.546	4.680	3.227
Eastern Europe	Romania	1.265	3.533	2.355
	Hungary	1.201	3.314	2.336
	Czech Rep.	0.958	2.600	1.767
	Russia	1.839	6.277	4.101
	Poland	0.779	2.174	1.550



PERCEPÇÕES DE AUTORES SOBRE ALGUNS INDICADORES RELACIONADOS A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COM FOCO EM EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PERCEPCIONES DE AUTORES SOBRE ALGUNOS INDICADORES RELACIONADOS CON LA GESTIÓN DE RECURSOS HUMANOS CON FOCO EN EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

PEREIRA, Náira Maria ¹

Resumo: A pesquisa realizada abordou o conhecimento e percepções existentes em relação à responsabilidade empresarial socioambiental, analisando a mediação feita pela Gestão de Recursos Humanos, como ferramenta na construção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A questão norteadora: a mediação da responsabilidade empresarial socioambiental, usando a Gestão de Recursos Humanos como uma ferramenta para a Educação na Empresa focada nos princípios do Desenvolvimento Sustentável. Os conceitos educativos descritos no marco teórico de Ambiente, Relações socioambientais, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Recursos Humanos, seguiram o diálogo de Chiavenato, Correa; Flynn e Amit e Oaigen. A pesquisa adotou os alicerces de base qualitativa, prevalecendo metodologicamente o processo interpretativo, o que valida o Método Hermenêutico, onde o instrumento de pesquisa utilizado foi o ICD 01, Matriz Conceitual sobre as percepções de autores relacionadas aos indicadores. Os resultados mostram que há necessidade de avanços no que se refere à compreensão e domínio dos fundamentos teóricos e práticos sobre o crescimento

¹ SENAC, Boa Vista, RR. E-mail: naira_pereira@yahoo.com.br

econômico e o respeito para com o ambiente. Também é visível que o ambiente é um patrimônio comum, não se constituindo em uma ameaça a ser dominada, mas em um conjunto de complexas e instáveis relações que devem ser controladas, aproveitadas para o bem duradouro e dinâmico da própria sociedade. Outro aspecto a ser salientado mostra que o meio ambiente constitui um sistema de relações extremamente complexos, muito sensível às variações de qualquer de seus fatores, desencadeando reações, sendo que uma das características da espécie humana é a capacidade de compreender os mecanismos que comprometem sua conservação, intervindo no ambiente e que está na consciência do ser humano.

Palavras-chave: Ambiente. Relações socioambientais na empresa. Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Recursos Humanos.

Resumen: La investigación realizada abordó el conocimiento y percepciones existentes en relación a la responsabilidad empresarial socioambiental, analizando la mediación hecha por la Gestión de Recursos Humanos, como herramienta en la construcción de la Educación para el Desarrollo Sostenible. La cuestión orientadora: la mediación de la responsabilidad empresarial socioambiental, usando la Gestión de Recursos Humanos como una herramienta para la Educación en la Empresa enfocada en los principios del Desarrollo Sostenible. Los conceptos educativos descritos en el marco teórico de Ambiente, Relaciones socioambientales, Educación para el Desarrollo Sostenible, Sostenibilidad, Recursos Humanos, siguieron el diálogo de Chiavenato, Correa; Flynn y Amit y Oaigen. La investigación adoptó los cimientos de base cualitativa, prevaleciendo metodológicamente el proceso interpretativo, lo que valida el Método Hermenéutico, donde el instrumento de investigación utilizado fue el ICD 01, Matriz Conceptual sobre las percepciones de autores relacionadas a los indicadores. Los resultados muestran que hay necesidad de avances en lo que se refiere a la comprensión y dominio de los fundamentos teóricos y prácticos sobre el crecimiento económico y el respeto hacia el ambiente. También es visible que el ambiente es un patrimonio común, no constituyéndose en una amenaza a ser dominada, sino en un conjunto de complejas e inestables relaciones que deben ser controladas, aprovechadas para el bien duradero y dinámico de la propia sociedad. Otro aspecto a destacar destaca que el medio ambiente constituye un sistema de relaciones extremadamente complejas, muy sensible a las variaciones de cualquiera de sus factores, desencadenando reacciones, siendo que una de las características de la especie humana es la capacidad de comprender los mecanismos que comprometen su conservación, interviniendo en el ambiente y que está en la conciencia del ser humano.

Palabras clave: Ambiente. Relaciones socio ambientales en la empresa. Educación para el Desarrollo Sostenible. Sostenibilidad. Recursos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

Constatam-se no cenário mundial significativo progresso relacionados ao tema sustentabilidade tornando-se necessário que estudos envolvendo o mesmo avancem, acompanhando o acelerado crescimento demográfico, econômico e

tecnológico, pois é de extrema importância para o bem estar das populações e para o posicionamento das organizações no mercado que estas se sintam responsáveis e adotem medidas educativas para o equilíbrio do Bioma.

Torna-se importante que as organizações e os indivíduos nela inseridos estejam engajados como forma de conciliar as dimensões econômica, ambiental e social dos negócios, constituindo assim um desafio para a sociedade e aos modelos de produção, consumo e desenvolvimento desordenados onde a preocupação com ambiente é negligenciada.

É compreensível que o desafio do mundo contemporâneo a competição é acirrada para produzir bens, serviços e consequentemente a lucratividade. Por outro lado é necessário atrelar a este conceito a sustentabilidade empresarial como uma oportunidade de negócios.

O estudo do tema propiciou investigações para que as organizações de forma positiva consigam enfrentar as barreiras do mercado e as exigências que já ocorrem onde empresas que se relacionam positivamente com o ambiente e com a sociedade encontrem o seu nome em posição de destaque.

O ser humano desde a formação uterina até os últimos dias de vida necessitará de um ambiente saudável para viver, e ao longo da vida, necessitará ser envolvido em questões voltadas à Educação para o Desenvolvimento Sustentável, tendo este início na convivência familiar a partir da infância.

A cada dia que passa a questão ambiental tem sido considerada como um fato que precisa ser trabalhado com toda sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultas mais preocupadas com o meio ambiente, além do que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em sua casa, família e vizinhos. (MEDEIROS, 2011, p.2).

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável deverá passar por uma educação sólida em todo o ciclo de vida do ser humano, para que os mesmos respeitem também o ciclo de vida da natureza, visto que mesmo sendo possível de haver renovação, esta possibilidade será nula se seus limites não forem respeitados.

Contou-se, portanto nesta pesquisa, com a iniciativa empresarial pode difundir a Educação para o Desenvolvimento Sustentável em conjunto com seus colaboradores e sua cadeia produtiva, de forma que, em sua rede de relacionamentos, principalmente a familiar, pratiquem como todos os outros hábitos diários.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Roraima é o estado mais setentrional do Brasil, e é delineado pela linha do equador, e possui uma área de 224.298,980 km², e divisas com o Norte da Venezuela, a leste com a República Cooperativista da Guiana, a sudeste com o estado do Pará e ao sul com o estado do Amazonas.

Em 1988 o jornalista Platão Arantes Teixeira (2012, p. 90) constatou que o ponto mais setentrional do Brasil não é o Oiapoque (AP), mas sim o Monte Caburaí, situado em Roraima. Por conta disso, podemos dizer: “do Caburaí ao Chuí” ao invés de: “do Oiapoque ao Chuí”.

Mesmo com toda a facilidade tecnológica da era moderna, ainda não conseguimos sensibilizar a mente de grande parte da nação. São poucos os que aprenderam a dizer corretamente que o Brasil vai do Caburaí ao Chuí! [...] Mesmo sem as suas cooperações, hoje podemos dizer com orgulho e de peito aberto que o Brasil vai: “do Caburaí ao Chuí”. (TEIXEIRA, 2012, p.90).

3 JUSTIFICATIVA

No contexto atual o compromisso ambiental das empresas tornou-se um indicador da qualidade e valorização dos produtos a partir do momento em que as mesmas comprovem seus programas e compromissos com o ambiente, preservação, recuperação e redução dos impactos. Isto determinará o caminho seguro para a educação aliada ao Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil é um país com uma diversidade ambiental singular e o tema sustentabilidade requer especial atenção da classe empresarial. O comportamento de cidadão responsável precisa ser difundido como princípio nas organizações, bem como desenvolver e orientar ações sustentáveis em relação à preservação do ambiente.

Neste contexto, este trabalho busca sensibilizar para uma mudança de mentalidade dentro das organizações, e conseqüentemente através da mesma objetive a incorporação de comportamentos éticos à sua estratégia.

Com certeza o princípio da EDS difundido e vivenciado entre os colaboradores poderá gerar um processo exclusivamente positivo, pois os mesmos se transformarão em agentes de mudança.

O mercado de trabalho recruta e seleciona candidatos qualificados, mais em contra partida as empresas não exigem e nem formam cidadãos sensíveis com as causas ambientais, e esta formação é necessária visto que são esses colaboradores que no dia a dia tem contato direto e constante com os clientes e fornecedores. Nesta rede de relacionamentos é necessária para a circulação dessa prática educativa.

Justifica-se também a realização desta pesquisa pela possibilidade de se tornar o elo dos avanços científicos, tecnológicos e de inovação, assumindo-se como política institucional e como compromisso social, científico e tecnológico.

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada visando desenvolver atividades que respondesse ao objetivo específico: Comparar as percepções de diferentes autores em relação aos indicadores: interação, responsabilidade social, gestão de recursos humanos, Educação para o Desenvolvimento Sustentável construindo uma matriz conceitual e destacando os pontos convergentes e divergentes.

4 MARCO TEÓRICO

Atualmente a Gestão de Recursos Humanos tem despertado para a necessidade de aderir e difundir novas práticas de capacitação para o desenvolvimento humano dentro das empresas, evoluindo de uma estrutura cartorial de departamento de pessoal para fomentador de pensamento humano e estratégico nas empresas.

Os processos de ensino e aprendizagem, aliado aos processos científicos, tecnológicos e de inovação, em todas as áreas do conhecimento necessitam de atualização continuada em metodologias, conteúdos em todas as áreas do saber, visto que diariamente todos estão diante de novos desafios. O desafio aqui proposto está exclusivamente pautado na EDS nas empresas visando à educação de seus colaboradores às questões voltadas à preservação.

4.1 Questões Ambientais

A questão ambiental cada vez torna-se mais preocupante diante do descaso do homem, do capitalismo e da falta de comprometimento de grande parte da

sociedade. Tem-se o exemplo do ambiente, sociedade e sustentabilidade que se constituem, hoje, um grande desafio para a educação formal e informal, pois, somente serão usufruídas pela sociedade se houver atualização e sensibilização de todos para com os Ecossistemas. Assim, como discorre Mendonça (2015, p. 208), como questões preocupantes para humanidade:

Os debates mais recentes sobre a questão do aquecimento global dos dois últimos séculos são concordantes, de maneira geral, na tese de que a intensificação do efeito estufa planetário estaria diretamente relacionada ao padrão de produção e consumo da sociedade moderna. A elevação do volume de gases de aquecimento na alta troposfera - derivados em sua quase totalidade das atividades humanas (indústria e agricultura, principalmente) -, associada à destruição da camada de ozônio estratosférico, estaria provocando uma considerável transformação da composição atmosférica e do mecanismo dos gases da mesma.

Vale ressaltar que não somente o aquecimento global é uma preocupação, dentre as questões preocupantes pode-se citar o os buracos na camada de ozônio, chuva ácida e a salinização e ressecamento do solo. Segundo Czeresnia e Ribeiro (2000, p. 12):

Ao mesmo tempo, reaparecem as ameaças de grandes desastres naturais: poluição do ar e da água, progressivo aquecimento global, buracos na camada de ozônio, chuva ácida, salinização e ressecamento do solo. As consequências epidemiológicas desse intenso processo de transformações são radicais e imprevisíveis. A emergência de novas doenças, que podem manifestar-se, também, como epidemias fatais e devastadoras, não é uma possibilidade apenas ficcional.

Portanto um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado é responsabilidade de todos, e as empresas tem uma participação importante, visto que detêm um contingente significativo de colaboradores que podem engajar-se nessa campanha educativa, levando a EDS a todos e todos pelo ambiente.

Deve-se destacar que as atividades educacionais em todos seus níveis deverão, cada vez mais, alcançar o paradigma da sustentabilidade modificando conteúdos, atualizando metodologias e criando perspectivas de participação para todos. Processos inter e multidisciplinares, sendo, características inerentes ao tema em foco.

A pesquisa busca analisar a qualificação dos profissionais na área ambiental diante da perspectiva dos avanços na questão do Desenvolvimento Sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população, pois, passa pela competência das

empresas em aproveitar de modo racional os seus recursos e suas potencialidades de produção em prol da sociedade.

A consciência ecológica emerge igualmente no contexto de uma nova consciência ética, que supera o eternismo para preocupar-se com as realidades do homem, que sai do subjetivismo privatista para lançar-se na macro realidade que abandona o progressivismo para abraçar uma contestação libertadora. (MOSER, 1983, p. 8).

Para isso, trona-se necessária à integração ao campo profissional dos avanços em Ciência e Tecnologia, principalmente nos aspectos que identifiquem uma nova postura da sociedade diante do processo de globalização vivenciado pelo mundo na atualidade.

Sobre globalização, Bedin (1997, p. 134) afirma que:

[...] o homem após ter viabilizado várias e extraordinárias civilizações individuais, passa agora a delinear a construção de uma aventura de dimensões planetárias. Daí, portanto a percepção, hoje já bastante evidente, de que o mundo tornou-se um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas e alguns de seus interesses mais relevantes adquiriram o caráter de questões mundialmente interdependentes e globais. [...] podemos afirmar que o século XXI será dominado pelos problemas relacionados com o surgimento, consolidação e hegemonia da organização política, econômica e social globais.

Portanto a EDS é uma preocupação nível global e social perpassando da responsabilidade acadêmica e contempla as empresas assim como os seus colaboradores.

O Desenvolvimento Sustentável é obtido de forma compatível com a preservação dos recursos naturais de um determinado país. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento *não predatório*. O Desenvolvimento Sustentável é válido do ponto de vista econômico. Aconselha o planejamento de um país ou de uma região, baseado em um levantamento de todas as suas necessidades (alimento, energia, matérias-primas e outras necessidades materiais), em comparação com todas as suas potencialidades, isto é, com sua capacidade de fornecimento dessas necessidades de forma sustentável, ou seja, sem desgastes. (BRANCO, 2004, p.125).

As questões atuais que envolvem Ciências, Tecnologias, Sociedade e Negócios ultrapassam o ensino formal e acadêmico, devendo expandir-se por todas as camadas sociais, produtivas e empresariais.

Deve-se considerar a necessidade do oferecimento de qualificação de pessoas de todas as áreas profissionais, sendo fundamental que as questões ambientais, principalmente relacionadas à sustentabilidade, também estejam inseridas neste contexto. O mercado está cada vez mais competitivo e necessitando de profissionais com aptidões e competências que mostrem o diferencial qualitativo que a empresa oferecerá no mercado.

Considerando que as empresas sejam sustentáveis, há necessidade da busca e da obtenção do equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade: dimensão econômica, dimensão ambiental e a dimensão social. Porém, estes princípios são muitas vezes vistos como conflitantes perante a busca por resultados financeiros imediatos e o aumento de fatias de mercado e competitividade.

A globalização e a mudança em torno da competitividade mudaram a lógica da gestão estratégica empresarial, deixando de estar focada nas próprias organizações e voltando-se para as relações inter empresariais, através das diversas cadeias produtivas que as formam.

4.2 Históricos de Ações Ambientais no Brasil e no Mundo

No histórico dos acidentes ambientais ocasionados pelas empresas e pelas ações antrópicas, apresenta-se e discutem-se na sequência dois acidentes que, mesmo ocorrendo em épocas distantes, reforça a relevância desta pesquisa, o último ocorrido no Brasil serve para mostrar a negligência dos responsáveis legais pela empresa que ocasionou o dano, a exemplo do desastre ocorrido na cidade de Mariana no estado de Minas Gerais e a poluição de Londres citados a seguir.

Também serve como um alerta aos governantes, tanto brasileiro como a nível mundial que devem cobrar o cuidado em prevenir, preservar e educar.

Apesar de já existir no século XIX a preocupação com as questões ambientais, em 1952 ocorre o acidente de poluição do ar em Londres provocado por chaminés de empresas e que acarretou a morte com cerca de 1600 pessoas. Isto levou o mundo a refletir sobre as ações abusivas ao ambiente e que essa forma de agir não passaria de maneira discreta todas. Todas as ações revertem-se em reações, com igual força ou de efeito cumulativo.

A postura empresarial deveria ser de prevenir, preservar e educar e não está sendo veiculada dentro das mesmas e passou dos limites, visto que preocupação

como ambiente foi primeiramente abordada pelo Clube de Roma, um órgão colegiado liderado por empresários que, por meio da publicação intitulada “Limites do Crescimento”, de 1972, que já se posicionavam como potenciais empresários preocupados com o futuro do planeta.

Em pleno século XXI, no dia 05 de novembro de 2015, acontece o desastre de Mariana, ocasionado por uma enxurrada de rejeitos de minério de ferro em forma de lama que causou prejuízos históricos materiais e ambientais à população desta cidade e que causou comoção em todo mundo.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco ocorrido em 05/11 pode ser considerado o maior desastre ambiental já causado pelo homem no Brasil. Um número relativamente pequeno de vítimas frente à dimensão do evento, seguido por uma comoção mundial frente aos atentados terroristas em Paris que ocorreram na semana seguinte serviram para desviar as atenções do problema brasileiro. (UNICAMP, 2015).

Estas duas catástrofes levam a reflexão de ações ocasionadas por empresas: a primeira na Revolução Industrial em Londres, e a segunda, em pleno século XXI no Brasil, representando, portanto, exemplos preocupantes. Devemos mensurar os impactos ambientais que essas ações representam como danos irreparáveis à população, à flora e à fauna, e que o sistema levará milhões de anos para se recuperar.

A disseminação da ideia da preservação é um ato permanente, e, partir do momento que se aplica torna-se dever de todos em busca da equidade ambiental, econômica e social.

Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva. (CARTA DA TERRA, 2000, p.3)

Assim, urge como proposto por esta pesquisa, a prática nas empresas através de agentes multiplicadores, para que os seus colaboradores repassem na sua comunidade e principalmente na sua família onde possivelmente haja uma faixa etária que não mais retornará aos bancos das escolas.

A partir do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, passou a existir um discurso que procura condicionar a busca de um novo modelo de desenvolvimento aliado à conservação do meio ambiente e à responsabilidade social. O estudo das relações entre educação, emprego, desenvolvimento econômico, responsabilidade social e ambiente é da maior atualidade. (RAMOS, 2014, p. 28).

Portanto, as empresas pesquisadas, enquanto instituições empregadoras e como, instituições profissionalizantes e qualificadoras de pessoas para o mercado de trabalho, têm a sua responsabilidade na transformação humana, no desenvolvimento socioambiental e na participação dos diferentes saberes da sociedade.

5 MARCO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa, usando o Método Hermenêutico, caracterizado pela interpretação de Dados e Documentos através do uso da Técnica de Análise de dados. Desta forma nos valem de destaque para as abordagens analítica e interpretativas.

Os indicadores usados foram: Interação, Responsabilidade Social, Gestão Recursos Humanos e Educação para o Desenvolvimento Sustentável,

Como Instrumento de Coleta de dados usou-se uma Matriz Conceitual, baseada em opiniões de autores diversos, que tem produções vinculadas ao tema deste estudo, referindo-se à discussão feita entre percepções dos autores selecionados referente aos indicadores optados para a pesquisa.

5.1 Análise e Discussão dos Dados

Na sequência a análise dados da Matriz Conceitual, que foi o Instrumento de Coleta de Dados- ICD 01. A mesma foi estruturada com citações de diferentes autores sobre o tema com análise decorrente.

ICD 01/14 - Matriz Analítica sobre conceitos e percepções emitidas por diversos autores que abordam a temática desta pesquisa

PARTE I Interpretar os tópicos selecionados dos autores e obras respectivas referentes aos temas: Responsabilidade Empresarial, Questões Socioambientais, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Recursos Humanos e o compromisso socioambiental e a Competitividade Sustentável.

Quadro 1 - Matriz Conceitual sobre os indicadores da pesquisa

	Autores e obras selecionadas		
	(CORREA; et al, 2004)	UNESCO/DEDS-Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. (2006)	Gil-Pérez y Vilches, 2004 y 2005)
1.1 Responsabilidade Empresarial	No existe una definición de RSC - Responsabilidad Social Corporativa que sea común a las diversas iniciativas em estos países, pero existen algunos temas comunes, tales como la preocupación por el comportamiento ético de la empresa, las condiciones de los trabajadores, el desarrollo comunitario, y el impacto sobre el medio ambiente. (2004, p. 7)	Esta Década baseia-se na visão de um mundo no qual todos tenham a oportunidade de ascender a uma educação e adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas de sustentabilidade. A intenção é contribuir para um futuro que compatibilize as necessidades humanas com o uso sustentável dos recursos, superando assim os efeitos perversos que vão desde a destruição ambiental até à manutenção/agravamento da pobreza. (2006, p. 9)	La transmisión de una visión descontextualizada, socialmente neutra que olvida dimensiones esenciales de la actividad científica y tecnológica...su impacto em el medio natural y social o los intereses e influencias de la sociedad em su desarrollo...se ignoran, pues, las complejas relaciones CTS, Ciencia-Tecnología Sociedad, o, mejor, CTSA, agregando la de Ambiente para llamar la atención sobre problemas de degradación del medio que afectan a la totalidad del planeta. este tratamiento des- contextualizado comporta, muy em particular, una falta de clarificación de las relaciones entre ciencia y tecnología, en las que conviene detenerse. (2005, p.310)
1.2 Questões Socioambientais	Los valores éticos deben comunicar los compromisos de una empresa y reflejarla forma cómo establece sus relaciones com los públicos interesados. entre esos valores éticos se destacan la honestidad, la integridad, el respeto, la transparencia y la apertura. (2004, p. 17)	O documento que aqui se publica tem como objectivo prolongar a discussão, mas, sobretudo, deseja ser um estímulo para o lançamento de práticas muito participadas pelos diversos níveis etários, na certeza de que para activar um futuro com garantias de Desenvolvimento Sustentável todos temos, desde já, de nos dedicar a esta tarefa, que é local e global. (2006, p. 2)	Pensar que una sociedad científicamente alfabetizada está em mejor situación para actuar racionalmente frente a los problemas sociocientíficos, constituye una ilusión que ignora La complejidad de los conceptos científicos implicados, como sucede, por ejemplo, em El calentamiento global. (2005, p. 303)

1.3 Educação para o Desenvolvimento Sustentável	La ética corporativa ha pasado Del énfasis tradicional em el mero cumplimiento de Las exigências legales hacia el compromiso de um comportamiento ético basado en valores. según la organización business for social responsibility (bsr), “el espectro de la ética empresarial se há expandido no sólo para incluir la manera cómo una empresa trata a sus empleados o cumple con la ley, sino también la naturaleza y localidad de las relaciones del negocio con sus accionistas.” (2004, p. 17)	É também através do conhecimento de dados reais sobre a situação do país e do planeta e através do verdadeiro envolvimento em acções que visam o Desenvolvimento Sustentável que se consegue levar a cabo a própria Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, para determinados grupos-alvo será particularmente interessante a divulgação de acções conducentes ao Desenvolvimento Sustentável, como forma de mostrar que ele é possível e realizável. De facto, este processo educativo visa não só dominar os conceitos, mas passá-los à prática - não se trata apenas de “saber” o Desenvolvimento Sustentável, mas “fazer” Desenvolvimento Sustentável. (2006, p. 15)	Todo ello constituye un argumento decisivo a favor de una alfabetización científica del conjunto de la ciudadanía, cuya necesidad aparece cada vez con más claridad ante la situación de auténtica “emergência planetaria” (Bybee, 1991) que estamos viviendo. (2005, p. 303)
1.4 Gestão de Recursos Humanos e o compromisso socioambiental	Es indispensable que se permita a los públicos interesados opinar sobre la manera cómo la empresa debería actuar. la opinión de esos públicos constituye un insumo de primera importancia para tomar decisiones em los distintos niveles de la compañía, desde la definición de sus principios y valores hasta la identificación de indicadores que permitan evaluar el nivel de satisfacción de los trabajadores.(2004, p. 19)	A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) é uma iniciativa ambiciosa e complexa e o seu objectivo global consiste em integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável nas diferentes formas de aprendizagem com vista a fomentar as transformações necessárias para atingir uma sociedade mais sustentável e justa para todos. (2006, p. 8)	En definitiva, la participación ciudadana em la toma de decisiones es hoy um hecho positivo, una garantía de aplicación del principio de precaución, que se apoya en uma creciente sensibilidad social frente a Las implicaciones del desarrollo tecnocientífico que puedan comportar riesgos para las personas o el medio ambiente. Dicha participación, hemos de insistir, reclama un mínimo de formación científica que haga posible la comprensión de los problemas y de las opciones - que se pueden y se deben expresar com um lenguaje accesible- y no ha de verse rechazada com el argumento de que problemas como el cambio climático o la manipulación genética Sean de una gran complejidad. (2005, p. 308)

1.5 Competitividade Sustentável	La responsabilidad de la empresa con la sociedad se entendia tradicionalmente simplemente como filantropía. Hoy em día se refiere más bien a una forma de hacer negocios que toma em cuenta los efectos sociales, ambientales y económicos de la acción empresarial, integrando em ella el respeto por los valores éticos, las personas, las comunidades y el medio ambiente. (2004, p. 15)	...a Agenda Local 21 seja um dado elementar das políticas autárquicas; os cidadãos desenvolvam tolerância zero para todo o tipo de arrombamento dos valores ambientais; os <i>mass media</i> tenham integrado uma cultura elementar neste domínio; as empresas disputem entre si as posições no <i>ranking</i> das melhores prestações em matéria ambiental e de responsabilidade social; as instituições oficiais adoptem procedimentos de rotina na divulgação e acesso à informação – tanto para os profissionais da comunicação social como para os cidadãos; a intervenção das ONG deixe de ser encarada como um ruído incómodo a abater, e passe antes a fazer parte dos processos democráticos de desenvolvimento e decisão política. (2006, p. 4)	Debemos insistir en que esta participación de la ciudadanía em la toma de decisiones, que se traduce, en general, en evitar la aplicación apresurada de innovaciones de las que se desconocen las consecuencias a medio y largo plazo, no supone ninguna rémora para el desarrollo de la investigación, ni para la introducción de innovaciones para las que existan razonable garantías de seguridad. (2005, p. 305)
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

5.2 Análise dos dados obtidos como ICD 01

A análise deste ICD foi realizada comparando e discutindo os conceitos de cada citação/indicador na visão dos autores e suas obras selecionadas. O objetivo desta análise é a possibilidade da delimitação do campo de pesquisa e o fortalecimento dos conceitos que servem de base para a pesquisa em andamento.

Para tomar decisões relacionadas ao futuro do planeta se inclui todos os campos do conhecimento e da sociedade, delimitando as responsabilidades de cada classe, segmentando e definindo as ações que cada uma deverá planejar relacionado a políticas sustentáveis, como a exemplo da Bolsa de Valores de São Paulo.

La Bolsa de Valores de São Paulo, Brasil, está promoviendo una evaluación del compromiso con la rsc de empresas cuya sacciones son transadas en bolsa, lo cual es um gran avance para incorporar la voz de los accionistas em la evaluación del desempeño social, ambiental y financiero de las empresas.(CORREA; FLYNN; AMIT, 2004, p. 10).

Baseado nesta tendência, esta pesquisa foca especificamente a sustentabilidade empresarial tomando como principais preocupações a educação de seus colaboradores mediados pela gestão de recursos humanos, e que os mesmos terão um papel de multiplicadores levando bons hábitos as suas famílias e estes consequentemente a sociedade.

a) Responsabilidade empresarial

Na percepção de Correa, Flynn e Amit (2004, p. 7) não existe uma definição para a RSC que seja comum as diversas iniciativas. Já a Comissão Nacional da UNESCO - Portugal (2006), preconiza um mundo no qual todos tenham a oportunidade de ascender a uma educação e adquirir valores que fomentem práticas sociais, econômicas e políticas de sustentabilidade. Esta amostra foi oriunda de três empresas do Sistema S de Boa Vista/RR: Senac, Sesc e Fecomércio.

Tomando essa discussão Gil-Perez y Vilches (2005, p. 310) dizem que se ignoram as relações CTS, Ciência - Tecnologia Sociedade, dizem ainda e agregam um “A” de ambiente, portanto CTSA, para chamar atenção sobre os graves problemas de degradação do meio que afetam a totalidade do planeta, e para este descontextualizando o tema central.

Partindo do princípio que não existe uma definição para a responsabilidade das empresas, estas devem ter um olhar especial do seu entorno, revendo o que foi ou como era o ambiente no qual está inserida e analisando as perdas.

É fundamental a revisão da situação atual, vislumbrando um cenário de melhorias ou de recuperação de danos causados, pois mesmo não havendo uma definição para a RSC, há estudos paralelos que podem conduzir a um objetivo específico para cada empresa, de forma a não ignorar a CTSA.

Esta reunião de ideias deixa transparecer que as empresas produzem ciência e tecnologia, mas que as consequências para a sociedade e o ambiente serão inevitáveis, e cada uma criará alternativas para melhorar os seus meios de produção e gestão.

Durante la última década la responsabilidad social de la empresa se ha convertido en un tema cada vez más central en las agendas corporativas. Muchas empresas han avanzado en el tema, yendo más allá del cumplimiento de la ley o de la acción filantrópica para considerar temas más centrales del negocio, como el manejo de riesgo, la innovación, y la creación de valor. (CORREA; FLYNN; AMIT, 2004, p. 15).

O crescimento econômico de uma nação não deve ser medido pelos bens que ela produz, mas sim pelos efeitos que essa produção trará em benefícios para a sociedade, e hoje inovar é o tema central das grandes corporações, e inovar focado em qualidade, qualidades estas que proporcionem benefícios para a sociedade, o ambiente e seus colaboradores.

b) Questões socioambientais

Aqui se procura definir uma relação entre a sociedade e o ambiente em busca de um bem comum para fugir da possibilidade de produzir ou continuar produzindo miséria e calamidade pública advindas das agressões à natureza, educar e gerar riqueza com responsabilidade é o comportamento primordial a ser adotado pelo empresariado em prol da coletividade.

As empresas disputem entre si as posições no *ranking* das melhores prestações em matéria ambiental e de responsabilidade social; as instituições oficiais adotem procedimentos de rotina na divulgação e acesso à informação - tanto para os profissionais da comunicação social como para os cidadãos; a intervenção das ONG deixe de ser encarada como um ruído incômodo a abater, e passe antes a fazer parte dos processos democráticos de desenvolvimento e decisão política. (UNESCO, 2006, p. 4).

As empresas devem desenvolver metas de competitividade que elevem a sua marca voltada para as questões sociais e ambientais, levando em consideração a participação dos colaboradores na implementação das ações que deverão ser divulgadas em todas as empresas.

La empresa no puede determinar por sí sola su relevancia social ni la contribución que debe hacer a la sociedad. para contribuir con la sociedad y definir sus responsabilidades sociales específicas, la empresa debe vincularse y comprometerse activamente, consultando a sus públicos interesados acerca del comportamiento que esperan de ella. (CORREA; FLYNN; AMIT, 2004, p. 16).

É importante destacar que estas ações deverão ser incorporadas à sua estratégia de competitividade no mercado, dando ênfase a missão, visão e os seus valores, focado em construir um relacionamento ético entre a empresa e seu ambiente, visto que é interesse do bem comum, e não a uma pequena elite ou parte da sociedade.

c) Educação para o Desenvolvimento Sustentável

A UNESCO delimitou o período de 2005-2014 como a década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, deverão seguir a mesma linha de pensamento os envolvidos e responsáveis por geração de produtos e riquezas, incorporando dentro de suas estratégias ações que eliminem ou minimizem os danos causados ao ambiente.

Es el desafío de la Década de la Educación por um futuro sostenible. Y somos nosotros quienes debemos convertirnos em activistas, para lograr la necesaria implicación de nuestros colegas y del conjunto de La ciudadanía contra la guerra que amenaza, sin exageración, com destruir la humanidad. Activistas por la paz. (REVISTA EUREKA, 2006, p. 303).

O prazo previsto para a década chegou ao final, e do objetivo proposto ainda há muito no que se pensar e repensar, visto que apenas parte das empresas sensibilizaram e continuam sensibilizando seus *Stakeholders* a terem comportamento e responsabilidade individual e coletiva, e a iniciativa de concretizar ações voltadas ao tema será de relevância não apenas para as multinacionais ou empresa de grande porte, mais também para todas as empresas, independente do tamanho ou ramo de atividade.

d) Gestão de Recursos Humanos e o compromisso socioambiental

A Gestão de Recursos Humanos tem a grande responsabilidade de gerir como também no processo de influenciar pessoas de forma positiva, conduzindo-os para a aprendizagem e a humanização.

Para Matos (1997, p. 118): “A humanização do ambiente de trabalho significa tornar o clima interno não opressivo, participativo, receptivo ao inter-relacionamento cordial e cooperativo em todos os níveis”. Já Chiavenato (1994, p. 9) descreve que:

A empresa constitui o ambiente dentro do qual as pessoas trabalham e vivem a maior parte de suas vidas. Nesse contexto as pessoas dão algo de si mesmas e esperam algo em troca, seja a curto ou em longo prazo. A maneira pela qual esse ambiente é moldado influencia poderosamente a qualidade de vida das pessoas.

Para que as pessoas gozem de um ambiente humano e com qualidade de vida não há que se aprender a conviver apenas com pessoas, há todo um processo cíclico de integrar o homem aos valores organizacionais e ambientais, demonstrando que qualidade de vida também está no ar que se respira, na água que se bebe e no alimento que se consume.

Com essa visão, o paradigma deve ser constantemente quebrado, modificado e melhorado continuamente dentro do ambiente de trabalho.

e) Competitividade sustentável

Ver a responsabilidade das empresas com a sociedade como filantropia era apenas esperar pelo excedente, e não seria justo, visto que para o crescimento econômico e populacional a mesma há que integrar-se e promover atividades socialmente responsáveis. As empresas, segundo Limongi-França (2007, p. 1):

São feitas de pessoas para pessoas. A pedra fundamental da gestão de pessoas está na contribuição conceitual e prática para uma vida humana mais saudável e com resultados legítimos de produtividade, qualidade e desenvolvimento e competitividade sustentável.

Portanto, para uma empresa ser bem sucedida não basta ser competitiva, é necessário acrescentar Sustentável nas suas ações e que busque atender as necessidades fundamentais de seus colaboradores e da sociedade.

Focalizar apenas os resultados econômicos, por mais promissores que se apresentem, pode significar uma limitação ou mesmo o desmoronamento de uma estratégia e comprometer os resultados no longo prazo. Identificar tecnologias limpas, utilizar insumos que não degradem o meio ambiente, construir relações de trabalho que garantam a melhoria da qualidade de vida e fortalecer o papel social da empresa são alguns ingredientes que estão presentes nesse novo modo de competição, no qual a sustentabilidade faz a diferença. (ROEDEL, 2012, p. 46).

Com o ritmo crescente da população e conseqüentemente a necessidade de uma demanda maior de empresas que crescem e contratam trabalhadores é necessário também adequar seus processos, para enfrentar de forma competitiva as mudanças do ambiente interno e externo e que sejam incluídos em seu planejamento estratégias para evitar riscos econômicos, sociais e ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais considerações obtidas indicam que os indicadores interação, responsabilidade social, recursos humanos, educação para o Desenvolvimento Sustentável constituem-se em temas que ainda merecem uma atenção e domínio maior por parte dos entrevistados.

A Educação Ambiental é algo cultural que passa de geração para geração, portanto os cuidados com o ambiente são de responsabilidade de toda a sociedade e especialmente de cada indivíduo nela inserido. Partindo desta premissa é possível destacar que as opiniões dos autores selecionados mostram um leque de percepções que devem ser consideradas quanto o foco é a responsabilidade socioambiental.

Uma significativa parcela da amostra indica que há necessidades de preservação de ambiente, devendo insistentemente semear mudanças de opiniões para quem sabe um dia alcançarmos a consciência da sustentabilidade.

Observa-se que há conhecimento e preocupação em relação ao ambiente, porém faltam ajustes nos hábitos diários da sociedade, para que os pensamentos se tornem práticas reais, e isso só é conseguido com a implantação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em todos os segmentos sociais, ampliando a discussão e a interação entre os envolvidos.

As principais considerações obtidas indicam que os indicadores interação, responsabilidade social, recursos humanos, educação para o Desenvolvimento

Sustentável constituem-se em temas que ainda merecem uma atenção e domínio maior por parte dos entrevistados.

A Educação Ambiental é algo cultural que passa de geração para geração, portanto os cuidados com o ambiente são de responsabilidade de toda a sociedade e especialmente de cada indivíduo nela inserido. Partindo desta premissa é possível destacar que as opiniões dos autores selecionados mostram um leque de percepções que devem ser consideradas quanto o foco é a responsabilidade socioambiental.

Uma significativa parcela da amostra indica que há necessidades de preservação de ambiente, devendo insistentemente semear mudanças de opiniões para quem sabe um dia alcançarmos a consciência da sustentabilidade.

Observa-se que há conhecimento e preocupação em relação ao ambiente, porém faltam ajustes nos hábitos diários da sociedade, para que os pensamentos se tornem práticas reais, e isso só é conseguido com a implantação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em todos os segmentos sociais, ampliando a discussão e a interação entre os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BEDIN, G. Antônio. Estado, Cidadania e Globalização do Mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (coord.). **Relações Internacionais e Globalização: grandes desafios**. Ijuí, RS: Unijuí, 1997.

BRANCO, Samuel Murgel. **O ambiente em debate**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makron Books, 1994.

CORREA, María Emilia; FLYNN, Sharon y Amit Alon. **Responsabilidad social corporativa en América Latina: una nueva visión empresarial**. Santiago, Chile: CEPAL, 2004.

CZERESNIA, Diná; RIBEIRO, Adriana Maria. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p. 595-605, set. 2000.

GIL-PÉREZ, Vilches, Daniel. Inmersión en la cultura científica para la toma de decisiones: ¿necesidad o mito?. **Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias**, v. 2, n. 3, p. 302-329, 2005.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho - QVT: conceitos e práticas nas empresas da Sociedade**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATOS, F. G. **Fator QF - ciclo de felicidade no trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, 2011.

MOSER, Antônio. **O problema ecológico: e suas implicações éticas**. 2.ed. Pretrópolis: Vozes, 1983.

OAIGEN, E. D. **Atividades extraclasse e não formais: uma política para a formação do pesquisador**. Chapecó: Universitária, 1996.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Ambiente, educação e interculturalidade. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 2014.

REVISTA EUREKA. Educación científica y sostenibilidad. **Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias**, v. 3, n. 2, p. 303-304, 2006.

ROEDEL, Daniel. A sustentabilidade como requisito para a gestão competitiva. **Plurimus: Cultura e Desenvolvimento em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.31-52, 2012.

TEIXEIRA, Platão Arantes. **Do Caburaí ao Chuí**. Boa Vista: [s.e.], [2012].

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014): contributos para a sua dinamização em Portugal**. Lisboa, Portugal: Comissão Nacional da UNESCO, 2006.



PLANO DE MARKETING PARA UM RESTAURANTE NO HOTEL MANDUA'RÁ NO CENTRO DE ASSUNÇÃO - PARAGUAI

MARKETING PLAN FOR A RESTAURANT IN THE MANDUA'RÁ HOTEL IN DOWNTOWN IN ASSUNÇÃO - PARAGUAY

FERNANDES, Elisiane Alves ¹

RECALDE, Raquel Analia Fleitas ²

Resumo: Um plano de negócios consiste em um conjunto de fases organizadas para o desenvolvimento de um projeto, uma ideia ou um negócio. Contém os passos necessários para a evolução do planejamento de um negócio e é onde a trajetória de marketing, operacional e financeira será registrada. O plano de marketing é um planejamento e tomada de decisões que requer acesso e análise de dados para gerar informações úteis no momento apropriado. A análise ambiental é uma das tarefas mais importantes para qualquer organização. A abordagem utilizada nesse estudo foi o plano de marketing para verificar a viabilidade da abertura de um restaurante especializado em massas e molhos localizado no 6º piso do Hotel Mandua'rá no centro da cidade de Assunção, capital do Paraguai. A pesquisa de caráter quantitativo com o uso do método estatístico através de gráficos para uma amostra 36 respondentes que corresponde a 25% da população de 144 hóspedes, considerando a capacidade máxima do, o instrumento de coleta de dados foi composto de 14 questões, sendo 9 questões pessoais e 6 questões específicas.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay. Email: elisiane543@gmail.com

² Graduanda em Gastronomia e Alta Cozinha pelo Instituto de Gastronomia das Américas. Email: raquelfleitas97@gmail.com

Palavras-chave: Restaurante. Hotel. Plano de Marketing.

Abstract: A business plan is composed of organized phases to develop a project, an idea or a business. Contains necessary steps to the evolution of a planning for a business and it is where the marketing process, operational and financial will be registered. The marketing plan is a planning and decision making that is necessary to have access and analysis of data to generate useful information in the appropriated moment. The environmental is one of the most important tasks to any organization. The approach utilized in this study was the marketing plan to verify the viability of the opening of a restaurant specialized in pasta and sauce localized in the 6th Floor of the Mandua'ra Hotel in downtown in the city of Asuncion, Capital of Paraguay. The research in a quantitative character and analysis of data thru graphics for a sample of 36 respondents, which correspond to 25% of the population of 144 guests, considering the maximum capacity of the hotel, the instrument of data collected was composed of 14 questions, and then 9 personal questions and 6 specific questions.

Keywords: Restaurant. Hotel. Marketing Plan.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi apresentado para a conclusão do curso de Gastronomia e Alta Cozinha do Instituto de Gastronomia na cidade de Assunção no Paraguai. O plano de negócios exigido para a obtenção do título é completo desde a parte burocrática de criar uma empresa com os formulários e taxas, considerando logo e slogan, visão, missão, objetivo geral e objetivos específicos, croquis com a localização, cronograma, organogramas, políticas de cargos e salários, uniformes, horários dos empregados, desenhos da cozinha e do salão de atendimento, cardápio em 4 idiomas (espanhol, inglês, francês e guarani), plano de marketing, promoção do restaurante e o instrumento de coleta de dados, plano financeiro com investimento inicial, vendas previstas, custos fixos e variáveis e período de retorno do investimento.

Escolheu-se apresentar o Plano de Marketing por entender que um administrador de marketing deve pensar em uma forma de atuar no mercado visado para alcançar os objetivos da empresa. Uma das maiores dificuldades para ação no mercado é que os consumidores ou clientes são diferentes. O que motiva algumas pessoas a comprar poderá ser bem diferente do que motiva outras, e dificilmente os apelos padronizados atingirão todos os indivíduos.

A noção de que algumas pessoas estariam mais dispostas a comprar um produto do que outras é intuitiva para qualquer homem de negócios ou executivo experiente. Portanto, conhecer o público através de uma pesquisa aplicada aos potenciais clientes é importante para o sucesso do negócio.

Portanto, conhecer o público através de uma pesquisa aplicada aos potenciais clientes é importante para o sucesso do negócio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico apresenta-se a história do restaurante, a caracterização da empresa, a definição de plano de negócios e de plano de marketing, a análise swot e os 4Ps e a promoção do restaurante.

2.1 História do restaurante

Como um fato histórico do surgimento e evolução dos restaurantes que vemos hoje, Lôbo (1999) afirma que o primeiro restaurante aberto ao público foi em 1765 em Paris e começou com a prestação de serviços, a partir de então, percorreu o mundo, porém, universalizando a França e criando uma história que recebeu atualizações e mudanças nas diferentes fases da gastronomia universal.

Segundo o autor, o mundo foi tomado por uma série de inovações que não pararam de acontecer, e que em nossos dias chegam ao refinamento na elaboração de pratos sugestivos e surpreendentes processos de atenção.

Segundo Lôbo (1999) o restaurante do nosso tempo exprime à mesa a arte gastronômica de uma época ou das muitas facetas da própria história, e isso nos mostra que a cozinha, em suas diversas manifestações, é o resultado histórico do desenvolvimento social e da criatividade artesanal e industrial do homem. O autor complementa dizendo que gostos e sabores servidos à mesa demandam hoje, paralelamente à arte de cozinhar, a ciência de servir bem, como o restaurante se tornou, ao longo dos tempos, locais de trabalho, confraternização e diversas comemorações, para a vida das pessoas e seus hábitos, valorizando datas, eventos e encontros significativos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, esse comportamento começou a mudar em 1827, quando os irmãos Delmonico, de origem suíça, abriram uma casa de doces e salgados em Nova York, onde também serviam café. Alguns anos após a abertura do primeiro restaurante, a arte de degustar alimentos e bebidas começou a ser reconhecida como uma parte importante da experiência gastronômica. Não bastava simplesmente servir uma boa refeição em um lugar público, era necessário, também, que ele tivesse uma aparência atraente, fosse servido de maneira

educada, acompanhado pelos melhores vinhos e nos ambientes mais agradáveis. (DAVIES, 2001).

A lógica, diz Lôbo (1999) é inovar para transformar o restaurante em um local tranquilo e centro de eventos sociais, conceituando esse ramo de negócios com um papel preponderante no encontro de pessoas, tanto para os que ali trabalham quanto para aqueles que gostam de seus serviços. O restaurante, segundo o autor, é hoje, mais do que nunca, um lugar especial e uma empresa diferenciada.

2.2 Caracterização

O nome do restaurante será El Gourmet, o slogan é Puro Deleite, Puro Sabor, o seu ramo de atividades é Gastronomia, o Comércio e Serviços, o tipo de negócio é um restaurante que oferece comidas internacionais com a especialidade de Massas e Carnes.

Figura 1: Logo e Slogan do Restaurante



Fonte: Criado pelas autoras

2.3 Plano de negócios

Um plano de negócios consiste em um conjunto de fases organizadas para o desenvolvimento de um projeto, uma ideia ou um negócio. Contém os passos necessários para a evolução do planejamento de um negócio e é onde a trajetória de marketing, a trajetória operacional e a trajetória financeira serão registradas.

Segundo Rodríguez (2001, p. 19):

Um plano de negócios é uma ferramenta que permite ao empreendedor realizar um processo de planejamento que ajuda a selecionar o caminho certo para o alcance das metas e objetivos. Além disso, o plano de negócios é um meio para concretizar ideias. É uma maneira de colocar as ideias por escrito, em preto e branco, de forma formal e estruturada, para que se torne um guia para a atividade cotidiana do empreendedor.

O plano de negócios pode ser descrito, em geral, da seguinte maneira:

- Série de etapas para a concepção e desenvolvimento de um projeto;
 - Sistema de planejamento para atingir determinados objetivos;
 - Recolha organizada de informação para facilitar a tomada de decisões;
 - Guia específico para canalizar recursos de forma eficiente disponível.
- (RODRÍGUEZ, 2001, p. 19).

Rodríguez (2001) também afirma que "O plano de negócios é a concretização das ideias de um empreendedor, pois marca as etapas de desenvolvimento de um projeto de negócio."

Para Bermejo e De La Vega (2003, p. 58):

O plano de negócios é um documento que identifica, descreve e analisa uma oportunidade de negócio, analisa a viabilidade técnica, econômica e financeira do mesmo, e desenvolve todos os procedimentos e estratégias necessárias para converter a oportunidade de negócio acima mencionado em um projeto de negócio em particular.

Borello (2000) define o plano de negócios como um instrumento de planejamento estratégico e operacional.

O plano de negócios é um documento executivo, desenvolvido com o objetivo de medir a viabilidade técnica e econômica de um projeto de criação ou gerenciamento de negócios. Nesse sentido, o plano de negócios minimiza os riscos e define as diretrizes para explorar racionalmente uma oportunidade de negócio. (ALVAREZ, 2002, p. 28).

Para viabilizar a abertura do restaurante projetou-se um plano de negócios em suas grandes etapas como operacional, marketing e financeiro.

2.4 Plano de marketing

O plano de marketing segundo Dornelas (2005) é análise de mercado que apresenta o entendimento do mercado da empresa, seus clientes, seus concorrentes e o conhecimento do mercado onde atua. Da mesma forma Dolabela (1999) complementa que análise de mercado permite a compreensão dos clientes, concorrentes, fornecedores e do ambiente que a empresa vai agir, ajudando a verificar a viabilidade do negócio.

Um bom planejamento e tomada de decisões requer acesso e análise de dados para gerar informações úteis no momento apropriado, e isso faz com que os gerentes gastem um tempo considerável desenvolvendo tais planos. A análise ambiental é uma das tarefas mais importantes para qualquer organização. Isso porque a análise deve ser um esforço progressivo. Deve ser um fator cultural da empresa. (FERREL et al, 2000).

Na visão de Chiavenato (1995, 18):

"[...] o estudo do mercado é importante para apontar a empresa e marcar seu comportamento para com seus fornecedores e clientes ou consumidores". Na visão do autor, o estudo de mercado, ou pesquisa de mercado, consiste no levantamento e investigação dos fenômenos que ocorrem no processo de trocas e trocas de comerciantes do produto ao consumidor.

2.4.1 Análise SWOT e os 4 Ps

Figura 2: Tabela da Análise Swot e dos 4Ps

	FORTALEZA	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
PRODUTO	Qualidade dos pratos	Potencial de clientes para comida tradicional	Custos elevados de mão de obra de cozinheiros	Concorrência por servir comida tradicional
	Profissionais competentes	Pratos especiais e diferenciados com ingredientes comuns	Demora na confecção dos pratos;	Política do Hotel
	Excelentes fornecedores	Atenção da equipe	Produtos sem diferenciais competitivos	Crise no fornecimento de carnes
	Pratos especiais com cozinha tradicional	Pratos conceituados.	Horário de trabalho dos funcionários	
		Treinamento de pessoal	Não ter um produto que o diferencie da concorrência	
		Servir pratos especiais com cozinha tradicional		
PREÇO	Pratos comuns, preços mais acessíveis	Pratos comuns, oportunidades de promoções	Dependência de fornecedores do mercado de carnes	Aumento de impostos
				Aumento no preço da energia.
				Crise econômica
				Aumento de preços no fornecimento de carne e massas
PROMOÇÃO	Redes sociais como grandes promotores do meu restaurante	Utilizar as redes sociais como diferenciais para a divulgação de pratos e serviços	Dependência de divulgação pelo hotel	Hotel com baixa demanda
	Potencial dos clientes	Cliente fidelidade	O contrato com o hotel pode me privar de divulgar e promover de acordo com a própria política	Mudança na política do hotel
	Excelência em serviço	Se um cliente trazer um novo cliente, ele ganha um desconto		
PRAÇA	Localização privilegiada;	Manter boa aparência e equipamentos modernos	Dependência da política do hotel	Obra cara, depende da política do hotel
	Ambiente moderno, arejado e iluminado	Ter o hotel como parceiro na divulgação		O padrão de qualidade e aparência do hotel podem mudar
	Segurança por ser um hotel	Geração de empregos		Política do Hotel
	Convidados do hotel como potenciais clientes			Venda do hotel
	Assistir ao público em diferentes momentos			Venda do imóvel

Fonte: Criado pelas autoras

2.4.2 Promoção de marketing

Para fazer a promoção da inauguração do restaurante foi feito um folder para ser distribuído nas ruas do centro de Assunção e também enviado por email a clientes fieis do hotel conforme figura 3, foi criado um site, de acordo com a figura 4 e uma página no facebook, como demonstrado na figura 5.

Figura 3: Folder de Inauguração



Fonte: Criado pelas autoras

Figura 4: Página Oficial do Restaurante



Fonte: Criado pelas autoras

Figura 5: Página no facebook



Fonte: Criado pelas autoras

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo tem como objetivo a caracterização do tipo de pesquisa, os métodos e a metodologia, a população alvo e amostra, a caracterização do instrumento de coleta de dados utilizados nesta investigação.

Uma boa investigação é aquela que não deixa dúvidas sobre o uso dos métodos científicos, esclarece as relações entre as variáveis que afetam os estudos e, de igual forma, planeja com cuidado os aspectos metodológicos com a finalidade de assegurar a validade e a confiabilidade dos seus resultados, afirma Sampieri, Collado e Lucio (2010).

A presente pesquisa é de caráter quantitativa e objetiva identificar qual o melhor caminho para o atingimento dos objetivos e de quantificar os resultados obtidos com foco na melhoria serviço prestado, gerando, como consequência, a satisfação dos clientes.

A pesquisa quantitativa, por sua vez, complementam Sampieri, Collado e Lucio (2010), estabelecem os objetivos da investigação, o desenvolvimento das perguntas da investigação, justifica a mesma, analisando e avaliando as deficiências do conhecimento do problema. Richardson (2008) amplia dizendo que, além desses pressupostos, tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando margens de segurança quanto às inferências quantitativas. Ambos somam-se a Bardin (1979) quando afirma que:

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (BARDIN, 1979, p. 21).

O método utilizado foi o Estatístico, com o uso de gráficos, o que nos auxiliou no alcance dos objetivos e qualificação das interpretações exigidas. Foi utilizada a representação gráfica que tem inúmeras vantagens porque vem imbuída de grande capacidade no sentido de facilitar a visualização, a interpretação e a compreensão dos dados apresentados.

Os gráficos surgiram da necessidade de interpretar tabelas de dados. Jean Heinrichi Lambert, físico e matemático alemão, foi o primeiro a criar um diagrama estatístico e William Playfair, poliglota escocês popularizou o gráfico tipo pizza em seu livro de 1801 denominado Statistical Breviary.

A população é o conjunto de elementos que possuem as características necessárias ao objeto do estudo. Amostra ou população amostral é uma parte do universo escolhido, selecionada a partir de um critério de representatividade, de acordo com Vergara (1997).

O número de respostas foi de 25% da capacidade máxima do hotel, ou seja, a capacidade máxima do hotel é de 140 hóspedes e 36 responderam, considerando que os questionários foram aplicados na baixa temporada.

Para atender aos objetivos dessa pesquisa escolhemos dentre as diferentes técnicas de coleta de dados o questionário que, de acordo com Richardson (2008) é uma entrevista estruturada e desempenha duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Os dados coletados por meio do questionário possibilitam analisar as características de um indivíduo ou de um grupo de sujeitos.

Foi aplicado um questionário composto de 14 questões, sendo 9 questões pessoais e 6 questões específicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O público do Restaurante El Goumert será em sua maioria hóspedes do Hotel Mandua'ra Hotel & Suites que está localizado no centro da cidade de Assunção no

Paraguai, o restaurante que estará localizado no 6º andar e estará aberto ao público em geral.

Para que o perfil e as preferências dos possíveis clientes do restaurante El Gourmet pudessem ser conhecidos, foi realizada uma investigação de mercado, por meio de questionário estruturado.

O questionário composto de 14 questões, sendo de 1 a 9 questões pessoais e de 10 a 14 de questões específicas e foi aplicado no período de 22/05/2018 a 15/06/2018, na internet, por meio do formulário do Google Docs enviado aos clientes do hotel por Whatsapp, e-mail e na recepção do hotel.

O número de respostas foi de 25% da capacidade máxima do hotel, sendo 36 respostas dos 140 hóspedes possíveis, considerando que os questionários foram aplicados na baixa temporada.

4.1 Pesquisa e resultados

As perguntas pessoais que servem para conhecer possível público a frequentar o restaurante foram conhecidas através das questões de 1 a 9, sendo perguntas como sexo, nacionalidade, faixa etária, estado civil, atividade profissional, renda familiar, motivo da viagem, tempo de hospedagem e ao estar hospedado no hotel qual o local de preferência para fazer suas refeições. As questões 10 a 14 foram de caráter específico para conhecer o paladar dos hóspedes do hotel e as perguntas foram os principais motivos que o levam a escolher um restaurante, se o restaurante servisse carne, que tipo você preferiria, se o restaurante servisse massas que tipo você escolheria e qual o tipo de molho você prefere.

4.2 Interpretação das Questões de 1 a 9

Dos 36 entrevistados, 58% são do sexo feminino e 42% são do sexo masculino, quanto à nacionalidade 89% são brasileiros, 8% paraguaios e 3% argentinos, 22% têm entre 56 e 63 anos, 22% entre 48 e 55 anos, 19% entre 42 e 47 anos, 17% entre 26 e 33 anos, 11% entre 34 e 41 anos, 6% entre 18 e 25 anos e 3% entre 64 e 71 anos.

Quanto ao estado civil 54% são casados, 29% solteiros, 8% divorciados, 3% viúvos e 6% respondeu outro estado civil. A maioria dos entrevistados, 52% são

professores, 18% são funcionários públicos, 13% são funcionários de empresas privadas, 5% são trabalhadores independentes, 4% empresários, 4% estudantes, 1% aposentados e 1% profissionais liberais,

Sobre a renda familiar 47% ganham entre 5 e 10 salários mínimos, 22% entre 4 e 5 salários mínimos, 14% entre 2 e 3 salários mínimos, 14% mais de 10 salários mínimos e 3% até 1 salário mínimo. Os motivos da viagem e hospedagem no hotel 80% viajam para estudar, 17% para trabalhar e apenas 3% estão de férias. O tempo de estadia corresponde ao tipo de viagem, ou seja, 72% se hospedam por três semanas, 14% duas semanas e 14% menos de uma semana.

4.3 Interpretação das Questões de 10 a 14

As questões 10 a 14 foram de caráter específico para conhecer o paladar dos hóspedes do hotel

A Pergunta 10 que busca conhecer se ao se hospedar no Hotel Mandua'rá gostarias de comer no próprio hotel?

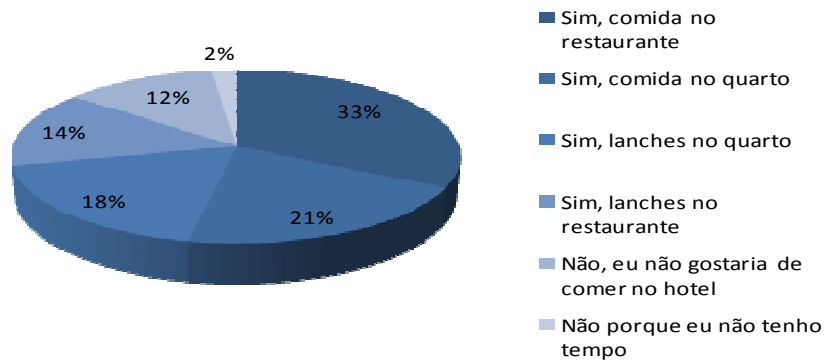
Nessa pergunta, tivemos 49 respostas porque foi permitido escolher mais de uma resposta. Das respostas obtidas 33% gostariam que tivesse comida no restaurante, 21% preferem serviço no quarto, 18% lanches no restaurante e 14% lanches no quarto, conforme apresentado na tabela e gráfico.

Tabela 1: Pergunta 10
Quando você estiver hospedado no Hotel Mandua'rá, gostaria de comer no hotel?

Quando está alojado no Hotel Manduarágostaria de comer no hotel?	Frequencia Absoluta	Frequencia Relativa
Sim, comida no restaurante	16	33%
Sim, comida no quarto	10	21%
Sim, lanches no quarto	9	18%
Sim, lanches no restaurante	7	14%
Não, eu não gostaria de comer no hotel	6	12%
Não porque eu não tenho tempo	1	2%

Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

Gráfico 1: Questão 10 -
Quando você estiver hospedado no Hotel Mandua'rá, gostaria de comer no hotel?



Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

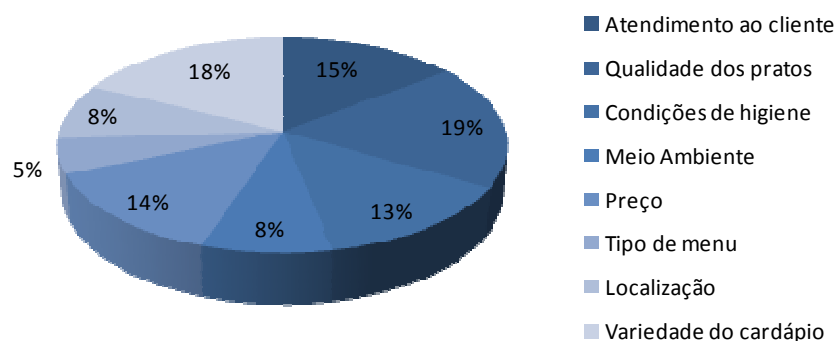
A Pergunta 11 busca conhecer as principais razões que levam você a escolher um restaurante. Nessa pergunta obteve-se 96 respostas porque era permitido escolher mais de uma resposta. 19% escolhe um restaurante pela qualidade dos pratos, 18% pela variedade do cardápio, 15% pelo atendimento ao cliente, 14% pelas condições de higiene, 13% pelo preço, 8% pelo meio ambiente, 8% pela localização e 5% pelo tipo de cardápio, conforme apresentado na tabela e no gráfico.

Tabela 2: Questão 11 - Principais razões que levam você a escolher um restaurante

Principais razões que levam você a escolher um restaurante	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Atendimento ao cliente	14	15%
Qualidade dos pratos	18	19%
Condições de higiene	13	14%
Meio Ambiente	8	8%
Preço	13	13%
Tipo de menu	5	5%
Localização	8	8%
Variedade do cardápio	17	18%

Fonte: pesquisa aplicada pela autoras

Gráfico 2: Questão 11 - Principais razões que levam você a escolher um restaurante



Fonte: pesquisa aplicada pelo autor

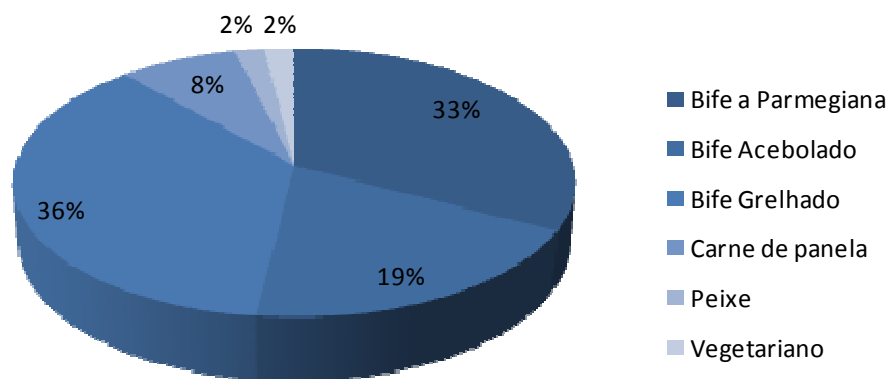
A Pergunta 12 indagava se o restaurante servisse carne, qual tipo é da sua preferência. E nessa pergunta, tivemos 52 respostas porque foi permitido escolher mais de uma resposta, dos quais 36% escolheram Bife Grelhado, 33% Bife a Parmegiana, 19% de Bife Acebolado, 8% Carne de Panela e 2% preferem Peixe ou Pratos Vegetarianos, apresentado no quadro e gráfico.

Tabela 3: Pergunta 12: Se o restaurante servisse carne, qual tipo você prefere?

Se o restaurante servisse carne, qual tipo você prefere?	Frequencia Absoluta	Frequencia Relativa
Bife a Parmegiana	17	33%
Bife Acebolado	10	19%
Bife Grelhado	19	36%
Carne de panela	4	8%
Peixe	1	2%
Vegetariano	1	2%

Fonte: pesquisa aplicada pela autoras

Gráfico 3: Pergunta 12: Se o restaurante serve carne, qual tipo você prefere?



Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

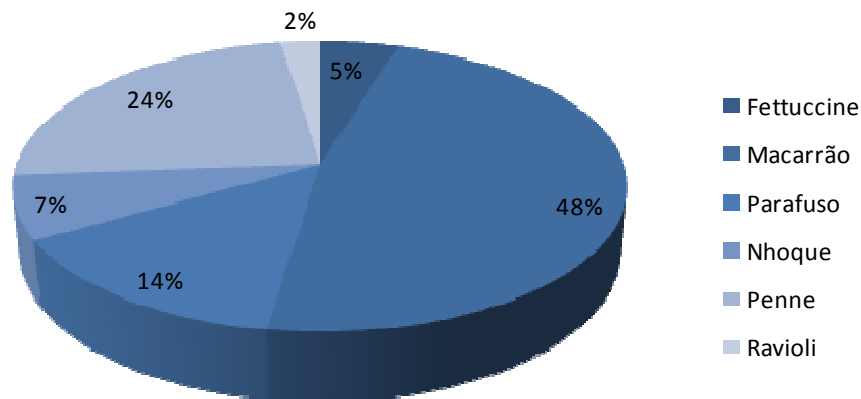
A Pergunta 13 teve o objetivo de conhecer o tipo de massa o cliente prefere, obteve-se 42 respostas porque foi permitido escolher mais de uma resposta. Onde 48% escolheram Macarrão, 24% Penne, 14% Tipo Parafuso, 7% Nhoque, 5% Fettuccine e 2% Ravioli, conforme apresentado no quadro e gráfico.

Tabela 4: Questão 13 - Se o restaurante servisse massa, qual tipo você prefere?

Se o restaurante servisse massas, qual tipo você prefere?	Frequencia Absoluta	Frequencia Relativa
Fettuccine	2	5%
Macarrão	20	48%
Parafuso	6	14%
Nhoque	3	7%
Penne	10	24%
Ravioli	1	2%

Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

Gráfico 4: Pergunta 13 - Se o restaurante servisse massa, qual tipo você prefere?



Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

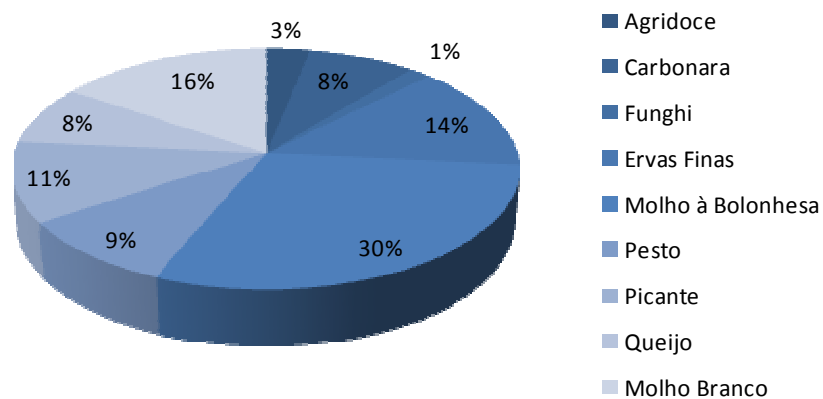
Na pergunta 14 a finalidade foi conhecer que tipo de molho que o cliente prefere na massa, obteve-se 64 respostas porque foi permitido escolher mais de uma resposta. Desses 30% escolheram Molho Bolonhesa, 16% Molho Branco, 14% Ervas Finas, 11% Picante, 9% Pesto, 8% Carbonara, 8% Queijo, 3% Agridoce e 1% Funghi, observando-se na tabela e no gráfico.

Tabela 5: Pergunta 14: Que tipo de molho você prefere em massa?

Que tipo de molho você prefere na massa?	Frequencia Absoluta	Frequencia Relativa
Agridoce	2	3%
Carbonara	5	8%
Funghi	1	1%
Ervas Finas	9	14%
Molho à Bolonhesa	19	30%
Pesto	6	9%
Picante	7	11%
Queijo	5	8%
Molho Branco	10	16%

Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

Gráfico 5: Questão 14: Que tipo de molho você prefere na massa?



Fonte: pesquisa aplicada pelas autoras

Com base nos dados analisados anteriormente, pode-se avaliar e ter uma visão mais ampla e detalhada do mercado consumidor potencial do restaurante El Gourmet.

Como o restaurante não vai se concentrar em um gênero específico, o fato de que a coleta foi equilibrada entre sexo feminino (58%) e do sexo masculino (42%), deixando a investigação mais rica onde se tem a noção das preferências do público como um todo.

A maioria dos entrevistados é brasileira (89%) que nos permite ter opções de menus de comidas típicas das regiões brasileiras dos entrevistados, mas também oferecer menus típicos de refeições paraguaias e italianas, oferecendo várias opções aos clientes.

Com relação à faixa etária dos entrevistados, houve predomínio da faixa etária entre 48 e 63 anos com (44%). Em relação ao estado civil, observa-se que a maioria dos respondentes é solteira ou casada. Tanto a faixa etária quanto o estado civil dos entrevistados, por serem muito variados, podem representar o público-alvo do restaurante, uma vez que os critérios de seleção não possuem tais características.

Em termos de ocupação profissional, obteve-se o resultado de que a maioria dos entrevistados trabalha e faz parte de uma população economicamente ativa. Como os trabalhadores (funcionário público, a empresa privada, profissional liberal, empresário, autônomo, estagiário e professor) tem um total de 98% e pode impactar diretamente os resultados do restaurante para serem consumidores ativos.

A maioria dos entrevistados (47%) informam ter uma renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos, podendo ter um impacto positivo sobre as vendas do restaurante, porque seus consumidores são de classe mais elevada. A grande maioria dos entrevistados (80%) se hospedam no hotel para estudar na cidade de Assunção e 72% deles ficam por 3 semanas, 86% comeriam no hotel ou no quarto, embora os 14% que não comeriam no hotel correspondem a 5% dos 36 entrevistados que colocariam em dúvida a viabilidade do negócio.

Entre os motivos que fazem com que os consumidores frequentem um restaurante, deve-se atentar para a qualidade dos pratos com 19% das respostas dos entrevistados e a variedade do cardápio com 18% das respostas obtidas. Tais respostas devem ser consideradas o foco do restaurante, pois são fatores importantes na escolha do restaurante.

Analisando as respostas das carnes preferidas pelos entrevistados, 88% preferem bife ou outras carnes de gado, mas como este é um restaurante em um hotel é importante ter alguns pratos com peixes e vegetarianos porque os estudantes são de muitas regiões brasileiras e podem ter outras preferências.

Quanto ao tipo de massa, 48% escolheram o macarrão e 30% molho à bolonhesa, embora o restaurante tenha a intenção de servir todos os tipos de massas e molhos é importante saber tendência na escolha do cliente, tendo em seu estoque sempre Macarrão com molho Bolonhesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido ao longo deste estudo pôde concluir que existem algumas dificuldades quando o objetivo é abrir um negócio em um local onde já existe outro tipo de negócio e principalmente por optar em servir comida tradicional.

As principais dificuldades encontradas foram os custos elevados de mão de obra de cozinheiros e outros profissionais, grande concorrência por servir comida tradicional, lentidão na confecção dos pratos, hotel com baixa demanda, ter que seguir a política do hotel, ser vulnerável a venda do hotel e/ou imóvel, alteração na gerência do hotel, obra inicial cara, a aparência e qualidade do hotel podem mudar e com isso também exigirem a alteração na aparência do restaurante.

Por outro lado, os principais pontos positivos e diferenciais são suficientes para viabilizar a abertura do restaurante oferecendo uma comida tradicional que é mais aceita pelos clientes, o fato da proprietária ser qualificada como Bacharel em Gastronomia e Alta Cozinha e ter conhecimento e grande de diferentes formas, inovando, criando e destacando a qualidade dos pratos que são comuns e por isso possibilitam preços acessíveis. As promoções em redes sociais, cartões fidelidade, poder oferecer excelência no atendimento, a localização é privilegiada, os equipamentos são modernos e o ambiente é arejado e iluminado. A parceria com o hotel também é um excelente diferencial, gerando empregos, fazendo promoções, promovendo eventos para empresas.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Roberto. **Plan de negocios elaboración y presentación**. Edición patrocinada por la fundación Pro Bolivia, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1979.
- BERMEJO, Manuel; DE LA VEGA, Ignacio. **Crea tu propia empresa**. Barcelona, España: McGraw Hill, 2003
- BORELLO, Antonio. **El plan de negocios**. Bogotá, Colombia: McGraw Hill, 2000.
- BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Vamos abrir um negócio?** São Paulo: Makron Books, 1995.
- DAVIES, Carlos Alberto. **Alimentos e bebidas**. 2.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce um empreendedor e se cria uma empresa**. 12.ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2005.
- FERREL, O. C. et al. **Estratégia de marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LÔBO, Alexandre. **Manual de estrutura e organização do restaurante comercial**. São Paulo: Atheneu, 1999.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- RODRÍGUEZ, Rafael A. **El emprendedor de éxito**. México: McGraw Hill, 2001.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodología de la Investigación**. 5.ed. Mexico: McGraw-Hill, 2010.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.



PRINCÍPIOS GLOBAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: PERCEPÇÕES DE DOCENTES QUANTO À RELEVÂNCIA DE SUA ADOÇÃO

GLOBAL PRINCIPLES OF MANAGEMENT ACCOUNTING: TEACHERS PERCEPTIONS REGARDING THE RELEVANCE OF THEIR ADOPTION

ARAÚJO, Guilherme Albertão ¹

SILVA, Filipe Martins ²

CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad ³

SOUZA, Romina Batista de Lucena ⁴

Resumo: Com o intuito de elevar e construir o reconhecimento da profissão de Contador Gerencial o *Chartered Global Management Accountant* (CGMA), no ano de 2014, emitiu os chamados Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG), que visa auxiliar os gestores a tomarem melhores decisões utilizando o sistema de Contabilidade Gerencial. Este estudo tem por objetivo identificar a percepção dos docentes de Contabilidade Gerencial quanto à importância e relevância da adoção dos PGCG. A metodologia utilizada caracteriza a pesquisa como qualitativa quanto à abordagem do problema, descritiva quanto ao objetivo, utilizando-se de questionário como instrumento de coleta de dados. O instrumento foi aplicado em três instituições

¹ MBA em Controladoria e Finanças - UNISINOS. E-mail: gui_araujo126@hotmail.com

² Especialização em Finanças e Gestão Empresarial - Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: filipemdasilva@gmail.com

³ Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: wendy.carraro@ufrgs.br

⁴ Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: rominabls@gmail.com

de ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2016, foram entrevistados 8 docentes. Os resultados evidenciam que 33,3% dos docentes não possuem experiência em Contabilidade Gerencial, embora todos tenham experiência profissional. Apenas para 50% dos entrevistados os PGCG serão aceitos, sendo que 83% da amostra considera não haver necessidade de novos princípios além dos propostos. Conclui-se que, devido ao tema ser recente na área contábil, são necessárias mais discussões para melhor compreensão e aplicabilidade por parte dos profissionais ligados à Contabilidade Gerencial, especialmente os responsáveis pelo processo de formação acadêmica.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Princípios Globais de Contabilidade Gerencial. Docentes.

Abstract: In order to raise and build the recognition of the Management Accountant profession, the Chartered Global Management Accountant (CGMA) in 2014 issued the so-called Global Principles of Management Accounting (PGCG), which aims to help managers make better decisions using the Management Accounting system. This study aims to identify the perception of the Faculty of Management Accounting regarding the importance and relevance of the adoption of PGCG. The methodology used characterizes the research as a qualitative approach to the problem, descriptive of the objective, using a questionnaire as a data collection instrument. The instrument was applied in three institutions of higher education of the State of Rio Grande do Sul, in the year 2016, were interviewed 8 teachers. The results show that 33.3% of the teachers do not have experience in Management Accounting, although all have professional experience. Only 50% of the interviewees will be accepted, with 83% of the sample considering that there is no need for new principles beyond those proposed. It is concluded that, due to the recent topic in the accounting area, more discussions are needed for a better understanding and applicability on the part of professionals related to Managerial Accounting, especially those responsible for the academic training process.

Keywords: Management Accounting. Global Principles of Managerial Accounting. Teachers.

1 INTRODUÇÃO

A profissão contábil no Brasil vem passando por mudanças significativas nos últimos anos no que se refere às exigências atribuídas aos contadores. A necessidade por informações íntegras e disponíveis rapidamente, fazem com que os profissionais de Contabilidade sejam cada vez mais demandados. “Historicamente o profissional contábil é visto com um profissional técnico, necessário para as empresas no intuito de atender questões estritamente técnicas e burocráticas.” (IUDÍCIBUS, 2010, p. 11).

A Contabilidade Gerencial contribui para a tomada de decisão, visto que possui como foco o alcance dos objetivos estratégicos das companhias, sendo

capaz de processar informações do passado, presente e projetar para o futuro. Atkinson et al (2015, p. 2) esclarece que a “Contabilidade Gerencial é o ramo da Contabilidade voltado para o público interno, para a tomada de decisão e por consequência menos rígida que a Contabilidade Financeira.”

Com o intuito de elevar e construir o reconhecimento da profissão do Contador Gerencial os órgãos *American Institute of Certified Public Accountant* (AICPA) e *Chartered Institute of Management Accountants* (CIMA) criaram a designação *Chartered Global Management Accountant* (CGMA), no ano de 2011. Dentre as ações realizadas em prol da Contabilidade Gerencial, o CGMA, no ano de 2014, realizou uma pesquisa global com mais de 400 participantes de 20 países diferentes e emitiu os chamados Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG), cujo objetivo é auxiliar os gestores a tomarem melhores decisões utilizando o sistema de Contabilidade Gerencial.

No Brasil, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), iniciou as discussões sobre os PGCG no III Encontro de Professores de Contabilidade Gerencial, ocorrido em maio de 2016, com o propósito de apresentar os PGCG e debater sobre sua aplicabilidade no cenário brasileiro. O encontro foi o primeiro esforço da comunidade acadêmica em discutir os PGCG no Brasil.

Com o incentivo à adoção dos princípios globais de Contabilidade Gerencial pelos órgãos AICPA e CIMA haverá reflexos não somente nas empresas que adotam esses princípios, mas também nas instituições de ensino, cuja estrutura curricular dos Cursos de Contabilidade terá de ser revisada pelos docentes.

Diante deste contexto este artigo busca responder ao seguinte questionamento: **qual a percepção dos docentes de Contabilidade Gerencial quanto à adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial no Brasil?** Para respondê-la o objetivo deste estudo é identificar a percepção dos docentes de Contabilidade Gerencial quanto à importância e relevância da adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial no Brasil, propostos pelo *Chartered Institute of Management Accountants* e *Chartered Global Management Accountant*.

Este artigo é constituído por cinco seções, incluindo sua introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico que versa sobre Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial e os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados

para coleta e análise dos dados. Os resultados e análise da pesquisa são apresentados na quarta seção, por fim, são apresentadas as considerações finais, incluindo suas limitações e propostas para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta conceitos relacionados à Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial, bem como os pertinentes aos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial.

2.1 Aborgagem conceitual: contabilidade financeira e gerencial

Iudícibus e Marion (2006, p. 44) conceituam Contabilidade Financeira: “é a Contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória conforme a legislação comercial”. Neste sentido, destaca-se o termo da obrigatoriedade como peça fundamental para um correto entendimento da Contabilidade Financeira como um ramo da Contabilidade. Especialmente no Brasil, a Contabilidade Financeira avançou e continua avançando significativamente nos últimos anos para uma atuação que reflita mais a real situação da empresa em determinado período, seguindo mais fielmente os princípios contábeis e de acordo com as normas internacionais de Contabilidade, sem deixar de atender as questões tributárias (MARTINS et al, 2013, p. 1).

A Contabilidade Gerencial um ramo da Contabilidade mais flexível, menos regrada do que a Contabilidade Financeira, exige dos gestores características mais gerenciais do que operacionais. Neste sentido Iudícibus (1998, p. 23) destaca que este profissional “deve desenvolver uma mentalidade gerencial, o que por consequência leva-nos a inferir que os gestores necessitam ter amplo conhecimento sobre seus negócios.”

2.2 Princípios globais de contabilidade gerencial (PGCG)

Os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG) representam uma tentativa de profissionalizar o processo de decisão (CGMA, 2014). Em uma *joint venture* formada entre dois renomados órgãos americanos os PGCG estão sendo

difundidos para aplicação prática nas empresas mundo afora. São quatro princípios propostos que tem como foco quatro resultados almejados. Os objetivos de cada PGCG e os respectivos resultados são apresentados de acordo com o documento elaborado pelo AICPA e CIMA sobre os PGCG (2014).

Figura 1 - Componentes de uma função eficaz de Contabilidade Gerencial



Fonte: CGMA (2014)

Os PGCG são aplicados nas funções de um Contador Gerencial, tendo reflexos nos Profissionais de Contabilidade Gerencial (as pessoas); a gestão de desempenho de uma organização; e nas práticas de Contabilidade Gerencial. O CGMA lista como características básicas dos profissionais de Contabilidade Gerencial: (a) habilidades de Contabilidade e Finanças; (b) garantia de que essas habilidades sejam aplicadas no contexto do negócio; (c) influência nas decisões, ações e comportamentos dos outros; e (d) liderança na organização em diferentes níveis. É importante notar que o CGMA valoriza habilidades técnicas e não-técnicas (*soft skills*).

Embora não esteja expresso em nenhuma Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), foram criados pelo *American Institute of CPAs* (AIPA) e pelo *Chartered Institute of Management Accountants* (CIMA) quatro princípios para boas práticas de Contabilidade Gerencial, cada um focado em um resultado diferente. Tem como objetivo auxiliar os CEO (*Chief Executive Officer*) e o CFO (*Chief Financial Officer*) - que no Brasil são os diretores executivos e financeiros - a melhorar os sistemas de Contabilidade Gerencial e na comparação de informações. Os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial estão demonstrados na figura 2.

Figura 2 - Princípios Globais de Contabilidade Gerencial



Fonte: CGMA (2014)

Para a aplicação da Contabilidade Gerencial, é necessário compreender o negócio da organização e em qual ambiente ela está inserida, conhecendo riscos e oportunidades do seu negócio, possibilitando gerar valor para as partes interessadas (*stakeholders*) ao longo do tempo. Os Princípios descrevem os valores, qualidades, normas e recursos fundamentais que os profissionais de Contabilidade Gerencial devem ter como objetivo.

2.2.1 Influência: a comunicação provê ideias que influenciam

O objetivo deste princípio é conduzir as interações, internas e externas, para melhores decisões sobre estratégia e execução em todos os níveis. A Contabilidade Gerencial é dependente em alto grau da comunicação entre seus usuários, pois, para tomar decisões é requerido diálogo aberto, oferecendo transparência sobre as conclusões que foram alcançadas. Como resultado da comunicação fluida em todos os níveis e ambientes da organização, espera-se que a comunicação seja capaz de **influenciar (influência)** os gestores para melhorar o processo de tomada de decisão.

Essa comunicação facilita a tomada de decisão ao permitir a solicitação de informações realmente úteis e críticas em todas as fases do processo, ultrapassando as paredes dentro da organização, resultando em pensamentos e decisões integradas com outras áreas da instituição.

2.2.2 Relevância: a informação é relevante

Esse Princípio, intimamente ligado à Comunicação, tem como objetivo obter informações necessárias para o cumprimento dos objetivos da instituição. Enquanto a Comunicação busca, pelo diálogo, trazer a integração entre setores e funcionários para otimizar a importância da informação, a **Relevância** envolve questões como identificação, coleta, validação, preparação e armazenamento de informações para validá-las como úteis. Informação relevante é aquela que está disponível em tempo hábil, que é confiável, útil e capaz de ser percebida no futuro como fator que contribui para a geração e preservação de valor.

Cabe à Contabilidade Gerencial ter em posse as melhores informações disponíveis para otimização das decisões a serem realizadas. Dessa forma, a informação que é extremamente relevante hoje por ser financeira, quantitativa, de origem interna e baseada em previsões, pode não ser relevante no dia seguinte, devido à grande dependência contextual.

2.2.3 Valor: o impacto no valor é analisado

Esse Princípio está relacionado ao exemplo hipotético anterior. Uma boa Contabilidade Gerencial não seria pega de surpresa pela suposta desvalorização do real e da restrição do consumo. Ela frequentemente prevê cenários otimistas, realistas e pessimistas para seu modelo de negócios, envolvendo uma completa compreensão de negócios e do ambiente macroeconômico.

O impacto no valor é analisado é um princípio proposto que estimula a criação de cenários que demonstrem a relação de causa e efeito entre as entradas e os resultados. Este princípio exige conhecimento do modelo de negócio da empresa e, com atendimento também do princípio a informação é relevante. O resultado esperado com a adoção deste princípio é a própria criação de **Valor**.

2.2.4 Confiança: Gerenciamento dos recursos e relações (Stewardship) constrói confiança

O objetivo deste princípio é o gerenciamento de recursos e relacionamentos da entidade visando proteção da reputação e o valor da organização. Este princípio

procura reduzir os conflitos de agência exigindo dos profissionais de Contabilidade Gerencial, buscando nortear para ações que foquem na integridade e objetividade, de acordo com os valores da organização.

É um princípio que se aplica ao comportamento dos indivíduos e as atitudes que desses profissionais se espera. Como resultado esperado na adoção desse princípio tem-se o termo **confiança**. Diz respeito a estar alerta para potenciais conflitos de interesse e não colocar considerações pessoais ou comerciais de curto prazo sob os interesses de longo prazo da organização ou de suas partes interessadas.

2.3 Docência e as percepções no ensino de contabilidade gerencial

Com o intuito de mostrar a relevância da identificação da percepção de docentes quanto à adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial no Brasil, apresenta-se nesta seção alguns estudos que buscaram identificar percepções de docentes quanto a elementos relacionados à Contabilidade Gerencial, contribuindo para a importância do papel do docente no processo de formação do profissional da área. Pela percepção dos professores da pós-graduação strictu sensu da Universidade de São Paulo, tem-se que a Contabilidade Financeira é um ramo da Contabilidade onde as influências de normas e leis são mais presentes. Por outro lado, na Contabilidade Gerencial, a maior influência é exercida por gestores, usuários internos das organizações.

Miranda, Riccio e Miranda (2013) investigaram as atividades de Contabilidade Gerencial, sob a ótica de docentes e profissionais de mercado, a importância das principais atividades ligadas à Contabilidade Gerencial. O objetivo do estudo foi compreender quais atividades organizacionais estariam mais ligadas à Contabilidade Gerencial, investigando as diferenças encontradas. Os pesquisadores concluíram que não existe uma padronização quanto às atividades da Contabilidade Gerencial e que docentes possuem uma percepção diferente de profissionais de mercado, na maioria das vezes. Este estudo contribui para este trabalho, pois entende-se que, quanto mais claramente forem as atividades de Contabilidade Gerencial para docentes e profissionais do mercado, mais fácil se torna a compreensão dos PGCG e a sua aceitação ou não em território nacional.

3 PRODEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema, este artigo classifica-se como uma pesquisa qualitativa. Para Richardson (2008, p. 70): “A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto na coleta de dados quanto do tratamento dos dados, com uso de percentuais, média, desvios-padrão entre outras técnicas estatísticas mais complexas.”

Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, uma vez que procura identificar a percepção dos docentes de Contabilidade Gerencial sobre a adoção dos princípios globais de Contabilidade Gerencial. Para Gil (1999, p. 44): “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.”

O procedimento de pesquisa utilizado para este trabalho é o levantamento que para Martin e Theóphilo (2007, p. 60) cobre quatro áreas de conteúdo como dados pessoais e dados relativos ao nível de informação e opiniões. Para obter informações sobre a percepção dos professores de Contabilidade Gerencial quanto aos princípios globais propostos, considera-se que a utilização de um levantamento como o procedimento mais adequado para responder a situação problema deste estudo.

A população alvo para este estudo é dos docentes que lecionam as disciplinas de Contabilidade Gerencial em três instituições de ensino localizadas nos municípios de Porto Alegre/RS e Cachoeirinha. As instituições são Centro de Ensino Superior de Cachoeirinha (CESUCA), Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A totalidade de professores de Contabilidade Gerencial possui em seu quadro é de quatro professores no CESUCA, dois no UniRitter e três na UFRGS. A quantidade de professores respondentes do questionário foi de quatro professores do CESUCA, dois do UniRitter e nenhum da UFRGS.

Richardson (2008, p. 157) define população como “o conjunto de elementos que possuem determinadas característica”. Neste sentido busca-se captar a percepção dos docentes em disciplinas ligadas a Contabilidade Gerencial uma vez que os docentes precisam estar preparados para tratar o tema com propriedade e trabalhar na formação de novos profissionais ligados à área de Contabilidade

Gerencial. A escolha por estas instituições foi realizada através de amostragem não probabilística por conveniência.

A coleta dos dados para esta pesquisa ocorreu através de um questionário, conforme ilustra o quadro 1, aplicado durante os dias 22 de junho de 2016 e 04 de agosto 2016. “Este instrumento de coleta de dados foi constituído por uma série ordenada de perguntas, que deveriam ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 98).

Quadro 1 - Questionário

O presente questionário faz parte de um artigo científico sobre os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG) que está sendo desenvolvido pelos alunos mestrando Filipe Martins e Guilherme Araujo, do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob orientação da Profa. Dra. Romina Batista Lucena de Souza. O objetivo deste questionário é captar a percepção dos docentes em disciplinas ligadas à Contabilidade Gerencial, quanto à adoção dos PPGC no contexto nacional. Informamos que sua identificação pessoal será mantida sob sigilo e que o retorno do questionário com, pelo menos uma questão preenchida, entenderemos que você nos autoriza a divulgar as informações abaixo respondidas. Agradecemos a sua colaboração para esta pesquisa.	
Questão 1: Qual é a instituição de ensino que você leciona atualmente?	☐ UFRGS ☐ UniRitter ☐ Cesuca
Questão 2: Quanto tempo de experiência você tem como docente no ensino superior?	☐ 0 a 2 anos ☐ 3 a 5 anos ☐ 6 a 8 anos ☐ Mais de 9 anos
Questão 3: Quanto tempo de experiência você tem como docente nas disciplinas que trabalham com Contabilidade Gerencial?	☐ 0 a 2 anos ☐ 3 a 5 anos ☐ 6 a 8 anos ☐ Mais de 9 anos
Questão 4: Você tem experiência profissional prática, excluindo a atividade docente, em alguma atividade de Contabilidade Gerencial em empresas?	☐ Sim ☐ Não Se sim, quanto tempo (em anos)
Questão 5: Em qual nível da organização você possui experiência prática (pode marcar mais de uma)	☐ Operacional – auxiliar e analista ☐ Tático – coordenação e gerência ☐ Estratégico – diretoria e conselho de administração ☐ Nunca trabalhei com Contabilidade Gerencial, exceto na docência
Questão 6: Você concorda com os princípios globais de Contabilidade Gerencial sugeridos pelo CGMA?	☐ Sim ☐ Não Justifique: _____
Questão 7: Você acredita que é possível ter um único conjunto de princípios que podem ser aplicados universalmente nos diferentes sectores, regiões e tamanhos de organizações?	☐ Sim ☐ Não Justifique: _____
Questão 8: Você acredita que os princípios globais de Contabilidade Gerencial auxiliariam os gestores para a tomada de decisão?	☐ Sim ☐ Não Justifique: _____
Questão 9: Há outros princípios globais de Contabilidade Gerencial que deveriam ser considerados?	☐ Sim ☐ Não Se sim, qual (is)?: _____

Questão 10: Em que grau você acredita que os princípios globais de Contabilidade Gerencial têm potencial para se tornarem amplamente aceitos assim como os princípios contábeis editados pelo Conselho Federal de Contabilidade?	() Não acredito que os princípios globais de Contabilidade Gerencial serão aceitos. () Acredito em partes que os princípios globais de Contabilidade Gerencial serão aceitos. () Acredito plenamente que os princípios globais de Contabilidade Gerencial serão aceitos.
--	--

Fonte: Elaborado para a pesquisa a partir de CGMA (2016).

O questionário foi constituído por 10 questões, onde as cinco primeiras perguntas correspondem ao bloco para identificação do perfil da amostra e as questões restantes constituem o bloco sobre a percepção dos professores sobre a adoção dos PGCG. Por fim, os dados obtidos pelo levantamento receberam tratamento estatístico descritivo.

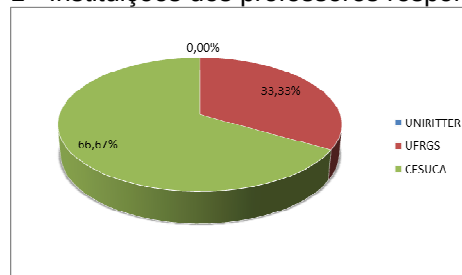
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados das análises realizadas a partir das respostas dos questionários aplicados, visando identificar a percepção dos docentes de Contabilidade Gerencial quanto à importância e relevância da adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial no Brasil, propostos pelo *Chartered Institute of Management Accountants* e *Chartered Global Management Accountant*. As análises são apresentadas em dois blocos: Perfil dos respondentes; e a Percepção dos professores quanto à adoção dos PGCG.

4.1 Perfil da amostra dos professores

A amostragem dos professores respondentes (questão 1) formou um total de seis profissionais, sendo quatro professores respondentes são do CESUCA (66,67%) e dois do UniRitter (33,33%), como demonstrado no gráfico 1. Não foi obtido retorno dos professores da UFRGS para composição desta pesquisa.

Gráfico 1 - Instituições dos professores respondentes

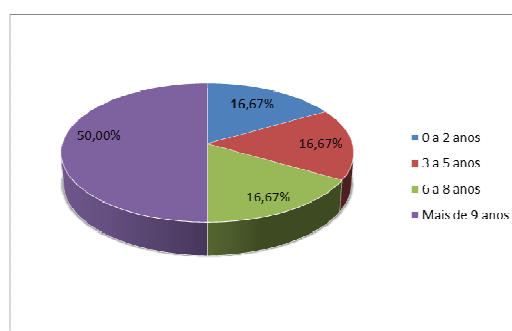


Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Pela análise de classificação das instituições respondentes não é possível afirmar que o maior retorno por parte dos professores da CESUCA e UniRitter significam que há mais professores alocados para lecionar as disciplinas de Contabilidade Gerencial. Infere-se, porém, que houve maior interesse em responder sobre o tema nas instituições privadas apenas.

Em relação à experiência no ensino superior (questão 2), cinco respondentes (83,33%) possuem mais de nove anos de experiência, enquanto um respondente (16,67%) tem no máximo dois anos de experiência, como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Experiência de docência dos professores respondentes

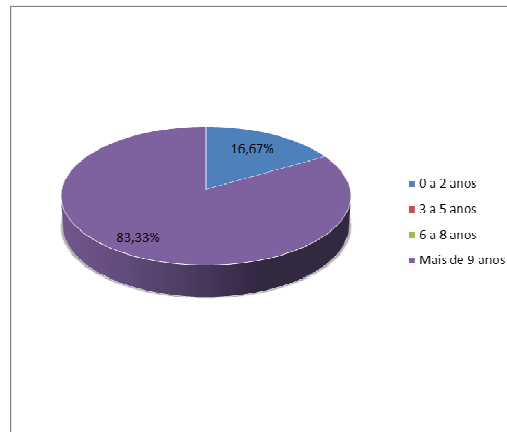


Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Analisando o resultado apresentado nesta questão, observa-se que a maioria dos professores lecionam disciplinas ligadas à Contabilidade Gerencial são professores que possuem experiência no ramo da docência. Esta informação é relevante uma vez que os PGCG foram propostos recentemente, reforçando o argumento que os docentes de disciplina de Contabilidade Gerencial precisam estar atualizados para melhor formar os discentes matriculados nas instituições de ensino.

Em relação ao tempo de experiência lecionando disciplinas ligadas à Contabilidade Gerencial (questão 3), foi obtido um resultado mais disperso. Metade dos professores possui mais de nove anos lecionando disciplinas da área da Contabilidade Gerencial, enquanto professores com, no máximo, dois anos de experiência, experiência entre três e cinco anos e entre seis e oito anos de experiência, possuem um professor cada alternativa, representando 16,67% de respondentes em cada uma das opções, como apresentando no gráfico 3.

Gráfico 3 - Experiência de docência dos professores respondentes na área da Contabilidade Gerencial

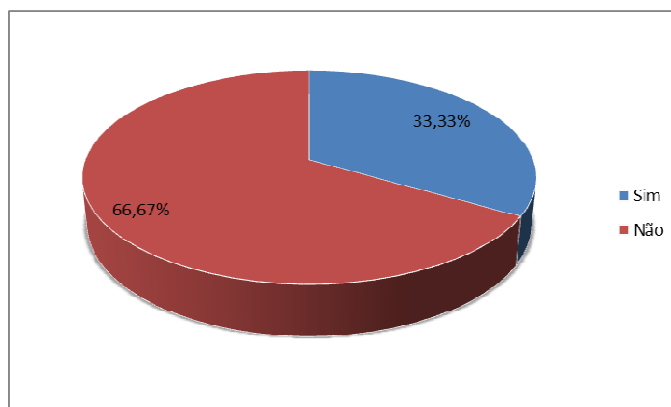


Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Ao se analisar o resultado desta questão, é possível observar que, apesar dos professores respondentes possuírem em sua maioria mais de nove anos de experiência docência, não necessariamente essa experiência foi em disciplinas ligadas à Contabilidade Gerencial.

Em relação à experiência na área gerencial (questão 4), quatro (66,67%) professores possuem prática na área da Contabilidade Gerencial, enquanto dois (33,33%) não possuem experiência prática na área da Contabilidade Gerencial, como apresentado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Experiência prática dos professores respondentes na área da Contabilidade Gerencial



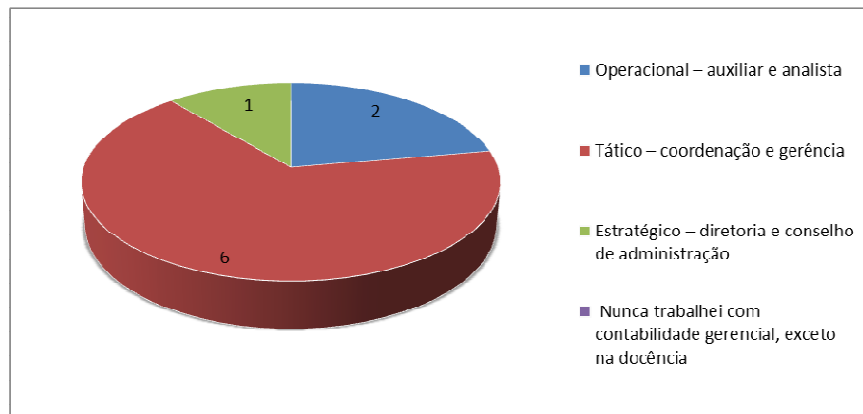
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Quanto aos quatro professores com experiência prática, foi possível notar que eles possuem entre quatro e quinze anos de experiência prática.

Em relação à atuação prática nos diversos níveis organizacionais (questão 5), foi possível observar que a maior parte dos professores já atuaram na área tática da Contabilidade Gerencial, ou seja, como coordenador ou gerente de setor. Essa atuação contribuiu para a atuação na docência, pois com a experiência prática, possibilita vincular a teoria com a prática, e tem a possibilidade de transmitir esse conhecimento para os discentes.

Porém na atuação na área operacional, dois professores já atuaram como auxiliar e analista nas áreas de Contabilidade Gerencial; e apenas um na área estratégica, ocupando cargos de diretoria ou no conselho de administração. Cabe ressaltar que estes professores que atuaram na área estratégica e operacional, também atuaram na área tática, como apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Nível organizacional dos docentes com experiência prática na área da Contabilidade Gerencial



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

A identificação do perfil dos docentes é importante, pois a experiência influencia na forma como os princípios são vistos. Entende-se que quanto maior for a experiência, maior será a crítica quanto a adoção ou não dos PGCG.

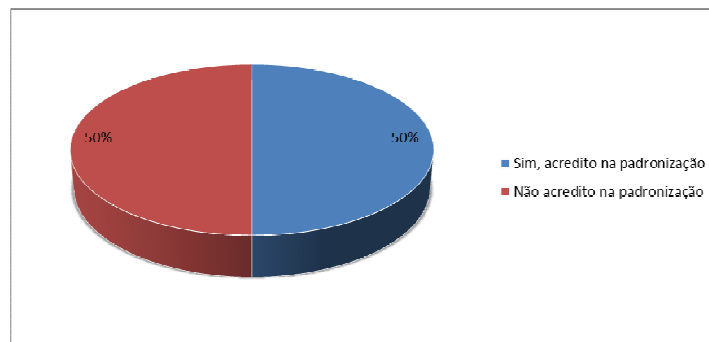
4.2 Percepção dos professores quanto à adoção dos PGCG

Em relação à importância do PGCC (questão 6), ao apresentar as justificativas, os professores salientam a importância dos princípios sugeridos pelo CGMA, pois eles veem para ajudar o papel do contador como provedor de informações para tomada de decisões dos gestores, auxiliando assim a empresa a

atingir as estratégias pretendidas. Todos os respondentes concordam com os PGCG, porém, algumas respostas tiveram apenas marcação da questão sem a devida justificativa, o que pode acarretar em alguma margem de erro, uma vez que não é possível identificar por completo se realmente o docente concorda ou se houve marcação aleatória.

Sobre a padronização dos princípios para ser aplicados nos diferentes setores, ramos e regiões (questão 7), foi possível notar que os professores ficaram divididos: metade dos entrevistados, ou seja, do total de seis respondentes, três acreditam na padronização e três não acreditam na padronização, como apresentado no gráfico 6.

Gráfico 6 - Percepção dos professores respondentes sobre a concordância com os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial



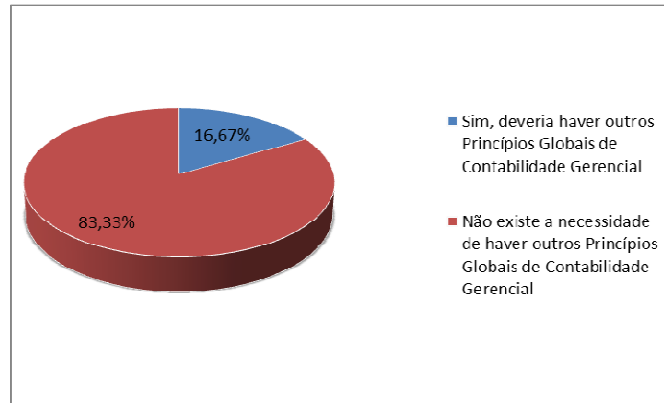
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

A justificativa apresentada pelos professores que não concordam fora a dificuldade em relação à adaptação desses princípios para cada setor e região, além da adaptação dos princípios para as pequenas empresas, visto que possuem particularidades diferentes das grandes empresas. Já os professores que concordam com a padronização não apresentaram nenhuma justificativa do porquê que deve ser padronizado, porém é possível inferir que a padronização irá auxiliar os gestores, justamente por terem uma base para a tomada de decisão.

Sobre a necessidade de existirem mais PGCG (questão 9), apenas um respondente acredita que deveria existir outros Princípios Globais de Contabilidade Gerencial, citando a Teoria das Restrições e Capital Intelectual, visto que são temas que vêm ganhando importância na Contabilidade ao longo dos anos nas organizações, além de que, a aplicação desses conceitos nas organizações, podem ser considerados como diferencial estratégico. Os demais respondentes acreditam

que não é necessário incluir mais Princípios Globais de Contabilidade Gerencial são o suficiente, como apresentado no gráfico 7.

Gráfico 7 - Percepção dos professores respondentes sobre a necessidade de haver outros Princípios Globais de Contabilidade Gerencial

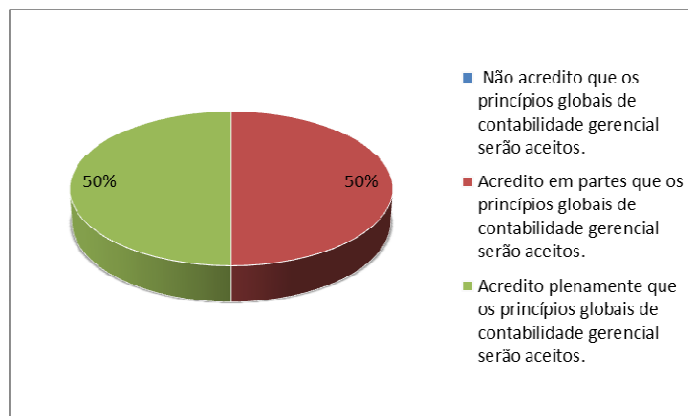


Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Sobre o grau de aceitação dos PGCG pelo Conselho Federal de Contabilidade (questão 10), todos os respondentes concordam com que tem potencial sua aceitação, porém se dividiram em relação ao grau de aceitação.

Metade dos respondentes (três respondentes) acreditam que eles serão aceitos pelo Conselho Federal de Contabilidade, mas com restrições; enquanto a outra metade (três respondentes) acreditam que eles serão plenamente aceitos pelo Conselho Federal de Contabilidade, em sua totalidade, como apresentado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Percepção dos professores respondentes sobre a aceitação dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial pelo Conselho Federal de Contabilidade



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

Conforme apresentado no item 2.4 deste estudo, a pesquisa de Miranda, Riccio, Miranda (2013), demonstram a importância da percepção dos professores sobre os temas ligados à disciplina de Contabilidade Gerencial sobre os temas relacionados à respectiva área. Visto que, esses profissionais serão responsáveis pela multiplicação desse conhecimento, e através dessas percepções, consegue-se inferir como o conhecimento será transmitido bem como oportunidades para novas pesquisas ligadas à Contabilidade Gerencial, além de tornar possível uma ligação da teoria à prática os novos estudos, visto que a maioria desses profissionais atuam também na área de Contabilidade Gerencial nas empresas.

Após analisar os resultados apresentados no levantamento, foi possível inferir que os professores da área da Contabilidade Gerencial possuem experiência e atuaram em empresas na área da Contabilidade Gerencial, ou seja, possuem experiência em docência e experiência prática, e em sua maioria, mais de 9 anos de experiência, tanto na docência quanto na prática da Contabilidade Gerencial nas empresas.

Foi possível identificar, com base nas respostas apresentadas, que os respondentes concordam com a aplicação prática dos PGCG, mas tem dúvidas em relação à profundidade de sua aplicação, caso seja aceito pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A questão 7, sobre a padronização dos PGCG, mostrou-se uma questão que dividiu os entrevistados, pois para ambas alternativas os entrevistados apresentaram argumentos válidos. Quem foi a favor da padronização dos PGCG justificam que essa padronização irá auxiliar na tomada de decisão, justamente por existir um embasamento; porém os com a opinião contra a padronização justificam que não se pode padronizar, devido aos tipos diferentes de empresas existentes no mercado, não sendo possível aplicar essa padronização.

Cabe ressaltar que, após analisar as justificativas apresentadas, foi possível inferir que o conhecimento que os professores possuíam sobre o assunto tem origem apenas da apresentação inicial do questionário até por tratar-se de um assunto novo, sendo necessário que, devido à importância, o assunto seja disseminado pelos órgãos de classe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar qual é a percepção dos docentes de Contabilidade Gerencial quanto a adoção dos Princípios Globais de Contabilidade Gerencial. Para responder ao objetivo, foi elaborado um questionário aplicado em professores que ministram disciplinas ligadas à Contabilidade Gerencial, aplicado em três instituições de ensino, por conveniência, devido à facilidade de acesso para a aplicação do questionário.

Os resultados apresentados evidenciam que, em sua maior parte, os professores respondentes não possuem familiaridade com os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial, por tratar-se de um assunto novo. Porém, cabe ressaltar que o perfil dos respondentes caracteriza-se por um grupo de professores experientes, tanto em relação à docência quanto à prática da Contabilidade Gerencial. Porém, apesar da falta de familiaridade com o assunto, foi possível inferir que os respondentes entendem a importância do tema e estão de acordo com a sua aplicação prática.

Além desses fatores, foi possível inferir que, através da análise das respostas do questionário, que os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial possuem aceitação por parte dos docentes pesquisados, porém, é necessário haver mais discussões para melhor compreensão e aplicabilidade por parte dos profissionais ligados à Contabilidade Gerencial.

Foi possível identificar como fatores limitadores do estudo a falta de estudos realizados sobre o tema e a falta de justificativas respondidas no questionário. Pode-se inferir, para ambas as situações, que ocorreu justamente pela falta de um embasamento maior sobre o assunto, pois o único contato que tiveram sobre o tema foi a introdução apresentada no questionário.

Sugere-se como estudos posteriores que sejam que o mesmo questionário seja aplicado em mais instituições, para que seja comparada a percepção dos novos respondentes em relação ao primeiro estudo.

O estudo dos PGCG demonstra que, é um tema que ainda está em fase de estudos de sua viabilidade no Brasil, porém, por envolver diretamente os profissionais da área, o assunto deveria ser mais divulgado pelos órgãos responsáveis pelo assunto, visto que, pelas respostas do questionário, foi possível notar que os respondentes possuíam pouca familiaridade sobre o tema. Neste sentido, espera-se que este estudo possa ter contribuído para a disseminação do tema.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**: informação para tomada de decisão e execução da estratégia. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BARROS, C. M. E. et al. Interdisciplinaridade em Contabilidade Gerencial e contabilidade de custos em programas de mestrado: percepções de docentes e discentes. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 163-181, nov. 2012.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, Ilse Maria; BARP, Adriano Dinomar.; FILIPIN, Roselaine. Barreiras e oportunidades de aplicação da Contabilidade Gerencial em micro e pequenas empresas por meio de empresas de serviços contábeis. **ConTexto**, Porto Alegre, v.13, n. 24, p. 79-92, maio 2013.

CHARTERED GLOBAL MANAGEMENT ACCOUNTANT. **Global management accountant principles**. Disponível em: <<http://www.cgma.org/Resources/Reports/DownloadableDocuments/2016-07-26-Principios-Globais-De-Contabilidade-Gerencial.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

CHARTERED INSTITUTE OF MANAGEMENT ACCOUNTANTS. **Whats is CIMA'S definition of management accounting?** Disponível em: <<http://www.cimaglobal.com/THOUGHT-LEADERSHIP/NEWSLETTERS/INSIGHT-E-MAGAZINE/INSIGHT-2009/INSIGHT-JUNE-2009/WHAT-IS-CIMAS-DEFINITION-OF-MANAGEMENT-ACCOUNTING/>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Dados cadastrais do programa**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

FREZATTI, Fábio; et al. Análise crítica da contabilidade gerencial no Brasil sob a ótica dos professores de pós-graduação stricto sensu da área. **Brasilian Business Review**. v. 6, n. 3, p. 282-298, dez. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sérgio de. (coord.) **Contabilidade introdutória**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu; et al. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas sociedades. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MIRANDA, Claudio de Souza; RICCIO, Edson Luiz; MIRANDA, Raissa Alvares de Matos. Atividades da contabilidade gerencial sob a ótica de docentes e profissionais de mercado. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 5, n. 1, p. 112-131, fev. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/3316>>. Acesso em: 01 set. 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Vanderlei; et al. Instrumentos da Contabilidade Gerencial utilizados em micro e pequenas empresas comerciais e disponibilizados por empresas de serviços contábeis. **Revista catarinense de ciência contábil**, v. 8, n. 24, p. 41-58, ago./nov. 2009.

SANTOS, José Luiz dos; et al. **Contabilidade geral.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.



PROCESSOS DA FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES ATUANTES NA ESCOLA DA ZONA RURAL: REALIDADE E PERSPECTIVAS

PROCESOS DE LA FORMACIÓN INICIAL DE LOS DOCENTES ACTUANTES EN LA ESCUELA DE LA ZONA RURAL: REALIDAD Y PERSPECTIVAS

ASSIS, Kelly Christina José ¹

Resumo: A pesquisa investigou a Formação Continuada e a relevância das Práticas de Ensino e Educativa diante da realidade rural em Diamantino/MT, na Escola da zona rural Maria Euzébia, no município de Diamantino/MT, buscando a proposição de uma nova formação para os sujeitos do campo, possibilitando que a escola, o currículo, os planejamentos, as aulas, as metodologias, dentre outros, precisam mudar. Para tanto, partiu-se do seguinte problema: a Formação Continuada realizada numa escola rural em Diamantino/MT desenvolve-se com o foco na relevância das Práticas de Ensino e Educativa diante das necessidades loco-regionais? Para o embasamento da pesquisa contamos com vários autores, em principal os autores Veiga (2000, 2014), Tardif (2002, 2005), Nóvoa (2002, 2009), Libâneo (2010), Freire (1971, 2011) e legislações tais como a LDB/9394/96, Ministério da Educação (2012), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017), Diário Oficial de Mato Grosso, nº 26758 (2016), Parecer Orientativo/ SEDUC-MT nº 01/2014 (2014) que nesta pesquisa foram de fundamental relevância para que pudéssemos responder aos objetivos propostos na pesquisa. A pesquisa foi de abordagem Qualitativa, apoiada nos procedimentos metodológicos, pautado no Hermenêutico e como técnica para a análise dos dados

¹ Mestranda em Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay - UEP. E-mail: kellyassis00@hotmail.com

usou-se a Análise de Conteúdos. Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados a uma população alvo formada por 9(nove) professores, destacando a amostra de 5 (cinco) professores. Como principais resultados obtidos nesta fase de qualificação, destacamos: que os professores da escola da zona rural Maria Euzébia ainda tem grandes dificuldades em estarem desenvolvendo suas aulas devido à falta de material pedagógico diferenciado, pois seguem o mesmo currículo e práticas pedagógicas direcionadas para escolas da zona urbana, um currículo que não prioriza a necessidade e a realidade loco-regional, os recursos didáticos da escola oferecem poucas opções de uma aula motivadora, assim é de responsabilidade do professor desenvolver aulas que instiguem e motivem os alunos a querer participar do processo de aprendizagem utilizando os poucos recursos didáticos que a escola da zona rural oferece.

Palavras-chaves: Educação do Campo. Formação Continuada de Professor. Programa Formação Escolar - SEDUC/MT.

Resumen: La investigación investigó la Formación Continuada y la relevancia de las Prácticas de Enseñanza y Educativa ante la realidad rural en Diamantino/MT, en la Escuela de la zona rural Maria Euzébia, en el municipio de Diamantino/MT, buscando la proposición de una nueva formación para los sujetos del " en el campo, posibilitando que la escuela, el currículo, los planes, las clases, las metodologías, entre otros, necesitan cambiar. Para ello, se partió del siguiente problema: la Formación Continuada realizada en una escuela rural en Diamantino/MT se desarrolla con el foco en la relevancia de las Prácticas de Enseñanza y Educativa ante las necesidades loco-regionales? Para el embasamiento de la investigación contamos con varios autores, en principal los autores Veiga (2000, 2014), Tardif (2002, 2005), Nóvoa (2002, 2009), Libâneo (2010), Freire (1971, 2011) y legislaciones tales como de acuerdo con lo establecido en la Ley Orgánica del Poder Legislativo, en el marco de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CIDH). 2014) que en esta investigación fueron de fundamental relevancia para que pudiéramos responder a los objetivos propuestos en la investigación. La investigación fue de abordaje Cualitativo, apoyada en los procedimientos metodológicos, pautado en el Hermenéutico y como técnica para el análisis de los datos se utilizó el Análisis de Contenidos. Los instrumentos de recolección de datos se aplicaron a una población objetivo formada por 9 (nueve) profesores, destacando la muestra de 5 (cinco) profesores. Como principales resultados obtenidos en esta fase de calificación, destacamos: que los profesores de la escuela de la zona rural Maria Euzébia todavía tienen grandes dificultades en estar desarrollando sus clases debido a la falta de material pedagógico diferenciado, pues siguen el mismo currículo y prácticas pedagógicas dirigidas a escuelas de la escuela En el caso de los alumnos de la escuela primaria, el alumno debe tener en cuenta que el alumno debe tener en cuenta que el alumno no es un alumno. aprendizaje utilizando los escasos recursos didáticos que la escuela de la zona rural ofrece.

Palabras clave: Educación del Campo. Formación continua del profesor. Programa de Formación Escolar - SEDUC/MT.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos a Educação brasileira tem passado por muitas mudanças nos vários campos de conhecimento, tais como: reformas no currículo, a escola com sistema de ensino por ciclos, as avaliações sistemáticas propostas pelos Sistemas de Ensino, sempre prevendo um ensino de qualidade para as escolas públicas.

Assim nas últimas décadas temos assistido a educação como caminho certo para o crescimento do país, e neste cenário vê-se a formação continuada dos professores ligada as políticas públicas, uma vez que estes profissionais são vistos pela sociedade como formador de indivíduos críticos e pensantes, capazes de transformar uma sociedade.

Diante deste contexto, verifica-se que muitos estudos veem sendo realizados sobre o crescimento do professor, contando com autores renomados na área de estudo como: Tardif (2002), Lopes (2003), Macedo (2000), Veiga, (2008) dentre outros, estudos estes que apontam para o fazer do professor, levando os mesmos a refletirem sobre sua prática educativa no ambiente escolar em seu dia-a-dia.

Nessa perspectiva, a formação continuada deve viabilizar ao docente a obtenção de saberes específicos da profissão, pois se torna uma ferramenta indispensável na qual, são estimuladas transformações expressivas na prática educacional.

O município de Diamantino se localiza dentre os 141 município do Estado de Mato Grosso, com uma população estimada de acordo com IBGE (2010) de 21.294 habitantes, quanto a população da presente pesquisa será a escola da zona rural localizada à 25 quilômetros da cidade de Diamantino/MT.

A escola rural, objeto de estudo, se localiza na Gleba Bojuí, zona rural de Diamantino/MT, onde recebe um público de 120 alunos ofertando desde as Series Iniciais ao Ensino Médio, contando com um corpo docente de 12 professores.

É considerada uma escola mista, pois no período matutino é coordenada pela Rede Estadual que é responsável pelo Ensino Fundamental e Médio e no período vespertino é coordena pela Rede municipal que é responsável pelo ensino das Séries Iniciais, contudo os professores que ministram as aulas pertencem as duas redes de ensino: estadual e municipal.

O trabalho do professor, bem como sua formação adquire a centralidade de acordo com a necessidade formativa imposta pelas transformações que marcam a

sociedade, pois passam a requerer novas bases de formação em que sua atividade docente acompanhe o avanço tecnológico.

Diante da complexidade dos conhecimentos envolvidos na formação continuada dos professores, surge então a necessidade de uma formação teórica mais aprofundada, embasada em uma aquisição de conteúdos significativos para o bom desenvolvimento da prática pedagógica.

Este artigo desenvolve uma análise sobre o objetivo que busca conhecer os processos da formação inicial dos docentes atuantes na escola da zona rural questionando os docentes diante da realidade da escola.

2 MARCO TEÓRICO

A Formação continuada, denominada de “Formação Avançada” e/ou “Educação Permanente” nos países desenvolvidos, vem sendo no Brasil um tema de grande importância a ser discutido, haja vista a velocidade que os novos conhecimentos e saberes estão sendo produzidos e difundidos no decorrer dos anos.

Para Di Giorgi et al (2010, p. 15), a formação contínua, pode ser definida como “um processo constante do aprender a profissão de professor, não como mero resultado de uma aquisição acumulativa de informação, mas como um trabalho de seleção, organização e interpretação da informação.”

A formação continuada possibilita ao docente fazer uma análise de sua competência, pois a mesma cumpre o papel de articuladora entre a formação inicial e as transformações no ambiente escolar e no próprio sistema escolar.

É fato que os processos de formação continuada necessitam estar em consonância com as reais necessidades dos professores, com vistas a ‘fazer bem’ para os alunos, sugerindo assim que cada educador tenha consciência do nível de competências em que se encontra, realizando uma auto avaliação, o que irá resultar em uma grande evolução na sua função como educador.

Devido a isto se verifica a grande importância da formação de professores, que se constitui numa política pública, devido ao fato desse profissional estar diretamente ligado a formação humana de cidadãos que serão os agentes de transformação da sociedade (SOUZA, 2016).

Para que se possa estimar o avanço na qualidade de vida e qualidade educacional de uma população, é importante e necessário ir além do caráter puramente econômico, devendo se considerar outras características como: sociais, culturais e políticas, pois estas influenciam a qualidade de vida humana, bem como a qualidade educacional (KLUGMAN et al, 2011).

Assim a Formação continuada dos professores (as) do campo deve ser voltada para realidade de cada um que compõem os elementos da escola, não devendo incorporar somente os conteúdos da grade curricular imposta pelos PCN, mas também as paisagens campestre, os elementos históricos e culturais do povo campesino.

A Formação Continuada surge através de estudos entre pesquisadores educacionais em meados dos anos 1980, quando o sistema educacional, pode constatar que a forma como a escola estava sendo abordada não era satisfatória perante as referências teóricas metodológicas.

Como afirma Alves (1995) apud Weber (2014, p. 26): “Não se trata de formar o educador, como se ele não existisse. Como se houvesse escolas capazes de gerá-lo ou programas que pudessem trazê-lo [...] é necessário acordá-lo.”

De acordo com Demo (1999, p. 34) “só inova quem sabe primeiro inovar-se”, logo é extremamente necessário que o professor se conscientize da relevância de sua formação continuada enquanto autor constitutivo do processo ensino e aprendizagem.

Neste sentido o autor segue afirmando que:

[...] se há inovação de verdade na aprendizagem, há também desconstrução, não, porém, como imposição de fora ou de cima, mas como tática desconstrutiva dentro de uma estratégia de reconstrução integral e integrada. Aí emerge logo uma diferença essencial perante a lógica e o mercado: enquanto estes inovam por inovar, ou inovam para lucrar, a aprendizagem inova para reconstruir. (DEMO, 1999, p. 137).

Portanto, a formação permanente dos professores surge, simultaneamente, sendo uma necessidade primordial própria dos sistemas de ensino e direitos de todos os profissionais da educação, para se tenha um ensino de qualidade.

Demo (1999, p. 182), defende que se devem ofertar cursos de no mínimo 80 horas no decorrer do semestre, afirma ainda que “o professor que não estuda sempre, não é profissional” pois o professor precisa aprender a pesquisar, porque é

a pesquisa que mais lhe define sua prática profissional, onde a mesma deve ser entendida como também educativa.

O desenvolvimento pessoal expressa gerar a vida do profissional, onde a formação inicial e continuada deve proporcionar uma visão critico-reflexiva que auxiliará o professor a encontrar e reencontrar momentos de interação entre o desenvolvimento pessoal e o profissional, “permitindo aos professores apropriar-se de seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro de suas histórias de vida.” (NÓVOA, 1995, p. 25).

Nesta percepção ambiciona-se que as práticas de formação continuada devem ter “como referência as dimensões coletivas, que contribuam para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.” (NÓVOA, 1995, p. 27).

Logo se presume que os professores devem se assumir como criadores de sua profissão, pois não é suficiente mudar somente os professores, mas se torna necessário mudar os contextos em que eles intervêm.

Neste sentido, o processo de formação continuada deve conter e levar em consideração três importantes dimensões: a pessoa do professor, seu desenvolvimento profissional e os seus conhecimentos e saberes construídos por sua experiência profissional e, principalmente a sua realidade e contexto de trabalho em que ele está inserido.

Corroborando com dito, Araújo, Araújo e Silva (2015, p. 35) afirmam que:

[...] a ênfase na formação continuada de professores é fruto, portanto, tanto da pressão e da luta dos profissionais da área e dos movimentos sociais em geral, quanto da racionalidade econômica que reivindica a eficiência do ensino público, haja vista as mudanças em curso no cenário global.

Dessa forma o documento “Referenciais para a Formação de Professores”, deixa claro que:

[...] a formação continuada deve propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. Porém, um processo reflexivo exige predisposição a um questionamento crítico da intervenção educativa e uma análise da prática na perspectiva de seus pressupostos. Isso supõe que a formação continuada estenda-se às capacidades e atitudes e problematize os valores e as concepções de cada professor e da equipe. (BRASIL 1999, p. 70).

Verifica-se que a formação continuada, formação avançada, dentre outras nomenclaturas tem como propósito auxiliar o professor a encontrar soluções para sanar suas dificuldades e necessidades no campo de sua atuação, encontradas na sua prática social ou aprimoramento e engrandecimento da sua competência profissional.

É relevante que se reconheça a necessidade de propor ambientes como: cursos de qualificação e extensão, seminários, debates, dentre outros nos quais os professores possam dar continuidade à sua formação continuada. Porém é também necessário que se analise muito bem sobre o caráter formativo que esta inserida nestas atividades de formação. Candau (1997, p. 64), nos mostra que:

[...] a formação continuada não pode ser concebida como um meio de acumulação (de cursos, palestras, seminários, etc., de conhecimentos e técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento.

Logo, a formação continuada deve proporcionar ambientes nos quais se possam aprofundar a discussão e estudos sobre como e porque os professores fazem o que fazem em relação a sua prática educativa, pois neste mesmo ambiente deve-se refletir em educar profissionais para “serem pensadores autônomos e práticos reflexivos e para que estejam comprometidos com a educação de alta qualidade para todos os estudantes.” (ZEICHNER, 1998, p. 227).

Esteve (2009, p. 22) afirma que: “[...] nuestra sociedad exige que los profesores asuman estos nuevos papeles, no se ha cambiado la formación inicial que los profesores reciben para hacer frente a estas nuevas exigências.”

Pesquisas no campo educacional tem demonstrado que os professores se veem pouco preparados para o início da sua inserção profissional (TALLIS, 2013); (OLIVIERIA; VIEIRA, 2010); (GATTI, 2009), contudo se torna necessário observar que as condições de formação docente, se diferenciam muito de acordo com a natureza das instituições que a ofertam (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Freire (2001, p. 245) “Não existe formação momentânea, formação do começo, formação do fim de carreira. Nada disso. Formação é uma experiência permanente, que não se para nunca.”

Assim é adquirida no contexto de sua história de vida e de sua carreira profissional. Logo se torna temporal porque “ensinar supõe aprender a ensinar, ou

seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho docente.” (TARDIF, 2003, p. 20).

Logo os autores chamam a atenção da indispensabilidade do professor potencializar sua competência social para que o mesmo se sinta capaz de assumir as situações conflituosas provenientes das transformações sociais de cada período histórico, pois o saber dos professores deve ser no plural, composto, estratégico e heterogêneo, “porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas [...] e de natureza diferente.” (TARDIF, 2003, p. 18).

Entendemos que a formação continuada consiste em um esforço conjunto, ou seja, do professor que deseja aperfeiçoar sua atuação docente e da instituição de ensino, que por parte da gestão da escola, deve se mostrar sempre preocupada em viabilizar avanços na qualidade da educação, portanto podemos afirmar que a formação continuada não é percebida somente como “aprender mais, inovar mais, mudar mais ou aquilo que se queira acrescentar aqui.” (IMBERNÓN, 2010, p. 46).

Vasconcelos (2012, p. 25) nos ensina que:

[...] em termos ideias, de um lado, um grupo de professores ávidos por aprender sempre mais e, do outro lado, uma escola realmente preocupada em investir na qualidade de seus recursos humanos. Em termos reais, no entanto, o que se vê são alguns professores buscando, à custas de seu próprio investimento pessoal e material, o aperfeiçoamento necessário à atualização de seus conhecimentos e algumas escolas buscando ofertar a seus docentes algum tipo de formação continuada.

A formação continuada deve educar profissionais para que o mesmo tenha condições necessárias para uma análise que permita desenvolver a capacidade de entender com profundidade os fenômenos humanos e sociais em à luz da ciência.

Neste sentido, Arce (2001, p. 267) demonstra que:

[...] a formação de professores não pode se eximir de uma bagagem filosófica, histórica, social e política, além de uma sólida formação didático-metodológica, visando formar um profissional capaz de teorizar sobre as relações entre educação e sociedade e, aí sim, como parte dessa análise teórica, refletir sobre a sua prática, propor mudanças significativas na educação e contribuir para que os alunos tenham acesso à cultura resultante do processo de acumulação sócio histórica pelo qual a humanidade tem passado.

A formação e a reflexão sobre as práticas realizadas pelos profissionais nas instituições são reconhecidas como momentos importantes de produção de saberes voltados para a solução de situações problemáticas concretas.

É neste momento em que se deve buscar o conhecimento para se avançar no processo de desenvolvimento da práxis pedagógica, de forma amplificada, com total clareza das ingerências do contexto educacional e as condições materiais de trabalho.

Contudo deve-se considerar a realidade dos professores e suas perspectivas, pois é através deles que se realiza a educação escolar e social, onde na visão da autora Flores (2003, p. 129), debater a respeito da formação continuada de professores em pleno século XXI ainda é uma prática de enorme significado, haja vista que, por um lado estes profissionais “[...] são culpados do que corre mal no sistema educativo, por outro, são vistos como os detentores da chave do sucesso da educação.”

Portanto, “Conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional são fundamentais para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas.” (WENGZYNSKI; TOZETTO, 2012, p. 2).

Imbernón (2010) ainda ressalta a formação continuada como fomento de desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, elevando seu trabalho para transformação de uma prática. Tal prática está para além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do trabalho docente, supõe uma prática cujo alicerce é balizado na teoria e na reflexão desta, para mudança e transformação no contexto escolar, assim:

O conhecimento profissional consolida-se mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos. (IMBERNÓN, 2010, p. 75).

Conforme Silva e Araújo apud Zuffi e Ferreira (2005, p. 1), descrevem marchas para formação continuada de professores no Brasil onde se teve um enorme destaque por volta da década de 80, embora, somente por volta de 1990, é que foi considerada como “uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil profissional do professor.”

3 MARCO METODOLÓGICO

A pesquisa é de abordagem qualitativa, com o uso do Método hermenêutico, sendo os dados analisados com o uso da Técnica de Análise de Conteúdos.

De acordo com Godoy (1995), os pesquisadores qualitativos buscam entender o acontecimento do que está sendo estudado a partir da perspectiva dos participantes, sendo assegurado a sua interpretação e, posteriormente faz-se um breve teste junto com os participantes ou até mesmo debatam o assunto efetivamente e vice-versa.

O método Hermenêutico fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante, dedicando-se à interpretação das mudanças contínuas no seu todo da realidade, já que demonstra que os dados sociais não podem ser entendidos enquanto considerados individualmente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e sociais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos as análises dos Instrumentos de Coleta de Dados aplicados junto à amostra. Destacamos que os dados selecionados foram discutidos como os autores e interpretados pela pesquisadora, construindo o processo de triangulação.

INDICADORES/ Categorias Principais (I/CP)	Categorias Específicas (CE)
1.1 Como você avalia o PFC ofertado pela SEDUC/MT?	CE1.1a- Poderia ser melhor , principio de que todas escolas são iguais, a educação não é diferenciada (1) CE1 1b- Bom (2) CE1 1c- Nova proposta pedagógica(1)
1.2.O Programa NDE favorece a formação dos professores da escola de zona rural?	CE2. 2a- Sim, no vestibular não há diferenciação (2) CE2 2b- Não, Falta adaptações revendo a realidade; os professores do campo deveriam ter uma formação específica que lhes condições de trabalhar com a realidade de cada comunidade. (2) CE2 2e. Não, desenvolve uma prática educativa das escolas da zona urbana.(1)

1.3 Quais conteúdos deviam ser estudados na FCP da EZR que contribuam com maior eficiência para uma prática pedagógica inovador com a realidade loco-regional?	CE3 3a- Primeiramente contribuir junto com a comunidade o PPP da escola, problema tirando a necessidade de cada comunidade. A escola deve ter autonomia para tal.(1) CE3 3b – O que é importante é se ter conhecimento sobre a comunidade em que a escola está inserido(1) CE3 3c – NE (1) CE3 3d – Todos(1)
1.4 a. Métodos de ensino 1.4b. Recursos didáticas 1.4 c Estratégias de avaliação	CE4a 4a –Uma pedagogia critica, de alternância em que o próprio aluno faça parte do processo educativo e não um mero ouvinte.(1) CE4a 4b –Aulas expositiva e debates(3) CE4b 4a – Todas as tecnologias disponíveis, porém sem abrir mão da participação espontânea do aluno em pesquisas, descobertas e compartilhamento de experiências.(1) CE4b 4b – Quadro, datashow, livros didáticos, jogos pedagógicos(3) CE4c 4a – Que o aluno mostre o que ele aprendeu e quais as duvidas que persistem. Exercícios, testes e brincadeiras dentro da própria aula.(1) CE4c 4b –Avaliação continua e processual(3)
1.5 Teorias pedagógicas que embasam seu plano de aula?	CE5 5a – A pedagogia da alternância tem se revelado a melhor maneira de ensinar, avaliar, contribuir e compartilhar ensino e aprendizagem.(1) CE5 5b- Paulo Freire e Emilia Ferrero(1) CE5 5c – Paulo Freire, Vygotsky, Emília Ferrero (2)
1.6 Como você define os objetivos de uma aula?	CE6 6a – De acordo com o PPP, sei que o aluno precisa e quer aprender. O objetivo é fazer com que o aluno entenda e desenvolva o que é proposto em cada aula. (1) CE6 6b – O que desejo alcançar após a explicação, como o aluno irá desenvolver e a habilidade para fazê-lo sozinho (1) CE6 6c – O que eu quero alcançar com um determinado conteúdo. (1) CE6 6d – As metas que quero alcançar com aquele conteúdo. (1)
1.7 Você trabalha com atividades extraclasse? Como as desenvolve?	CE7 7a – Sim, tarefas de casa(2) CE7 7b – Sim, tarefas para casa com retomadas na próxima aula.(1) CE& 7c – Sim, na educação do campo o aluno tem que praticar em casa o que aprendeu na sala de aula. Tempo escola e tempo comunidade. (1)
1.8 Como você analisa a questão sócio ambiental da EZR?Os conteúdos que são propostos no currículo estão em consonância com a realidade loco-regional?	CE8 8a – Ainda a muito o que se desenvolver nesse aspecto, falta estrutura e esclarecimento. (1) CE8 8b – A conscientização ambiental, a sustentabilidade, a preservação são os principais enfoques. Tanto que oas assentamentos ainda são os únicos lugares que se preservam a biodiversidade. (1) CE8 8c – NE (1) CE8 8d – Não são em consonância com a realidade local, por que o lixo não há onde descartar.

4.1 Análise das Categorias Principais e as respectivas Categorias Específicas

Analizando o PFC da SEDUC/MT, podemos afirmar que o mesmo tem como propósito trazer “orientações pedagógicas direcionadas as unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio urbanas, além das creches e pré-escolas estaduais” (Orientativo Pedagógico, SEDUC/MT, 2016), abordando várias competências.

Nesse sentido a Superintendência de Educação Básica (SUEB) subordinada à Secretaria Adjunta de Política Educacional, tem como dever zelar pela execução da Política Educacional do Estado de Mato Grosso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacional e Estadual, sendo de sua competência:

- I- implementar a Política Pedagógica instituída para a Educação Básica no Estado de Mato Grosso;
- II- coordenar a execução das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso;
- III- coordenar, orientar e acompanhar o processo de assessoramento pedagógico às escolas;
- IV- supervisionar as análises e homologações das matrizes curriculares das escolas;
- V- coordenar a articulação entre o Ministério de Educação, Secretaria de Estado de Educação e Secretarias Municipais de Educação de Mato Grosso nas ações relacionadas ao Currículo da Educação Básica;
- VI- supervisionar o desenvolvimento da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Ensino;
- VII- coordenar a execução e efeitos nas aprendizagens dos Programas e Projetos Educativos da Educação Básica;
- VIII- desenvolver ações articuladas e em parceria com as Secretarias Municipais no atendimento à Educação Básica;
- IX- propor medidas, ações, projetos e programas que busquem a equidade e igualdade do direito à aprendizagem.

Entendemos que o PFC da SEDUC/MT tem como meta possibilitar uma educação/ensino numa perspectiva colaborativa em que profissionais trabalhem e reflitam juntos, a fim de chegar a um objetivo comum: a qualidade social da educação, respeitando a coletividade e a liberdade da escola na realização das ações formativas de acordo com suas necessidades previamente diagnosticadas e analisadas. Analisando as falas, destacamos:

Poderia ser melhor, princípio de que todas escolas são iguais, a educação não é diferenciada. (Professor local – 1a)

Bom (professores locais – 1b e d)

Verifica-se que esses professores acreditam que o PFC da SEDUC/MT proporciona a possibilidade de obterem maiores conhecimentos a respeito das práticas pedagógicas dos docentes, através das discussões no coletivo e troca de experiências para uma reflexão ampla e conjuntas das ações educativas.

De acordo Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p. 13) a educação da escola de zona rural deve priorizar a:

[...] ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo; uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da educação popular e na pedagogia do oprimido.

Ainda com base na análise do (*professor local 1c*), verifica-se que os alunos das escolas de zona rural vivenciam uma realidade diferenciada dos alunos das escolas da zona urbana, os mesmos precisam auxiliar sua família nas atividades do campo, na produção agrícola, e para isto é interessante e relevante à escola da zona rural abordar conteúdos que os auxiliassem no conhecimento direcionado a essas atividades, não somente na teoria, mas também na prática.

O Art. 28 da LDB no mostra que, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Sobre o Programa NDE, se o mesmo favorece a formação dos professores da escola de zona rural obtivemos respostas semelhantes dos professores (*professor local 2a-*) quando o mesmo afirma que *sim, no vestibular não há diferenciação* já a respostas dos outros professores (*professor local 2b*) *Não, Falta adaptações revendo a realidade; os professores do campo deveriam ter uma formação específica que lhes condições de trabalhar com a realidade de cada comunidade.*

A partir do contexto exposto podemos entender que os professores (*professor local 2a*), da escola de zona rural entendem que a proposta do PFC da SEDUC/MT, favorece as expectativas da escola de zona rural.

De acordo com o Orientativo Pedagógico (CEFAPRO, 2014), o PFC tem como propósito em uma de suas ações,

[...] priorizar a elaboração de instrumentos diagnósticos, bem como a análise dos dados coletados e intervenções que suscitarão estudos teóricos mediante as dificuldades encontradas na análise da prática didático-pedagógica.

Porém sob a percepção dos professores (*professor local 2b e 2c*), podemos verificar que os mesmos já diferem os entendimentos, pois estes entendem que o PFC da SEDUC/MT deveria fazer algumas adequações com relação aos conteúdos do programa que favorecesse a Formação Continuada dos professores da escola de zona rural. Corroboramos com o autor Félix et al (2007, p. 222), para ele:

[...] o estudo do complexo demanda um esforço intelectual e de planejamento por parte dos professores na busca por compreender e ensinar o movimento (dialético) da produção do conhecimento como algo socialmente construído e que precisa ser transmitido aos estudantes.

Portanto, a formação poderá dar aos professores maior embasamento teórico que facilita que os conteúdos sejam trabalhados numa perspectiva dialética dentro dos complexos temáticos que possibilitam um maior aprendizado por parte dos alunos em desenvolverem os conhecimentos adquiridos em sala de aula para a prática em sua vida profissional.

A princípio o PFC da SEDUC/MT determinava que todas as escolas estaduais deveriam trabalhar com os complexos temáticos definidos pelo PFC, sendo escolar de zona rural ou de zona urbana.

Esta determinação da SEDUC/MT a princípio dificultou o trabalho do professor da escola de zona rural, uma vez que a realidade destes alunados é distante da realidade urbana.

Nessa perspectiva, Souza (2016) apud PPP (2010, p. 14) considera que:

[...] a necessidade de inserir as discussões acerca da concepção política e pedagógica de Educação do Campo como elementos para definir a teoria pedagógica que sustentará este projeto político- pedagógico, bem como as finalidades educativas específicas de uma escola do campo.

Sendo assim as formações continuadas da escola de zona rural deve ocorrer de maneira planejada, contando com a participação e o envolvimento de todos os profissionais.

O professor (*professor local 3b*) afirma em sua resposta que *o que é relevante para a condução dos trabalhos docente é ter conhecimento sobre a comunidade em que a escola está inserida.*

Assim o PFC da SEDUC/MT deve possibilitar meios de auxiliar os professores a repensar o papel da escola de zona rural enquanto ferramenta de transformação da realidade dos alunos.

E sobre isto Caldart afirma que:

[...] compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (CALDART, 2004, p. 22).

Na perspectiva do professor (*professor local 3d*), o mesmo acredita que todos os conteúdos devem ser trabalhados com os alunos, *pois não se é diferenciado na vida profissional do aluno o fato do mesmo ter estudado em escola de zona rural ou escola de zona urbana.*

O diálogo nesta perspectiva torna-se o apoio para o processo formativo, conforme afirma Freire, “[...] na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra na interação.” (FREIRE, 1971, p.36).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretando uma relação dialógica, imbricadas a uma relação ética e ao mesmo tempo dialética, denota uma práxis docente progressista que tem como um de seus fundamentos a incorporação dos alunos como sujeitos da sua própria história.

Assim quando nos referimos a importância do diálogo entre professor e aluno no ambiente escolar para que haja aprendizagem nos reportamos novamente a Freire (1979) quando o mesmo afirma que:

[...] o diálogo é o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, este diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outros. (FREIRE, 1979, p. 42).

Entendemos, portanto o processo de aprendizagem como um processo compartilhado entre os alunos que são sujeitos aprendentes, onde o conhecimentos e suas relações, o método de ensinar, bem como a avaliação do processo nos faz compreender que o ato de aprender tem uma amplitude muito maior do que simplesmente memorizar conteúdos, denota construir conhecimento, estudar e insistir, valer-se da experiência, ser um sujeito observador, comparar e refletir a proporção que o conhecimento construído atingiu.

Portanto, na atividade docente, só podemos afirmar o sucesso na tarefa de ensinar, e garantir de houve ensino, se de fato, tiver ocorrido à aprendizagem por parte do aluno.

Compreendemos que o processo de ensinar e aprender são inseparáveis das etapas de ensino, da aprendizagem e avaliação, não podendo existir momentos fragmentados do ensino. Portanto esse método de ensinar configura-se como uma das estratégias que podemos utilizar para obtermos um envolvimento maior por parte do aluno nas aulas, no desenvolvimento dos conteúdos e nas atividades extraclasse.

Assim esse método em que o diálogo traz a reflexão sobre o tema abordado sustenta uma concepção em que a prática educativa traz novos significados para o professor e para o aluno, haja vista que, no espaço escolar existe uma grande diversidade de cultura e conhecimentos, onde os alunos poderão interagir uns com outros através das trocas de experiência e conhecimentos adquiridos em sala de aula e na sua vida cotidiana.

Na escola da zona rural, a realidade, o contexto vivido, as experiências dos alunos devem ser respeitadas, logo o professor deve entender que a realidade dos alunos deve ser o ponto inicial para uma aula expositiva e dialogada.

Porém salientamos que em uma aula expositiva dialogada deve haver a participação do aluno e, é natural que ele tome a palavra e também conte seus casos, quicá algo real que lhe seja próprio e bem conhecido, mas que tenha conexão com o tema em foco.

Interpretando o autor, para que isso aconteça, é de fundamental importância que o professor dê significância ao conteúdo que está sendo ministrado, salientando para o aluno aplicações práticas do conteúdo em seu dia-a-dia, para que, sob um ponto de vista científico, ele possa interferir em seu ambiente de forma positiva e consciente, caracterizando assim, uma aprendizagem com significado.

Contudo se torna necessário que os professores compreendam que os recursos didáticos são ferramentas que auxiliam os mesmos na tarefa de ensinar, mas que não se pode dificultar a participação dos alunos neste processo, mas sim ao contrário, deve-se incentiva-los a pesquisa, a novas descobertas através das aulas de campo, onde a teoria se associa com a prática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clarissa Martins de; ARAÚJO Everson Melquíades; SILVA, Rejane Dias da. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 35, n. 95, p. 57-73, jan.-abr., 2015.

ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, n. 74, p. 251-283, abr. 2001.

BRASIL. **Alfabetização, diversidade e inclusão**. Brasília: MEC/ SECADI, 2013.

BRASIL. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/censo-escolar-indicadores.aspx>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.755**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CAPES no fomento de programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília, 2009a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 29 maio /2017.

BRASIL. **Formação de professores: perfil e oferta**. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOILINA, M. C. JESUS, S. M. A. (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

CANDAU, Vera Maria (org). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DAMASCENO, Maria N.; BEZERRA, Bernadete. **Estudos sobre a educação rural no Brasil**: estado da arte e perspectivas. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados.1988.

DEMO, Pedro. **Questões para a tele-educação**. 2.ed. Petrópolis, RJ:Cortez, 1999.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et. al. **Necessidades formativas de professores de redes municipais**: contribuições para a formação de professores crítico-reflexivos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FÉLIX, Cláudio Eduardo; MOREIRA, Romilson do Carmo; SANTOS, Cláudio Rodrigues. Pistrak e o sistema do complexo na escola do trabalho. **Revista Práxis Educacional**, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/357/389>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FERREIRA, Sheila Margarete Moreno. **Os recursos didáticos no processo ensino-aprendizagem**. Cabo Verde: Universidade Jean Piaget, 2007.

FLORES, Maria Assunção. Dilemas e desafios na formação de professores. In: MORAES, Maria Célia; PACHECO, José A.; EVANGELISTA, Maria Olinda (orgs.). **Formação de professores**: perspectivas educacionais e curriculares. Porto, Portugal: Porto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

GATTI, Bernardete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n.37, jan./abr. 2008.

GATTI, Bernardete. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, p. 57-63, mar-abr. 1995.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KLUGMAN, Jeni; et al. **Human Development Report 2011**: sustainability and equity: a better future for all. New York: United Nations Development Programme, 2011.

LIMA, Ana Carla Ramalho Evangelista. Caminhos da aprendizagem da docência: os dilemas profissionais dos professores iniciantes. In: VEIGA, Ilma Passos; D'ÁVILA, Cristina Maria (orgs.). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

MARTINS, Pura Lucia Oliver. Objetivos de ensino. In: MARTINS, Pura Lucia Oliver. **Didática teórica**: didática prática para além do confronto. São Paulo: Loyola, 1989, p. 23-30.

MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA CEFAPRO-RONDONÓPOLIS. **Orientativo Cefapro - Projeto Sala de Educador**. Rondonópolis, RR: Secretaria de Educação, 2014.

NÓVOA, Antônio (org.). **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto, 1995.

PAULA, Simone Grace de. Formação continuada de professores: perspectivas atuais. **Paidéia**, Belo Horizonte, ano 6, n. 6 p. 65-86, jan./jun. 2009.

SANTOS, Roberto Ferreira dos. Tendências pedagógicas: o que são e para que servem. In: SEMINÁRIO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 7., 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

SANTOS, Lucíola Licínio C. P. Dimensões pedagógicas e políticas da formação contínua. In: VEIGA (org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas, SP: Papirus. 1998.

SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Teresina- Pi**: revelações a partir de histórias de vida. 2008, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – UFPI, Teresina, 2008.

SOUZA, Eliseu Clementino. Cartografia histórica: trilhas e trajetórias da formação de professores. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.12, n. 20, p. 431-46, jul.-dez. 2003.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Universitária da UFPE, 2009.

SOUZA, Maria do Rosário Santos. **A contribuição do projeto-político pedagógico para formação da identidade das escolas do campo**: um estudo sobre o sistema de Maricoabo. Valença, BA: Amargosa, 2016.

SOUZA, Salete Eduardo. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM: "INFÂNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS", 1., Maringá, PR, 2007. **Anais...** Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-24, jan.-abr. 2003.

VASCONCELLOS, Celso Santos. **Planejamento e plano de ensino**: aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VASCONCELOS, Maria Lucia. **Educação básica**: a formação do professor, relação professor-aluno, planejamento, mídia e educação. São Paulo: Contexto, 2012.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10.ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

WEBER, Mary Raquel Storrer. **Profissional da educação**: eterno saber na precariedade. Florianópolis, SC, 2014.

WENGZYNSKI, Danielle Cristiane; TOZETTO, Suzana Soares. A formação continuada face as suas contribuições para a Docência. ANPED SUL. Seminário em Pesquisa em Educação do Sul, 9., 2012. **Anais...**

ZEICNHER, Kenneth. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, Corinta; FIORENTINI, Dário; PEREIRA, Elisabete. (orgs.). **Cartografias do trabalho docente**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

ZUFFI, Mônica Arruda; FERREIRA, Daniele Araújo. **A importância da formação continuada na melhoria do ensino brasileiro, sob o âmbito da cidade de Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/22215/>>. Acesso em: 22 maio 2017.



TRIBUTAÇÃO DO QUINTO DO OURO NO BRASIL COLÔNIA¹

TAXATION OF THE GOLDEN FIFTH IN BRAZIL COLOGNE

SCHMIDT, Paulo ²

BEHR, Ariel ³

BIANCHI, Márcia ⁴

Resumo: Considerando que a mineração representou uma fonte de recursos fundamental para a sobrevivência da Coroa Portuguesa, este artigo objetiva identificar qual foi o primeiro tributo criado pelos mandatários portugueses na exploração de minérios no território brasileiro. Dentro do contexto de criação da sociedade brasileira, é importante entender quais foram os primeiros passos para implantação do processo tributário no Brasil. Esse trabalho se classificou como um estudo histórico, qualitativo e descritivo. Como resultado da pesquisa, identificamos que a quinta do ouro representou o primeiro tributo imposto pela Coroa Portuguesa para os exploradores do ouro, prata e qualquer outro metal precioso no Brasil. A quinta correspondia a 20% do metal extraído e seus valores eram registrados em certificados de recolhimento pelas casas de fundição. A cobrança da quinta do ouro iniciou, de forma precária, em 1700, com sua arrecadação nos registros estabelecidos nas estradas para o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. O fim do Ciclo do Ouro no final do século XVIII e da

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do RS e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) através do Edital 03/2018 - Pró-Equipamentos.

² Professor da UFRGS. Doutor em Controladoria e Contabilidade. E-mail: pschmidt@ufrgs.br

³ Professor da UFRGS. Doutor em Administração. E-mail: ariel.behr@ufrgs.br

⁴ Professora da UFRGS. Doutora em Economia. E-mail: marcia.bianchi@ufrgs.br

cobrança do quinto, por consequência, foi causado, especialmente, pela exploração desmedida do minério, fez com que o esgotamento das minas direcionasse a economia brasileira para outros ciclos, como o do algodão e do café.

Palavras-chave: Tributação. Quinto do Ouro. Brasil Colônia.

Abstract: Considering that mining represented a fundamental resource for the survival of the Portuguese Crown, this article aims to identify which was the first tribute created by Portuguese agents in the exploitation of ores in the Brazilian territory. Within the context of the creation of the Brazilian society, it is important to understand what were the first steps to implement the tax process in Brazil. This work is classified as a historical, qualitative and descriptive study. As a result of the research, it was identified that the gold fifth represented the first tribute imposed by the Portuguese Crown for explorers of gold, silver and any other precious metal in Brazil. The fifth corresponded to 20% of the extracted metal and its values were recorded in certificates of collection by the foundry houses. The collection of the gold farm began precariously in 1700, with its collection in the records established on the roads to Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia and Pernambuco. The end of the Gold Cycle at the end of the eighteenth century and the collection of the fifth was consequently caused, in particular, by the excessive exploitation of the ore, caused the depletion of the mines to direct the Brazilian economy to other cycles, such as cotton and coffee.

Keywords: Taxation. Fifth of Gold. Brazil Cologne.

1 INTRODUÇÃO

A mineração sempre representou um elemento de participação significativa na economia brasileira. A sua importância pode ser percebida desde os primeiros anos da Brasil colônia, até os dias de hoje, onde o setor mineral, segundo o Plano Nacional de Mineração 2030 (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 2011), que compreende as fases de geologia, mineração e transformação mineral, participa com 4,2% do PIB brasileiro e 20% do total das exportações do país, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos da indústria.

No Brasil, desde o início da colonização portuguesa, uma das fontes de arrecadação tributária foi a taxação do setor da mineração. Já em 1501, segundo a Cronologia da Administração Colonial, apresentada pelo MAPA (2014), o reconhecimento e a exploração costeira do território brasileiro iniciou com a expedição de Gaspar de Lemos, onde foram estabelecidas feitorias (entrepostos comerciais fortificados) ao longo da costa, com o objetivo de extração do pau-brasil, e também criados os cargos de almoxarife e feitor, encarregados de arrecadar e fiscalizar as rendas reais e administrar as feitorias.

No período inicial de colonização portuguesa, a economia brasileira estava voltada, praticamente, para a exploração do pau-brasil e posteriormente para a produção de açúcar. O Brasil foi o maior produtor de açúcar do mundo durante os séculos XVI e XVII. De acordo com Prado Júnior (1981), o final do século XVII marcou a prosperidade dos engenhos açucareiros das colônias holandesas, francesas e inglesas da América Central e fez com que a produção de açúcar no território brasileiro enfrentasse uma séria crise. A partir da derrocada do ciclo do açúcar, a Coroa Portuguesa começou a alterar sua estratégia exploratória e passou a direcionar suas ações para o desbravamento de novas terras ainda inexploradas na busca de minerais preciosos, especialmente ouro. Surgindo, então, um novo ciclo econômico no Brasil: o ciclo do ouro ou ciclo da mineração.

O estudo dos ciclos econômicos brasileiros, de modo especial o da mineração e de sua tributação, caracteriza-se como um estudo histórico de parte do desenvolvimento da sociedade brasileira. O estudo histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado, buscando verificar quais as influências dos acontecimentos passados no atual estágio de desenvolvimento da sociedade, considerando que o atual estágio social é fruto de alterações de partes de seus elementos componentes ao longo dos anos (CERVO, 1983).

Assim, considerando que a mineração representou uma fonte de recursos fundamental para a sobrevivência da Coroa Portuguesa, qual foi o primeiro tributo criado pelos mandatários portugueses na exploração de minérios no território brasileiro? Esse trabalho objetiva, portanto, apresentar qual foi o primeiro tributo imposto pela Coroa Portuguesa na exploração de minérios nas terras brasileiras. Dentro desse contexto de criação da sociedade brasileira, esse estudo busca contribuir com o entendimento do processo de quais foram os primeiros passos para implantação do processo tributário no Brasil.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse artigo, segundo Lakatos e Marconi (2010), pode ser classificado como um estudo histórico, considerando que para entender o atual estágio de desenvolvimento da sociedade, suas tradições, sua cultura, seus princípios e suas instituições, é fundamental entender o passado, considerando ser um agente fundamental para compreender o atual estágio de desenvolvimento social.

Lakatos e Marconi (2010) defendem que o método de pesquisa classificado como histórico, busca investigar fatos, processos e estabelecimentos do passado, buscando identificar o impacto do passado na atual sociedade. Entender, portanto, traduzir o contexto cultural particular de cada, permite que seja traduzido o processo de criação das coisas e de suas subsequentes alterações, até os dias de hoje. Para Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa histórica, objetiva melhorar o entendimento da atual realidade, elencando os períodos formativos e suas posteriores alterações.

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois, segundo Minayo (1994), o estudo responde a questões particulares, focado nas ciências sociais, com foco na qualidade e que não podem ser quantificados. Considerando os objetivos propostos, a pesquisa é classificada como descritiva, considerando a que a finalidade é a de descrever características de uma determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2009). Quanto aos procedimentos utilizados, o estudo classifica-se como bibliográfico e documental, visto que utilizou como fonte de dados todas informações e evidências identificadas em documentos e fontes bibliográficas relacionadas com o tema de pesquisa.

3 A ORIGEM DO BRASIL COLÔNIA

As primeiras expedições na busca do desbravamento de novas terras do Brasil colônia, utilizaram dois tipos de organizações penetradoras do território brasileiro: as bandeiras e as entradas.

As bandeiras, constituídas pelos chamados bandeirantes, eram grupos, como afirma Ellis Júnior (1950), que foram constituídos pela carência absoluta de outra fonte de recursos para os paulistas.⁵ Essa falta de recursos fez com que agrupamentos agindo de forma armada e agressiva, trilhassem novas terras para prenderem índios para exportá-los para o nordeste brasileiro, para trabalharem como escravos nas fazendas produtoras de açúcar. Na busca desses indígenas, as bandeiras percorreram longos caminhos, chegando, conforme Ellis Júnior (1950), a percorrerem mais de dois mil quilômetros longe de São Paulo, chegando até o Uruguai. Para o norte do Brasil, segundo Ellis Júnior (1950), as bandeiras

⁵ Moradores da cidade de São Paulo - cidade criada pelos padres jesuítas em 1554, para ter um local para catequizar os índios da região sudeste do Brasil.

percorreram caminhos mais inóspitos e pouco abundantes em elementos naturais, que alimentassem os sertanistas, a bandeira tinha que ser limitada nos seus efetivos, não podia ser muito volumosa, pois do contrário as necessidades da fome ou da sede poderiam dificultar o empreendimento. Isso teria limitado o volume das bandeiras.

Por outro lado, as entradas possuíam características diferentes das bandeiras. As entradas, embora também com características econômicas, possuíam objetivos distintos. Mesmo que as primeiras tentativas de descoberta de minérios preciosos tenham ocorrido poucos anos após a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, pois a primeira entrada nas terras inóspitas datam, segundo Calogeras (1904), de 1531, quando homens enviados pelo capitão-mor Martim Affonso de Sousa, responsável pela expedição exploratória a mando do Rei D. João III (reinou Portugal de 1521 a 1557), para combater os traficantes franceses, penetrar na terras brasileiras e procurar metais preciosos, percorreram 115 léguas, aproximadamente 575 quilômetros, a partir da barra do Rio de Janeiro. Nessa primeira entrada, conforme Calogeras (1904), as referências a ouro e prata existentes naquelas terras inspiravam pouca confiança, pois os índios brasileiros que habitavam aquela região, não possuíam noção sobre os metais, pois confundiam pedras brilhantes, com pedras preciosas.

Para Calogeras (1904, p. 19), “com a doação das capitanias, e o desenvolvimento das relações com os selvícolas, tornaram-se mais amiudadas as notícias, mais frequentes e intensas, sobre a existência de jazidas tão possantes que de seus fragmentos se faziam gamelas e cochos onde comiam os animais.”

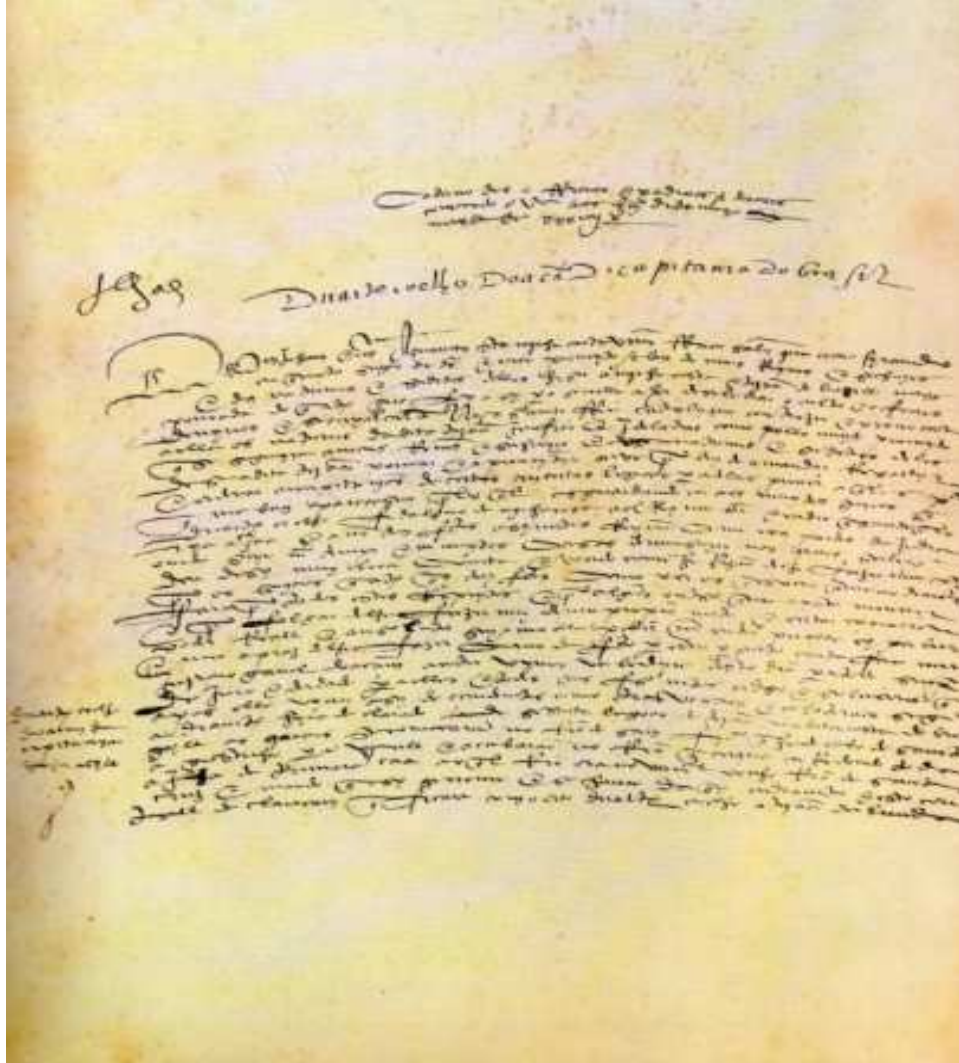
Os documentos que regulavam as doações das capitanias hereditárias foram as Cartas de Doação e as Cartas de Foral. As Cartas de Doação emitidas pela Coroa Portuguesa representavam instrumentos que garantiam a posse das terras brasileiras para o chamado capitão donatário, que passava a ter o direito de administrador a capitania, porém, as terras continuavam pertencendo à Coroa. O benefício do gestor da capitania era a exploração das terras e os ganhos gerados por essa exploração.

A primeira carta de Doação das terras brasileiras, segundo Barcelos (2010), foi datada de 10 de março de 1534, feita a Duarte Coelho e considerada um documento padrão, uma vez que as posteriores continham poucas variações. O trecho inicial dessa primeira carta de Doação, apresentada por Santos (2014), descreve o processo de doação para Duarte Coelho:

A quantos esta minha carta virem faço saber que eu fiz ora doação e mercê a Duarte Coelho, fidalgo de minha casa, para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores, para sempre, da capitania e governança de sessenta léguas de terra na minha costa do Brasil... E por ser muito necessário haver aí foral dos direitos, foros e tributos e coisas que na dita terra hão de pagar, tanto que a mim e à Coroa de meus reinos pertencerem como do que pertencerem ao dito capitão por bem da sua dita doação, eu, havendo respeito à qualidade da dita terra e se ora novamente ir morar, povoar e aproveitar, hei por bem mandar ordenar e fazer o dito foral.

A figura 1 apresenta primeira Carta de Doação das terras brasileiras a Duarte Coelho, datada de 10 de março de 1534.

Figura 1: Primeira Carta de Doação das Capitâneas Hereditárias à Duarte Coelho



Fonte: <<http://guianahistoria.blogspot.com.br/2011/04/brasil-colonia.html>>.
Acesso em: 11 mar. 2019.

Junto com as Cartas de Doação das Capitâneas, a Coroa Portuguesa emitiu as chamadas Cartas de Foral. A Carta de Foral regulava os direitos e deveres do Capitão Donatário. Nessas cartas, segundo Santos (2014), o donatário poderia

fundar vilas e cobrar tributos sobre todas as salinas, moendas de água e quaisquer outros engenhos que só podiam ser construídos com sua licença; o donatário poderia desenvolver a atividade pecuária; o donatário também poderia nomear magistrados; o donatário teria o direito sobre a renda da terra, porém as riquezas do subsolo e da floresta pertenceriam à coroa; o donatário poderia conceder sesmarias (lotes de terra) aos colonos; o donatário tinha direito à redízima (1/10) das rendas da Coroa; a Capitania era inalienável; o donatário deveria entregar 20% dos metais preciosos encontrados à Coroa. Nessas Cartas de Forais, a Coroa Portuguesa regulava impostos, portagens, taxas, multas, estabelecia direitos de proteção e obrigações militares para o serviço real. A figura 2 apresenta um modelo de Carta de Foral da Cidade de Sangalhos, Portugal, do ano de 1514.

Figura 2: Modelo de Carta de Foral da Cidade de Sangalhos – Portugal – 1514



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. <<http://purl.pt/17404/3/#/6>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Com a ocupação das terras brasileiras vieram os primeiros sinais de existência de metais preciosos, especialmente o ouro. Para Figuerôa (2006, p.13), “desde o início, as terras brasileiras apareceram para a metrópole portuguesa como potencial fonte de riquezas minerais, a se descobrir e explorar de diferentes formas.”

No processo de doação das terras do Brasil, foram vislumbrados os primeiros sinais de existência de metais preciosos, especialmente de ouro. Segundo o Magalhães (1978), em carta de 12 de julho de 1552, o primeiro bispo de Brasil, D.

Pero Fernandes Sardinha notificou a Coroa Portuguesa de ter encontrado ouro no país. Em 1554, o padre José de Anchieta confirmou essa descoberta, afirmando que foram descobertas jazidas de ouro, prata, ferro e outros metais preciosos.

Por ordem de Mem de Sá (Governador do Brasil de 1558 a 1572), foram feitas duas viagens para o interior da Capitania: uma em 1560, que retornou no ano seguinte e enviou ao Rei de Portugal as primeiras amostras dos metais encontrados; a segunda viagem ocorreu em 1561, propiciando novas descobertas (Nogueira, 2018). Essas duas explorações geraram o primeiro manifesto oficial da descoberta do ouro no Brasil 1562, feita pelo mineiro prático Luiz Martins. Até o final do século XVI, outras descobertas de minerais preciosos foram sendo registradas no Brasil, despertando no Governador do Brasil, D. Francisco de Sousa, conforme aponta (Nogueira, 2018), o interesse de examinar pessoalmente, tanto que em 1599 D. Francisco chegou à Vila de São Paulo, trazendo consigo o mineiro alemão: Jaques Oalte e um engenheiro também alemão: Giraldo Betink, para examinar as minas da Serra de Biraçoiaba. Em 11 de fevereiro de 1601, O Governador aplicou pela primeira vez o direito real do quinto no Brasil, determinando que, segundo Nogueira (2018), os povos mineiros deveriam pagar o 5º do ouro, fundindo o metal e entregando em barra cunhada para a Coroa Portuguesa.

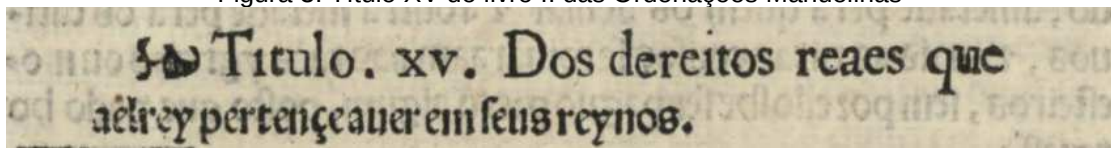
Segundo Figuerôa (2006, p. 14) “o último quarto do século XVII assistiu à extração de algum ouro na região de Paranaguá: estima-se que entre 1680 e 1697 a produção anual de ouro tenha sido de 50 a 80 kg.”

Com a exploração aurífera passando a ser uma realidade no Brasil, a Coroa Portuguesa implantou um sistema tributário de cobrança a ser aplicado na exploração mineral no território brasileiro, dando origem, assim, ao quinto do ouro.

4 A ORIGEM DA TRIBUTAÇÃO DO QUINTO DO OURO NO BRASIL

A origem da legislação minerária no Brasil Colônia e suas devidas tributações ocorreram durante o reinado de D. João III, exatamente após a adoção do sistema de capitanias hereditárias no Brasil, a partir de 1534. Na época, o regramento jurídico vigente em Portugal era das Ordenações Manuelinas, que vigorou de 1521 a 1603. Esse ordenamento jurídico determinava, em seu livro II, título XV, que eram itens de direito do reino de Portugal os veeiros e minas de ouro, ou prata, ou qualquer outro mineral, conforme figura 3 e 4.

Figura 3: Título XV do livro II das Ordenações Manuelinas

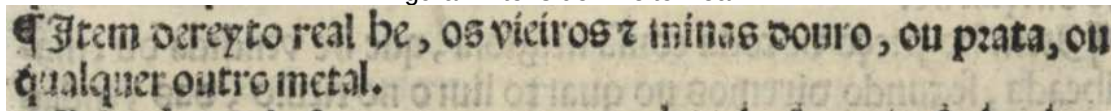


Fonte: Tribunal de Contas de Portugal (2014).

<http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/arquivo_biblioteca/bdigital/trbc_la_003/trbc_LA_03_03.pdf>.

Acesso em: 11 mar. 2019.

Figura 4: Itens de Direito Real



Fonte: Tribunal de Contas de Portugal (2014)

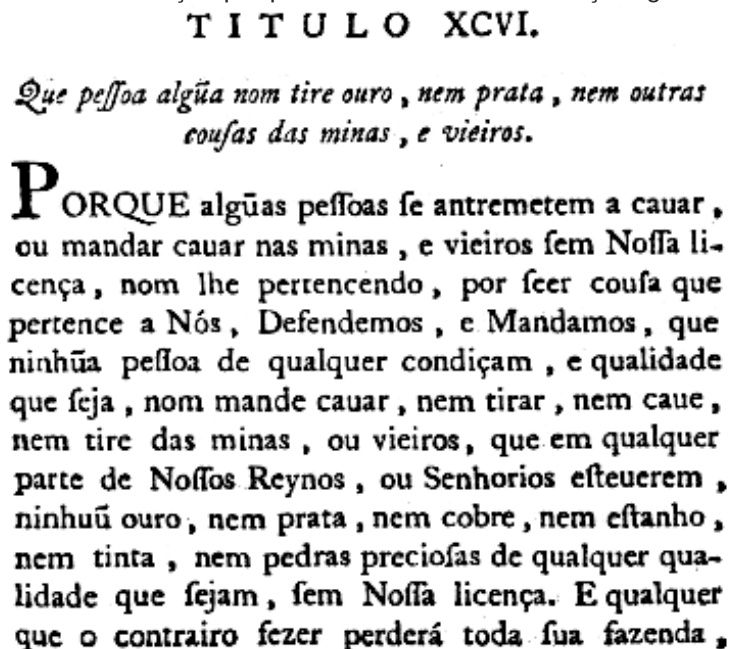
<http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/arquivo_biblioteca/bdigital/trbc_la_003/trbc_LA_03_03.pdf>

Acesso em: 11 mar. 2019.

Vieiros (conforme figura 3) é uma palavra portuguesa antiga, sendo que o termo atual em português é veeiro, que significa um filão de minério.

Além do que determinava o título XV do livro II, as Ordenações Manuelinas determinaram no Livro V, título 96 das Ordenações a proibição da mineração por particulares sem uma licença régia, conforme a figura 5.

Figura 5: Livro V, título 96 das Ordenações a proibição da mineração por particulares sem uma licença régia



ametade pera quem o acufar, e a outra metade pera a Nossa Camara, e será degradado pera sempre pera a Ilha de Sam Thome. E posto que algũa pefloa alegue, que está em posse de cauar, e tirar quaequer das sobreditas coufas nas minas, e viciros de suas terras sem Nossa licença, nom lhe será guardada, posto que inmemorial feja; saluo quando mostrar doaçam, em que expressa e especialmente das ditas coufas lhe feja feita merce; porque posto que nas doações estem algũas clausulas geeraes, ou especiaes, porque pareça incluir as ditas coufas, nunca se entende polas taees palauras serem dadas as ditas coufas, saluo quando especial e expressamente na dita doaçam forem dadas.

Fonte: Ordenações Manuelinas *On-line*

<<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l5p295.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

As determinações do título 96 do livro V das Ordenações Manuelinas, apresentadas na figura 3, traduzidas para português atual, estão apresentadas na figura 6.

Figura 6: Tradução em português atual do título 96 do livro V das Ordenações Manuelinas.

“Porque algumas pessoas se entremetem a cavar ou mandar cavar nas minas e veeiros sem Nossa licença, não lhe[s] pertencendo, por ser coisa que pertence a Nós; Defendemos e Mandamos que nenhuma pessoa de condição e qualidade que seja, não mande cavar, nem tirar, nem cave, nem tire das minas ou veeiros que em qualquer parte de Nossos Reinos ou Senhorios estiverem, nenhum ouro, nem prata, nem estanho, nem tinta, nem pedras preciosas de qualquer qualidade que sejam, sem Nossa licença. E qualquer que o contrário fizer, perderá toda sua fazenda, a metade para quem o acusar, e a outra metade para Nossa Câmara, e será degradado para sempre para a Ilha de São Tomé. E posto que alguma pessoa alegue que está em posse de cavar e tirar quaisquer das sobreditas coisas nas minas e veeiros de suas terras sem Nossa licença, não lhe será guardada, posto que imemorial seja; salvo quando mostrar doação em que expressa e especialmente das ditas coisas lhe sejam feita mercê; porque posto que nas doações têm algumas cláusulas gerais ou especiais, porque parece incluir as ditas coisas, nunca se entende pelas tais palavras serem dadas as ditas coisas, salvo quando especial e expressamente na dita doação forem dadas”.

Fonte: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l5ind.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Nesse mesmo período de descobertas, em 1561, Vasco Rodrigues de Caldas, conforme aponta Calogeras (1904), se prontificou a entrar pelo sertão brasileiro para descobrir minas, com mais cem companheiros, custeando as despesas da entrada, solicitando apenas a isenção de os direitos da Coroa

Portuguesa, tais como: dízimas, sizas, quartos ou quintos sobre o ouro, prata, alfajor, pedras preciosas e qualquer outro metal que eles descobrissem.

De 1580 a 1640, segundo Stella (2014), a Coroa Portuguesa esteve sob controle da Espanha, através das ações dos Filipes.

A quinta do ouro representou o primeiro tributo imposto pela Coroa Portuguesa para os exploradores do ouro, prata e qualquer outro metal precioso no Brasil. A quinta correspondia a 20% do metal extraído e seus valores eram registrados em certificados de recolhimento pelas casas de fundição. Segundo Lunelli (2014), o quinto era tão odiado pelos brasileiros, que foi apelidado de "O Quinto dos Infernos". A figura 7 apresenta barras de ouro fundidas para serem entregues à Coroa Portuguesa como pagamento do quinto.

Figura 7: Barras de ouro fundido, representando o quinto do ouro



Fonte: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/o-quinto-e-a-derrama/>>.
Acesso em: 11 mar. 2019.

A cobrança da quinta do ouro, segundo Resende (1999), iniciou-se, de forma precária, em 1700, com sua arrecadação nos registros estabelecidos nas estradas para o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Por essa época, estabelece-se a Casa de Fundição e Moeda do Rio de Janeiro. Esse primeiro sistema cobre os anos de 1700 a 1713. De 1714 a 1717, segundo Resende (1999), passa a vigor o pagamento da finta de 30 arrobas de ouro. Entre 1718 e 1721, impõem-se a quota de 25 arrobas. De 1722 a 1724 estabelece-se a quota de 52

arrobas. No conjunto, o período compreendido entre 1714 e 1725, revela-se como um período de ajustes, que vigoram por períodos curtos.

Para Souza (1961), o quinto do ouro, considerando todos os arrecadados pela Coroa Portuguesa no período colonial, foi o mais celebrizado, considerando ter sido o causador de vários conflitos em Minas Gerais.

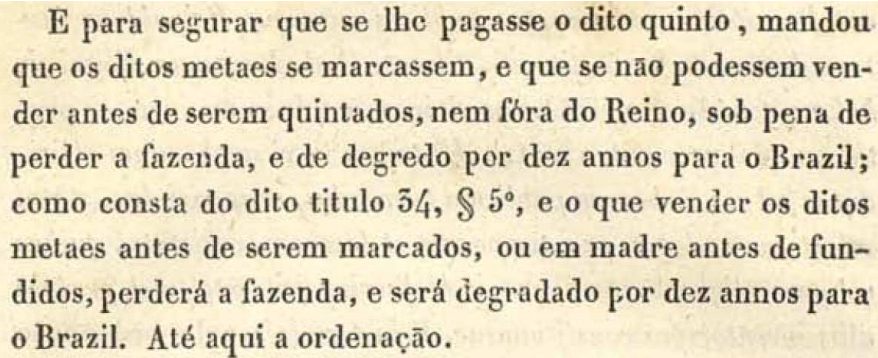
Os primeiros recebimentos de quintos do ouro em Minas Gerais foram na forma de ouro em pó, sendo recebido pelo tenente-general Manoel Borba Gato, que ocupava o cargo de guarda-mor das minas do Rio das Velhas, na sua quinta do Bom Retiro no arraial de Santo Antônio (RENGER, 2006).

Alguns bandeirantes, como Mathias Cardoso de Almeida, companheiro de Fernão Dias Paes Leme em 1674, foram os primeiros responsáveis pelo recolhimento de quintos do ouro, sendo responsável pela entrega de 2.055 oitavas de ouro (cerca de 7,37 kg), em 27 de junho de 1701 (RENGER, 2006).

O processo de legalização do ouro, através do recolhimento de quintos, permitiu que os responsáveis pelo pagamento pudessem transacionar oficialmente com o ouro, sendo que, segundo Renger (2006), alguns contribuintes dos quintos levaram o ouro para a cidade de Salvador, para aquisição de gado.

Antonil (1711, p. 160) publicou em Lisboa, na Officina Real Deslenderina, uma obra sobre a cultura e a opulência no Brasil, intitulando o Capítulo IX como “Da obrigação de pagar a El-Rei Nosso Senhor a quinta parte do ouro, que se tira das minas do Brasil”. A figura 8 apresenta a passagem em que o autor descreve as punições que deveriam ser impostas aos católicos devedores da época, caso não pagassem as dívidas da quinta do ouro, chegando ao ponto de defender que os devedores, ao não cumprirem com as obrigações tributárias, deveriam ser penalizados com a perda das terras e de degredo para o Brasil por dez anos. Da mesma forma, Antonil (1711), defende a punição de perda das terras e de degredo também de dez anos para o Brasil, caso os metais sejam vendidos antes de serem fundidos e marcados, quando o quinto do ouro era separado para o pagamento do tributo à Coroa Portuguesa.

Figura 8: Parte do capítulo IX do Livro Cultura e opulência do Brasil



E para segurar que se lhe pagasse o dito quinto, mandou que os ditos metaes se marcassem, e que se não podessem vender antes de serem quintados, nem fóra do Reino, sob pena de perder a fazenda, e de degedo por dez annos para o Brazil; como consta do dito titulo 34, § 5º, e o que vender os ditos metaes antes de serem marcados, ou em madre antes de fundidos, perderá a fazenda, e será degradado por dez annos para o Brazil. Até aqui a ordenação.

Fonte: (ANTONIL, 1711).

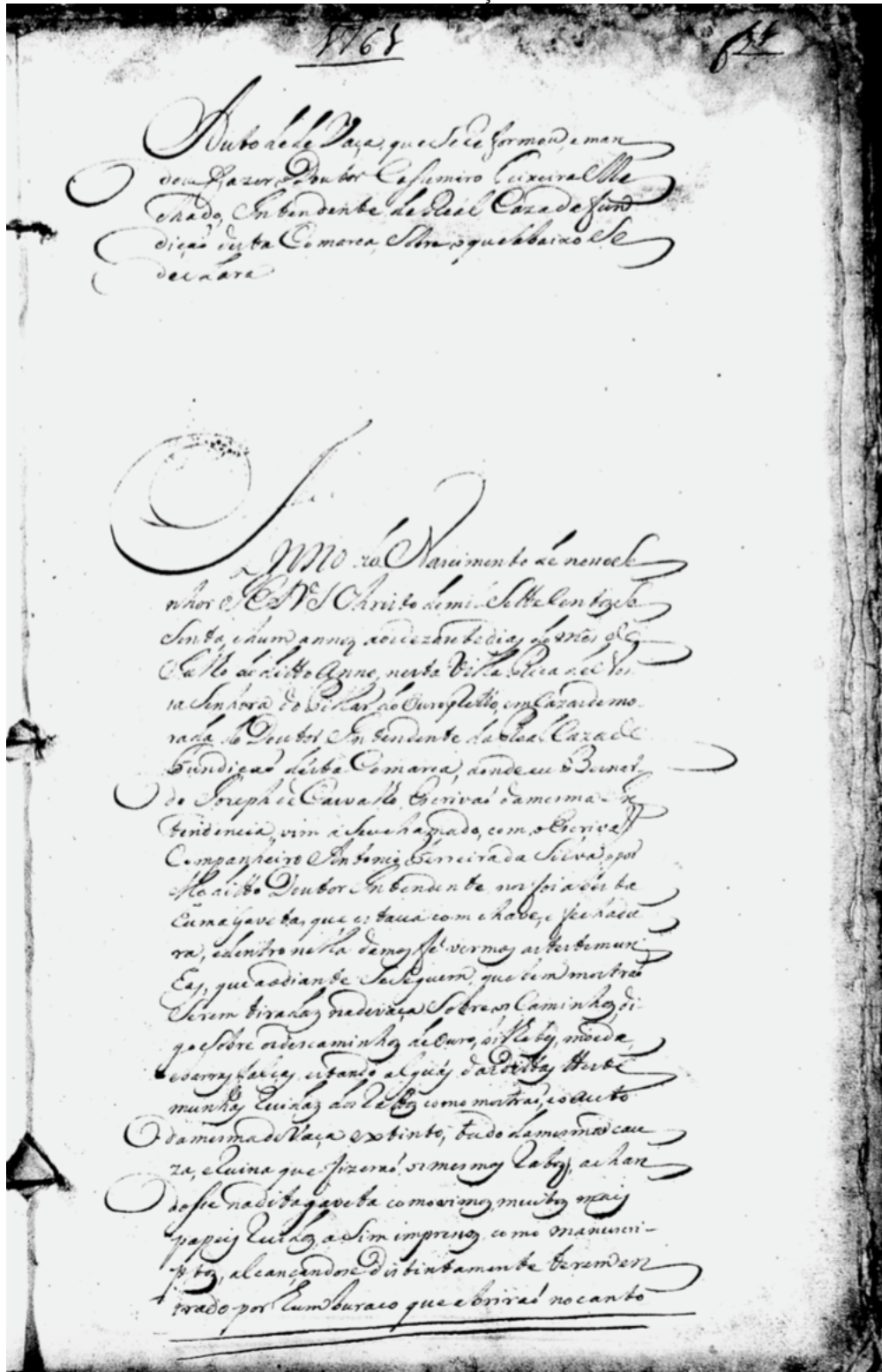
Para Magalhães (2009), o processo de cobrança da quinta do ouro ocorria, normalmente, através das Casas de Fundição, onde o minério era fundido em barras, especialmente quando a quantidade minerada estava reduzindo no Brasil.

Sobreira (2014, p. 56), defende que uma das principais causas da decadência do ciclo do ouro foi o imposto do quinto do ouro “[...] aliado a um aspecto técnico bastante importante, pois com o passar do tempo as reservas aluvionares superficiais foram se esgotando”. Além desses fatores, Sobreira (2014) defende que os mineradores brasileiros contavam com métodos rudimentares de exploração.

Magalhães (2009, p. 131) corrobora essa afirmação ao asseverar que “A extração da riqueza se tinha reduzido pela intensidade do que tinha sido minerado, pelo que então já não poderiam pagar tanto, preferindo ajustar-se ao que fosse quintado nas Casas de Fundição.”

O processo de arrecadação do quinto do ouro era feito pelas casas de fundição. As casas de fundição recebiam o ouro extraído das minas e transformavam em barras, conforme figura 7. Esse ouro recebia o título de ouro quintado, considerando que uma quinta parte representava o tributo pago à Coroa Portuguesa. Como uma forma de controlar o recolhimento do quinto do ouro, o governo português realizava devassas nas casas de fundição, como uma forma de auditar o processo de fundição em barras e certificar-se que as parcelas de tributos estavam sendo corretamente recolhidos. A figura 9 apresenta um auto de devassa realizado sobre a evasão do ouro em pó, na Real Casa de Fundição de Vila Rica, em 1761.

Figura 9: Auto de devassa realizado sobre a evasão do ouro em pó, na Real Casa de Fundição de Vila Rica



Fonte: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1436039.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Uma das principais casas de fundição instaladas no Brasil foi a de Vila Rica. Para Carrara (2010, p 218): “As Casas de Fundição e Moeda de Vila Rica, que funcionaram entre 1724 e 1735, cunharam mais moeda do que as Casas da Moeda de Lisboa e do Rio de Janeiro nesse período”. A figura 10 apresenta uma imagem da Casa de Fundição de Vila Rica.

Figura 10: Imagem da Casa de Fundição de Vila Rica



Fonte: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/85-atividade-mineradora/8786-as-casas-de-fundicao>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Além das devassas nas casas de fundição, o governo colonial criou a figura da derrama, para assegurar a cobrança da totalidade dos tributos que devidos pelos mineradores.

Para Gaspar (2010), Luís Antônio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, defendeu na Junta da Fazenda de Vila Rica, em 16 de julho de 1788, a cobrança das dívidas do quinto real, através da derrama, transformando essa declaração em um impasse histórico, caracterizando o prólogo da Inconfidência Mineira. No processo de derrama a Coroa Portuguesa determinava a cobrança dos tributos do quinto do ouro devidos, chegando a confiscar ativos dos devedores, até o montante total da dívida.

A figura 11 apresenta uma ordem de Marquês de Pombal endereçada à Junta da Fazenda Real da Capitania de Minas Gerais, determinando que deveria ser realizada uma derrama para completar a cota determinada de 100 arrobas de ouro,

determinando que deveriam ser tomadas todas as providências referentes às permutas feitas pelos fiéis dos registros de formas duvidosas, bem como examinar as barras de ouro que possuíam indícios de falsificações.

Figura 11: Ordem de Marques do Pombal para realização de uma derrama em Minas Gerais.

O Marquez de Pombal, Ministro, e Secre-
tário de Estado, Inspector Geral do Real Erario, enelle Lugar Tenente d'El Rey
Meu Senhor: Faço saber à Junta da Fazenda Real da Capitania das Minas
Geraes, que pelo Mappa, que o Governador de dita dita Capitania remedeio induzo
na Carta, que dirigio na data de trinta de Agosto de mil setecentos e setenta
e hum; seio no Real Erario o quanto tinha produzido o Real Quinto em as
quatro Casas de Fundição d'esse districto no primeiro trimestre do referido
anno, como tambem os motivos que havião para se não chegar a complettar
a Cotta das Cem arrobas de Ouro de que a Fazenda Real deve ser inteirada
todos os annos; e vendo se no mesmo Real Erario, que os Povos se havião
obrigado a pagar a dita Cotta por huma Derrama, no caso de não chegar
o rendimento das referidas Casas ao compunto della, esta condição se devia obser-
var por ser em utilidade da mesma Real Fazenda: Sejas necessario que
essa dita Junta afaca a fim observar, mandando proceder na dita Derra-
ma para por ella se complettar inteiramente a Cotta das ditas Cem arrobas
de Ouro, visto não terem sido bastante todas as possiveis diligencias que se
tem feito para obviar o extraneo do dito Ouro, a fim de livrar aos mesmos
Povos da sobredita Derrama. El Rey e Meu Senhor o mandou pelo
e Marquez de Pombal e Ministro, e Secretario d'Estado, Inspector Geral
do seu Real Erario, enelle Lugar Tenente immediate da Real Espica
do e mesmo Senhor: Lisboa a treze de Junho de mil setecentos e setenta e
dois. Luis Tez de Brito Contador Geral do Territorio da N.ção do
Rio de Janeiro, Africa Oriental, e Asia Portuguesa aqz escrever.
Marquez de Pombal

Fonte: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1441953.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Para Sobreira (2014, p 56), uma das principais causas da decadência do ciclo do ouro foi o imposto do quinto do ouro “[...] aliado a um aspecto técnico bastante importante, pois com o passar do tempo as reservas aluvionares superficiais foram se esgotando”. Além desses fatores, Sobreira (2014) defende que os mineradores brasileiros contavam com métodos rudimentares de exploração.

Magalhães (2009, p. 131) corrobora essa afirmação ao asseverar que “a extração da riqueza se tinha reduzido pela intensidade do que tinha sido minerado, pelo que então já não poderiam pagar tanto, preferindo ajustar-se ao que fosse quintado nas Casas de Fundição.”

O fim do Ciclo do Ouro no final do século XVIII, causado especialmente pela exploração desmedida do minério, fez com que o esgotamento das minas direcionasse a economia brasileira para outros ciclos, como o do algodão e do café.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou apresentar qual foi o primeiro tributo imposto pela Coroa Portuguesa na exploração de minérios nas terras brasileiras.

A Coroa Portuguesa, através das Cartas de Doação e as Cartas de Foral, já passaram a regular a tributação dos minerais preciosos descobertos nas terras brasileiras, devendo entregar 20% dos metais preciosos encontrados à Coroa. Porém, foi em 11 de fevereiro de 1601, que o Governador do Brasil, D. Francisco de Sousa, aplicou pela primeira vez o direito real do quinto no Brasil, determinando que os exploradores de minérios no território brasileiro pagassem a quinta parte do ouro garimpado, determinando que deveriam ser fundidos em barras metálicas, quando deveriam ser entregues 20% para a Coroa Portuguesa.

O quinto do ouro nunca foi bem aceito pela população brasileira, tanto que foi apelidado de “O Quinto dos Infernos”. Historicamente, o quinto do ouro pode ser considerado como o principal causador de vários conflitos em Minas Gerais, especialmente do conhecido como a Inconfidência Mineira. Esse conflito teve como um dos influxionadores a cobrança do quinto do ouro imposta pela Coroa Portuguesa através de um processo denominado de derrama. Esse processo de cobrança causou grande descontentamento da população, especialmente de Minas Gerias. Associado a esses movimentos contra a Coroa Portuguesa, o próprio modelo exploratório das reservas de ouro adotado no Brasil, fez com que o Ciclo do

Ouro tivesse seu cabo no final do século XVIII, encerrando um movimento de grande riqueza vivido pelo Brasil colonial.

Como complemento a esse processo de identificação da origem do sistema tributário brasileiro, novas pesquisas poderiam direcionar suas análises para a identificação de quais tributos foram criados no Brasil em função dos ciclos econômicos vivos pela economia brasileira, em especial o ciclo do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do algodão e o do café.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Lisboa: Officina Real Deslenderina, 1711.

BARCELOS, Fábio. A Coroa pelo bem da agricultura e do comércio: a importância institucional da Coroa portuguesa na formação da agricultura brasileira durante o período colonial. **Cadernos Mapa**, Memória da Administração Pública Brasileira, Arquivo Nacional, Brasília, n. 1, 2010.

CALDEIRA, Carla. **O quinto e a derrama**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/o-quinto-e-a-derrama/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CALOGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

CARRARA, Angelo Alves. Coinage and monetary offer in Minas Gerais: Brazil the Mint House in Vila Rica. **Varia Historia**, v. 26, n. 43, p. 217-239, 2010.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. Bandeiras e entradas. **Revista de História USP**, São Paulo, n. 1/2, p. 167-171, 1950.

FIGUERÔA, Silvia F. de M. "Metais aos pés do trono": exploração mineral e o início da investigação da terra no Brasil. **Revista USP**, n. 71, p. 10-19, 2006.

FORAL DA CIDADE DE SANGALHOS. **Ano de 1514, Biblioteca Nacional de Portugal**. Disponível em: <<http://purl.pt/17404/3/#/6>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 11, n. 21, p. 51-73, 2010.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A atualização do quinto**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/atualizacaodoquinto.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1978.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação-1741-1750. **Tempo**, v. 14, n. 27, 2009.

MAPA - MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. **Cronologia da Administração Colonial**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=5151>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Brasília: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, 2011.

NOGUEIRA, Adeilson. **Ouro em pó e em barras**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=FSI6DwAAQBAJ&pg=PA1&lpg=PA1&dq=Ouro+Em+PÓ+E+Em+Barras+Por+Adeilson+Nogueira&source=bl&ots=UjV_NWlVbA&sig=ACfU3U1HRn3hi3GmLyIEM4XhWJZOtoaJrQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwihv4fFuozhAhVPI7kGHVWSD6UQ6AEwAXoECAUQAQ#v=onepage&q=Ouro%20Em%20PÓ%20E%20Em%20Barras%20Por%20Adeilson%20Nogueira&f=false>. Acesso em: 18 mar. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Brasília, 1981.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Negociações sobre formas de executar com mais suavidade a "Novíssima" Lei das Casas de Fundição**. c1999. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/21p259.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

RENGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 42, p. 90-105, 2006.

SANTOS, Anderson. **Brasil colonial - economia e sociedade açucareira (séc. XVI e XVII)**. Joinville: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa, 2014. Disponível em: <<http://www.joinville.ifsc.edu.br/~anderson.santos/História%20III/Aulas/Aula%202%20-%20Brasil%20Colonial%20-%20Economia%20e%20sociedade%20açucareira%20-%20séc.%20XVI%20e%20XVII.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SOBREIRA, Frederico. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. **Quaternary and Environmental Geosciences**, v. 5, n. 1, 2014.

SOUZA, Moacyr Benedicto de. A natureza jurídica do quinto do ouro. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 56, n. 1, p. 299-327, 1961.

STELLA, Roseli Santaella. **Instituições e governo espanhol no Brasil 1580-1640.**

Disponível em: <http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000185>. Acesso em: 11 mar. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. **Ordenações Manuelinas. Livro II.**

Disponível em: <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/arquivo_biblioteca/bdigital/trbc_la_003/trbc_LA_03_03.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.